

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AValiação DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MESTRADO PROFISSIONAL
MPPGAV

MAURO PONTES E GOMES

O PROGRAMA REUNI COMO VETOR DE ECONOMICIDADE NAS IFES:
ESTUDO DE CASO NO SETOR DE TRANSPORTE DA PREFEITURA
UNIVERSITÁRIA DA UFPB

JOÃO PESSOA-PB

2017

MAURO PONTES E GOMES

**O PROGRAMA REUNI COMO VETOR DE ECONOMICIDADE NAS IFES:
ESTUDO DE CASO NO SETOR DE TRANSPORTE DA PREFEITURA
UNIVERSITÁRIA DA UFPB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Linha de pesquisa: Financiamento em Políticas Públicas, como requisito final para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira

JOÃO PESSOA-PB

2017

Gomes, Mauro Pontes.
G633p

O Programa Reuni como vetor de economicidade nas IFES:
estudo de caso no setor de transporte da Prefeitura Universitária da
UFPB / Mauro Pontes Gomes – João Pessoa, 2017.
62 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba,
Centro de Educação, Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e
Avaliação do Ensino Superior (MPPGAV), 2017.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Romão de Souza Ferreira.

1. Reuni. 2. Transportes. 3. Financiamento da Educação. I.
Ferreira, Ana Paula Romão de Souza. II. Título.

BSDCJ/UFPB

CDU – 37.014.543

MAURO PONTES E GOMES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Linha de Pesquisa: Financiamento em Políticas Públicas, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Aprovada

Em 27 / 04 / 2017

BANCA EXAMINADORA


Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Orientadora (MPPGAV/CE/UFPB)

Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares
Titular interno (MPPGAV/CE/UFPB)


Profa. Dra. Wilma Martins de Mendonça
Titular externo (PPGL/CCHLA/UFPB)

Profa. Dra. Maria da Salete Barbosa de Farias
Suplente (MPPGAV)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar saúde, inteligência e vontade de sempre continuar e nunca desistir.

Agradeço a minha esposa Mara Marly por sua colaboração, paciência e incentivo para que eu possa realizar e conquistar os desafios que enfrentamos em nossas vidas.

A minha amiga Ana Claudia de Melo e ao meu amigo Alberto dos Santos Cabral, pela inestimável ajuda que viabilizou para realização deste trabalho.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Ana Paula Romão por sua competência e paciência que, sem sua colaboração, eu não teria conseguido estar aqui.

RESUMO

O governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior, esse programa representou a possibilidade de fazer uma proposta de reestruturação e expansão para o período 2008-2012. Dentre as inúmeras destinações dos recursos do REUNI na UFPB, a Prefeitura Universitária tornou-se uma delas. O presente estudo tem como plataforma de trabalho, a aplicação e o gerenciamento dos recursos do REUNI no que diz respeito à diminuição de custos no Setor de Transportes da PU/UFPB, cujo objetivo principal do seu desenvolvimento foi analisar se os recursos oriundos do PROGRAMA REUNI, aplicados na renovação da frota de veículos do Setor de Transportes da UFPB, realmente resultaram na diminuição de gastos com combustíveis e manutenção. Na metodologia se fez uso do estudo de caso e da pesquisa exploratória, e o tratamento dos dados foi feito a partir da análise quantitativa com uso do Excel. Concluiu-se, portanto, que o Programa REUNI, foi fundamental na melhoria das atividades desenvolvidas pelo Setor de Transporte da UFPB, contribuindo para uma redução de custos operacionais da frota, e principalmente na melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Palavras Chave: Reuni. Transporte. Custos.

ABSTRACT

The federal government has adopted a series of measures to return the growth of public higher education, creating conditions to promote the physical, academic and pedagogical expansion of the federal higher education. This program has presented the possibility of making a proposal for restructuring and expansion to the period 2008-2012. Among the many allocations of REUNI's resources in the UFPB, the university city hall has become one of them. The present study has as a working platform of the application and management for the resources of REUNI regarding the reduction of costs in the Transport Sector of the PU / UFPB, whose main objective of its development was to analyze if the resources coming from the REUNI PROGRAM, applied in the renewal of the fleet of vehicles of the transport sector of the UFPB, resulted in the decrease of expenses with fuels and maintenance. In its methodology, the case study and the exploratory research were used, and the data treatment was done from the quantitative analysis using Excel. It was concluded, therefore, that the REUNI Program was instrumental in improving the activities carried out by the Transport Sector of the UFPB, contributing to a reduction of operational costs of the fleet, mainly in improving the quality of the services provided.

Key words: Reuni. Transportation. Costs.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BM - Banco Mundial

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF - Constituição Federal

DT - Divisão de Transportes

DTPU – Divisão de Transportes da Prefeitura Universitária

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IES - Instituições de Ensino Superior

IFES - Institutos Federais de Educação Superior

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MEC - Ministério da Educação e Cultura

OMC - Organização Mundial do Comércio

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PU – Prefeitura Universitária

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SISU - Sistema de Seleção Unificada

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Número de Universidades Federais no Brasil, 2003 - 2010.....	21
Gráfico 2 - Aumento da frota versus consumo de combustível.....	54
Gráfico 3 - Aumento da despesa com manutenção e reparos versus aumento da frota.....	55
Gráfico 4 - Número de viagens utilizando veículos da frota	55

TABELAS

Tabela 1 - Previsão de Acréscimo Orçamentário a partir do Decreto nº 6.096/07 Valores em Milhares de Reais.....	23
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	JUSTIFICATIVA	11
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO	13
1.3	OBJETIVOS	15
1.3.1	Objetivo Principal	15
1.3.2	Objetivos Específicos	16
2	ESTADO DA ARTE	17
2.1	A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O REUNI	17
2.2	MUDANÇA ORGANIZACIONAL NO SETOR PÚBLICO:	25
2.2.1	A Inovação no Setor Público sob à Perspectiva de uma Mudança Radical	27
2.2.2	A Inovação no Setor Público Brasileiro: dimensões gerenciais e democráticas	27
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO	28
2.3.1	Significado das Políticas Públicas	28
2.3.2	Gestão efetiva em Instituições Privadas ou Públicas	30
2.3.3	Gestão da Eficácia Operacional	31
2.3.4	Gestão da Eficiência Operacional	32
2.3.5	Competência Gerencial	34
2.4	GESTÃO DA QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO COMO FERRAMENTA DE ECONOMICIDADE	34
2.4.1	Qualidade na Terceirização	40
2.5	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL SOB A ABORDAGEM GERENCIAL	43
3	METODOLOGIA	47
3.1	UNIVERSO E AMOSTRA	49
3.2	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	49
3.3	DADOS DA PESQUISA	50
3.4	TRATAMENTO DOS DADOS	51
4	ANÁLISE DOS DADOS	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 com o objetivo de ampliar as condições do acesso e permanência na educação superior, através de um melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos das universidades federais. O governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. esse programa representou a possibilidade de fazer uma proposta de reestruturação e expansão para o período 2008-2012.

Em se tratando do gerenciamento do REUNI na UFPB, coube à Coordenação do Reuni, fazer a distribuição e o acompanhamento dos investimentos, tais como: aquisição de equipamentos, construções, reformas, aquisições de acervos bibliográficos e novos materiais permanentes, entre eles a renovação da frota de veículos existente.

O REUNI tinha as seguintes metas globais a serem cumpridas ao longo de cinco anos, a contar do início do Programa na UFPB:

- Elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%. Na UFPB a meta era elevar a taxa média de conclusão de cursos presenciais pelos alunos de graduação de 68,5%, em 2007, para 90%, em 2012.
- Alcançar a relação de 18 alunos para cada professor. Na UFPB, a meta era elevar a relação média de alunos dos cursos presenciais de graduação por professor de 13,2, em 2007, para 18, em 2012.

Atualmente a Coordenação do REUNI se tornou um órgão de assessoramento direto da Reitoria e Coordena o Programa Universidade Participativa – UP, através do qual são investidos recursos do Desenvolvimento de Ações Institucionais (DAI) em obras, serviços e aquisição de equipamentos. Dentre as atividades desenvolvidas estão incluídas reuniões com a Reitora, Pró-Reitores, Conselho Técnico Administrativo (CTA), equipes técnicas, participação em eventos, dentro e fora da UFPB, em outras cidades e estados, e atendimento ao público. Além disso, a Coordenação do REUNI / UP tem elaborado programas de gestão, monitorado processos de execução, realizado diagnósticos situacionais e produzido análises de desempenho.

De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1986 *apud* JUNQUILHO, 2010, p. 27)¹:

[...] a expressão Administração Pública designa o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou organização estatal.

Marques Neto (2005) salienta que o serviço público, em sentido restrito, é todo aquele dotado de conteúdo econômico e de relevância social, e sua exploração é atribuída a uma das esferas da federação como forma de garantir a todos o acesso a ele. Dentre as inúmeras destinações dos recursos do REUNI na UFPB, a Prefeitura Universitária tornou-se uma delas. De uma maneira geral as Prefeituras Universitárias são responsáveis por gerir de forma organizada e integrada, a infraestrutura urbana e os serviços contínuos imprescindíveis ao bom funcionamento das Universidades, contribuindo muito com o desenvolvimento das atividades acadêmicas. A boa gestão do gasto público permite a redução de desperdícios, possibilitando o aumento dos recursos disponíveis para utilização onde realmente se faz necessário.

[...] do patrimônio da Universidade e das pessoas, nos seus "campis". A Prefeitura Universitária (PU) da UFPB tem por finalidade:

- Colaborar com a Pró-Reitoria de Planejamento;
- Desenvolvimento físico dos "campi" da Universidade;
- Elaborar estudos e projetos de prédios e infra-estruturas nos "campis" ou fora deles quando for do interesse da Universidade;
- Contratar, fiscalizar, executar e controlar obras e serviços de engenharia;
- Manter e conservar imóveis, móveis, equipamentos e veículos da Universidade;
- Gerenciar transportes;
- Controlar ou operar os serviços públicos de água, energia e comunicações telefônicas;
- Zelar pela segurança

(ESTATUTO DA UFPB, 2002)

Partindo do princípio de que uma gestão de qualidade passa obrigatoriamente pelo uso racional dos recursos, onde o fator economicidade é uma ferramenta imprescindível, tem o presente estudo como plataforma de trabalho, a aplicação e o gerenciamento dos recursos do REUNI no que diz respeito à diminuição de custos na Divisão de Transportes da PU/UFPB.

A importância da gestão e do controle de custos nas entidades públicas é referendada inclusive pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 37 institui o princípio da

¹ Na UFPB o Programa Reuni iniciou em 2008, apesar de ter sido instituído em 2007, pelo Decreto 6.096

eficiência, o qual salienta a obrigação do gestor público de maximizar a utilização dos meios para obter maiores e melhores resultados em favor da sociedade. Nesse mesmo sentido de previsão legal, Culau & Fortis (2006) destacam que a implantação do sistema de custos também foi objeto de normatização pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): “A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”. Esse ponto determinado pela lei é particularmente relevante, pois os sistemas de custos são componentes fundamentais para a melhoria da gestão pública e do aprimoramento da qualidade do gasto.

O trabalho em epígrafe divide-se nas seguintes etapas: o primeiro capítulo, formado pela introdução, justificativa, problematização, objetivo geral e objetivos específicos. O segundo capítulo dedicado ao estado da arte, onde encontra-se exposto todo o embasamento teórico. O terceiro capítulo que trata da metodologia utilizada na pesquisa, o quarto capítulo dedicado à análise dos dados, e por fim, o quinto e último capítulo com as considerações finais.

1.1 JUSTIFICATIVA

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é uma instituição de ensino superior pública federal brasileira, localizada no estado da Paraíba. Sua sede está em João Pessoa, no bairro do Castelo Branco, possuindo também três *Campi* no interior: Areia, Bananeiras e Litoral Norte (Rio Tinto e Mamanguape), além das unidades do bairro de Mangabeira e de Santa Rita, ambas na Grande João Pessoa.

A UFPB é reconhecida pela sua excelência no ensino e em pesquisas tecnológicas e, atualmente, encontra-se entre as melhores Universidades da América Latina ganhando prêmios como: "Top User Award 2013" e ficando em 3º lugar no projeto desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular do "Santander Universidades". A Universidade Federal da Paraíba, também possui o 1º lugar nos cursos de Ciências Econômicas, Direito, Jornalismo, Secretariado Executivo e Turismo, avaliados pelo CPC (conceito preliminar de curso)..

Em 2002, a Universidade Federal da Paraíba, então formada pelos campi de João Pessoa, Bananeiras, Areia, Campina Grande, Patos, Cajazeiras e Sousa, foi desmembrada para formação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Esta abrangeu, a partir de então, os campi de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras, ao passo que a UFPB ficou

com os campi de João Pessoa, Areia e Bananeiras, sendo criados posteriormente o campus do Litoral Norte, com estrutura em duas cidades: Rio Tinto e Mamanguape.

Um marco nas políticas públicas do ensino superior foi a edição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, conhecido como REUNI, criado em 2007, com vistas à expansão e a melhoria do ensino superior público no Brasil (DECRETO nº 6.096/2007).

Uma das metas da reestruturação era o de expandir o número de vagas nas Instituições Públicas. Em 2007, o número de matrículas nas IFES era de 672.136 e o plano era que, em 2012, ultrapassasse para mais de 1(um) milhão, o que realmente aconteceu quando a educação superior atingiu 1.087.413 (Censo da Educação Superior MEC/INEP, 2012).

Várias são as críticas feitas sobre a gestão de recursos pelos órgãos públicos, tais como: má distribuição e uso indevido dos recursos, atraso no andamento dos processos, falta de zelo para com o patrimônio público, falta de materiais de consumo, entre outros.

Bernardes (2006) defende que a universidade deve estar dirigida ao perfil gerencial do administrador do futuro, que deve possuir algumas posturas indispensáveis como: iniciativa de ação e decisão, capacidade de negociação, competência e autonomia para criar e inovar, capacidade de comunicação interpessoal, comprometimento com princípio ético, capacidade de trabalhar em grupo. Então, é imprescindível que os gestores universitários façam uso de instrumentos eficazes, tais como uma orientação voltada para processos, uso das ferramentas da gestão da qualidade, entre outros.

A UFPB, na cidade de João Pessoa, é a sede da administração superior da Universidade é administrada por uma Prefeitura Universitária, diretamente subordinada ao Reitor e com atribuições definidas no Regimento da Reitoria, entre elas o gerenciamento de transportes.

A seção de transportes da UFPB até o final da década de 90 (séc.XX), possuía uma frota de veículos desatualizada, podendo até ser classificada como obsoleta, visto que a vida útil econômica média de um veículo para o serviço público é de cinco (05) anos, de acordo com a tabela de depreciação contábil da Receita Federal, e que no início dos anos 90, de acordo com registros da PU/UFPB, com uma nova política do governo federal, foi leiloada grande parte destes veículos.

Nos anos subsequentes à década de 90, tornou-se alarmante a crescente quebra de veículos, e conseqüentemente, o aumento com custos de manutenção e reparos, como também o aumento no consumo de combustíveis., o que por muitas vezes inviabilizou determinados deslocamentos.

Com a chegada dos recursos oriundos do REUNI, houve uma grande demanda por investimentos na aquisição de novos veículos, incluindo neste rol, ônibus rodoviários de grande porte. Foram adquiridos de 2011 até 2015 (100) veículos entre os quais (8) ônibus rodoviários. Apesar dos ganhos visíveis com estas aquisições, ainda surgiram críticas oriundas de alguns segmentos da UFPB, questionando se o quantitativo investido não seria melhor aproveitado se optassem pela terceirização completa da frota.

Portanto, justifica-se a necessidade deste estudo, cujo objetivo é o de analisar e diminuir dúvidas, se houve ou não a utilização do princípio da economicidade nesta operação, e se conseqüentemente a UFPB teve diminuição de custos com a frota adquirida.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

A eficiência no uso de recursos públicos, é o fato gerador de uma gestão de excelência. Contudo, de acordo com Alonso (1999), a eficiência é dada pela relação entre os resultados e o custo para obtê-los. Sem um sistema de avaliação de resultados e de custos, a administração pública abre margem para encobrir ineficiência. Desta forma, o conhecimento do custo dos serviços públicos é fundamental para se atingir uma alocação eficiente de recursos. O desconhecimento dos custos é o maior indicador de ineficiência no provimento desses serviços.

Atualmente denominada “Divisão de Transportes da Prefeitura Universitária da UFPB” – DTPU/UFPB –, e que na década de 90 chamava-se seção de transportes, teve sua criação no ano de 1973, atua desde aquela época, principalmente, no transporte de cargas, funcionários e professores à serviço e no deslocamento de estudantes. Suas atividades são imprescindíveis para o andamento de inúmeras atividades inerentes ao universo acadêmico.

A redução dos custos operacionais da frota através do conhecimento dos gargalos que mais precisam ser trabalhados, somados ao conhecimento das necessidades do setor, proporcionam o contexto adequado para poder se tomar atitudes pontuais que resultarão na redução de custos e ganhos de produtividade.

Para se analisar custos se faz necessário o seu entendimento. Os custos são geralmente classificados como fixos ou variáveis.

Os custos fixos são aqueles que decorrem da manutenção da estrutura produtiva da empresa, independentemente da quantidade que venha a ser fabricada dentro do limite da capacidade instalada em um determinado período de tempo (MEGLIORINI, 2007). Aplicando esse conceito ao transporte de carga e pessoas, entende-se que são classificados

como fixos aqueles custos cujos valores independem da quilometragem percorrida pelo veículo em certo período de tempo.

Di Sora (2002), por sua vez, elenca os custos fixos incorridos na atividade de transporte e carga de pessoas, quais sejam:

- a) Salários: entende-se como salário dos motoristas, além do seu ordenado e horas extras, as despesas decorrentes de seu vínculo empregatício (INSS, gratificação natalina, FGTS, seguro, férias, ausências remuneradas, entre outros);
- b) Despesas administrativas: correspondem à soma das parcelas: mão-de-obra (pessoal que lida com a administração da frota própria), energia elétrica, equipamentos de informática, água, despesas com material de escritório, telefone, aluguel, depreciação dos prédios, entre outros. Esses gastos, para efeito de mensuração de custos, devem ser rateados por todos os veículos da frota;
- c) Licenciamento: são despesas efetuadas anualmente junto aos órgãos oficiais de trânsito visando à regularização do veículo conforme a legislação vigente. Tais custos devem ser apropriados diretamente ao veículo e englobam despesas com: placas e seguros obrigatórios;
- d) Depreciação operacional: decorrente do uso do veículo, e não da depreciação contábil exigida pela lei. Seu montante mensal é determinado independentemente de critérios legais através da estimativa da vida econômica útil do veículo, a qual consiste no período de vida em que é atrativo manter o veículo em circulação. Ela pode ser determinada pela comparação dos custos que decorrem da utilização do equipamento durante diferentes períodos de tempo e pode ser decomposta em custo de capital e custo de operação e manutenção.

Por outro lado, “Custos variáveis são aqueles que variam no total proporcionalmente às mudanças no nível de atividade.” (WARREN *et al.*, 2001). De maneira análoga, entende-se que no, âmbito do setor de transportes, os custos variáveis são representados por todos aqueles que têm seu valor determinado em função da quilometragem percorrida pelo veículo em determinado espaço temporal. Ainda de acordo com Di Sora (2002), os custos variáveis compreendem os seguintes gastos:

- a) Combustível: refere-se aos gastos com combustíveis em geral. Para o cálculo dos valores é preciso uma estimativa do consumo médio do veículo e do percurso total. A demanda média por combustível de cada veículo é dada em função de características do veículo, carga transportada, percurso, forma de conduzir o veículo, estado de manutenção, entre outros;
- b) Pneus e câmaras: São custos referentes às despesas com compra de pneus novos, câmaras de ar e reforma (recauchutagem). Os valores despendidos nesse são variáveis de acordo com as condições das vias, com o modo de condução do veículo, da carga transportada, da pressão dos pneus e do estado da manutenção de rodas e suspensão;
- c) Manutenção: é composta pela soma dos custos de mão-de-obra e material utilizados na manutenção dos veículos e equipamentos. Os

custos do pessoal da oficina entram na perspectiva da mão-de-obra, sendo feita uma estimativa de quantos consertos um funcionário faz por mês. Contudo, deve-se levar em consideração o tipo de veículo no momento da apropriação dos custos, a qual se dá pela divisão do número de veículos pelo número de funcionários da oficina. Caso o serviço seja realizado por terceiros, o valor é apropriado diretamente ao veículo;

- d) Lavagem e Lubrificação: Compreende os gastos com lavagens e óleos lubrificantes para as diversas partes do veículo, como motor, direção e câmbio. A mensuração desses custos faz necessário o conhecimento da quilometragem percorrida entre duas lavagens consecutivas e o valor da lavagem e lubrificação.

Durante muito tempo, o cidadão não teve acesso a formas de controle sobre as ações, e principalmente os gastos com serviços públicos. Cabia-lhe tão somente eleger seus representantes. O parágrafo 3º do artigo 37 da Constituição Federal (emenda 19) introduz o disciplinamento da participação do usuário no controle dos serviços públicos, especialmente quanto à qualidade dos serviços, avaliação e manutenção deles. Isso decorre de mudanças de pensamento e de ações em curso em todo o mundo, para as quais contribuíram fortemente os movimentos para aperfeiçoamento da gestão liderados pelos japoneses em suas indústrias. (BRASIL, 1989) Estuda-se atualmente a aplicação dos gastos públicos através da avaliação de suas atividades e seus sistemas de controle, mas principalmente pelos resultados ou ganhos obtidos.

Diante deste contexto, tem este estudo a pretensão de responder ao seguinte questionamento:

“Os recursos oriundos do PROGRAMA REUNI, aplicados na renovação da frota de veículos da Divisão de Transportes da UFPB, realmente resultaram na diminuição de gastos com combustíveis e manutenção?”

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Principal

- “Analisar se os recursos oriundos do PROGRAMA REUNI, aplicados na renovação da frota de veículos da Divisão de Transportes da UFPB, realmente resultaram na diminuição de gastos com combustíveis e manutenção”.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar os principais gargalos na gestão de controle de gastos do setor de transporte/PU/UFPB;
- Conhecer as ações de melhoria provenientes dos investimentos do REUNI no setor de transportes/PU/UFPB.
- Demonstrar através de tabelas os resultados provenientes das mudanças ocorridas após a implantação das ações de melhorias no setor de transporte da PU/UFPB.

2 ESTADO DA ARTE

2.1 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O REUNI

No âmbito do ensino superior público, o primeiro instrumento encontra-se constituído do REUNI e do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), definidos para o alcance das cinco metas ou princípios mencionados no que se refere às instituições federais. O REUNI foi instituído, em 2007, pelo Decreto 6.096, e o PNAES, instituído em 2004, pelo Decreto 7.234. O PNAES passou a ser definido como desdobramento necessário da democratização do acesso propiciado pelo REUNI.

Na atualidade, se registram grandes avanços da política educacional do governo federal em relação ao fortalecimento da educação pública, bem como os investimentos na expansão da educação básica e superior. Esta gestão democrática do ensino passa a ser marcada por intensa participação, criatividade, autonomia, diálogo e pela abertura de espaço para a experimentação no ambiente acadêmico.

Qualquer reforma na universidade deve-se pautar na própria sociedade que exige novos comportamentos, novas perspectivas, novas mentalidades, reconstrução de paradigmas, fomentando novas possibilidades de interagir com o mundo universitário, vinculando, assim, a reconstrução do seu papel como instituição do século XXI.

Velloso e Albuquerque *et al.* (2004) dizem que o papel das instituições de ensino superior é um dos pontos definidos pelo Ministério da Educação – MEC para compor a agenda da reforma da universidade, compondo ainda a agenda, a autonomia universitária, o financiamento, o acesso e a permanência nos cursos, gestão e estrutura, avaliação, e programas e conteúdos.

De um ponto de vista mais amplo, o Governo Federal, na gestão do então Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2007-2010) reordenou as relações entre o público e o privado no setor de educação superior, fortalecendo e requalificando a universidade pública para que ela permaneça como o ponto de referência do sistema, ao mesmo tempo em que se aperfeiçoam os instrumentos de regulação do segmento privado, a fim de que a expansão quantitativa seja paralela à melhoria da qualidade do ensino oferecido.

O Programa REUNI, foi escolhido como objetivo de pesquisa deste trabalho, na perspectiva de compreender, num caso concreto, as transformações ocorridas com a implantação do Programa no Setor de Transporte da PU/UFPB.

A política educacional brasileira, segundo Saviani (2004), é considerada uma modalidade de política social, pois tal premissa se refere à maneira de conceber, organizar e operar a administração da coisa pública. Esta visão traz consigo a divisão da administração da sociedade em grandes setores que no seu âmago, são os seguintes: o setor político, o econômico, o social e o militar.

A partir daí é que são distribuídos os ministérios e as secretárias, constituindo o governo federal, estaduais e municipais. Exemplificando o setor social, abrange os ministérios da Saúde da Previdência e Assistência Social, da Educação e da Cultura, e das Comunicações, sendo considerados, por tanto, os instrumentos da execução das políticas atinentes a cada um dos setores.

Do mesmo autor citado acima, que “a necessidade de formulação de uma política social decorre do caráter anti-social da economia e portanto da política econômica nas sociedades capitalistas” (2004, p.123).

No Brasil, a educação participa no conjunto das políticas sociais na defesa do ensino público e gratuito, na reivindicação por mais verbas para educação constituindo mais num aspecto da luta pela valorização da política social em relação à área econômica. Desta feita, busca-se lutar pela ampliação dos recursos destinados a área social, comparados aos destinados a área econômica.

Para melhor esclarecimento, faz-se necessário citar os principais dispositivos legais que instituem a política educacional do Brasil, Pós-LDB (1996), sintetizados em Saviani (2004).

1. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.
2. Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, que “aprova o Plano Nacional da Educação e da outras providências”.
3. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).
4. Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, que institui o PDE ao dispor sobre “a implementação do Plano de Metas Compromissos todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica”.

5. Decreto nº 6.093 de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, tendo como objetivo a universalização da alfabetização de jovens e adultos de 15 anos ou mais.
6. Decreto 6.095 de 24 de abril de 2007, que “estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica”.
7. Lei 11.494 de 20 de junho de 2007, que regulamenta o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
8. Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que “institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI”.
9. Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial do magistério ao regulamentar “a alínea ‘e’ do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os professores do magistério público da educação básica”.

O Programa, como atualmente se apresenta, é consequência do aprimoramento de várias fases e etapas que passou a educação superior no Brasil. Pode-se entender que o REUNI foi a lapidação em termos de melhoramentos de várias leis, planos e programas que hoje norteiam a educação superior no País. A LDB 9394/96 veio assegurar direitos, diretrizes e obrigações de extrema importância na Educação Superior Brasileira. De acordo com esta Lei, a Educação é um direito de todos, indistintamente se pública ou privada. Salientando-se a premissa: a Educação precisa ser vista com uma condição na preparação dos jovens, não só para o mercado de trabalho, mas para o exercício da cidadania na sociedade. Vários são os parágrafos, artigos e incisos desta lei que dão respaldo e sustentação ao REUNI. Posteriormente, vamos ter a Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Desta forma, concluímos que a atual estrutura do REUNI encontra-se consubstanciado em uma sucessão de leis, Planos e Programas que foram implementados na Educação Superior Brasileira.

O REUNI se constitui em um divisor, um marco histórico no que diz respeito à educação superior no Brasil. Abrangendo de fato a totalidade das universidades Federais, fazendo com que a sociedade mantivesse atenção prestada ao processo e a avanço da

educação superior no Brasil, a partir de 2007. Da forma que foi implantado, foi na forma mais adequada a nosso ver, esta premissa pode e deve ser abordada e estudada mais profundamente em estudos posteriores.

Cabe registrar que dilemas, problemas e críticas, existem desde o início e pela forma como foi implantado. Uma delas diz respeito ao fato de que a sua edição tivesse ocorrido sem discussão com a comunidade acadêmica acerca da concepção dos princípios, das diretrizes e metas lançados no programa. Apesar de resistência e desconfiança inicial de algumas universidades, a adesão acabou acontecendo de forma integral em 2008, quando as 54 universidades federais do País aderiram ao REUNI.

A Presidência da República através da Casa Civil e subchefia para assuntos jurídicos formalizou o Decreto nº 6.096 de 24 de Abril de 2007, assinado pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que a partir de sua publicação em Diário Oficial da União (DOU) passa a entrar em vigor o referido decreto que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e sua publicação no Diário Oficial da União se deu no dia 25 de Abril de 2007, ou seja, um dia depois de sua assinatura.

Este decreto é um marco dentro da história do Ensino Superior no Brasil. A partir deste o que se segue é a implementação do Programa nas IFEs brasileiras. As diretrizes, os objetivos e as metas do Decreto foram postas em prática para realizar sua implementação. A Reestruturação e Expansão das IFEs aconteceram em função deste Decreto.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL, 2007) o Programa REUNI, instituído pela Lei 6.096 de 24 de Abril de 2007, teve como fim imediato o aumento das vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação. Possibilitando, portanto, a democratização que deveria desmembrar numa política pública nacional de assistência estudantil, que desse sustentação a adoção de políticas afirmativas.

Desta maneira, o Programa REUNI, objetivou permitir uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, aumentando expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública, sendo o instrumento que permitiu expandir e defender a universidade pública, além de propiciar para que cada instituição encontrasse autonomamente seu caminho de desenvolvimento no momento em que em plena revolução científica as fronteiras entre as áreas do conhecimento tornam-se tênues e novas possibilidades de formação vão se delineando.

Segundo o Ministério da Educação – MEC (2010), desde o ano 2003 até 2010, o acesso a cursos superiores aumentou. Somente nos últimos 6 anos, as universidades públicas federais mais que dobraram o número de vagas de ingresso. Foram criadas 13 novas Universidades Federais e 124 novos *Campi* pelo interior do País. Conforme mostra o gráfico 1, a partir de 2003 com a implantação do Programa Expansão e em 2007 do Programa REUNI, percebe-se um aumento significativo no número de universidades federais:

Gráfico 1 - Evolução do Número de Universidades Federais no Brasil, 2003 - 2010



Fonte: Ministério da Educação/MEC (2010).

Segundo o documento REUNI – Diretrizes Gerais – PDE (2007), o Programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma Política Nacional de Expansão Superior Pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa de 18 a 24 anos, até o fim da década.

Assim, o REUNI tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para (18), ao final de 5 anos, a contar do início de cada plano.

Cabe ressaltar que a relação de 18 alunos de graduação presencial por professor foi fixada com base nas determinações contidas na LDB (Lei nº 9.394/96), no que se refere a carga horária dos professores, estimando-se salas de aulas com 45 alunos de graduação e uma carga horária discente de aproximadamente 20 horas semanais.

É importante ressaltar que o REUNI não preconizou a adoção de um modelo único para a graduação das universidades federais, já que ele assumiu como pressuposto tanto a

necessidade de se respeitar a autonomia universitária, quanto a diversidade das instituições. O REUNI efetivar-se-á, portanto, sem prejuízo dos programas em desenvolvimento no âmbito do Ministério da Educação e dos sistemas de ensino e nessa condição se propõe substancialmente a agregar esforços e reforçar iniciativas para a ampliação das vagas e a elevação da qualidade da educação nacional.

Tendo em vista que a implementação do Programa segue o princípio da adesão, isto é, as instituições federais de ensino que decidirem participar do programa deverão atentar-se, para o cumprimento dos requisitos da elaboração da proposta, para que esta seja avaliada e aprovada em função da consistência entre as proposições e as exigências do decreto que institui o Programa. De acordo com as Diretrizes do REUNI (2007, p. 10), devem ser seguidas as seguintes diretrizes:

- A existência de flexibilidade curricular nos cursos de graduação que permita a construção de itinerários formativos diversificados e que facilite a mobilidade estudantil;
- A oferta de formação e apoio pedagógico aos docentes da educação superior que permitam a utilização de práticas pedagógicas modernas e o uso intensivo e inventivo de tecnologias de apoio à aprendizagem; e
- e) - A disponibilidade de mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública e todos os cidadãos.

As diretrizes por sua vez são desdobradas em seis (6) dimensões REUNI (2013, p. 11-12), são elas:

- 1- Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública
 1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
 2. Redução das taxas de evasão; e
 3. Ocupação de vagas ociosas.
- 2 - Reestruturação Acadêmico-Curricular
 1. Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade;
 2. Reorganização dos cursos de Graduação;
 3. Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
 4. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e
 5. Previsão de modelos de transição, quando for o caso.
- 3 – Renovação Pedagógica da Educação Superior
 1. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
 2. Atualização de metodologias (e tecnologia) de ensino-aprendizagem;
 3. Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.
- 4 – Modalidade Intra e Inter - Institucional

1. Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.
- 5 – Compromisso Social da Instituição
 1. Políticas de Inclusão;
 2. Programas de assistência estudantil; e
 3. Políticas de extensão universitárias.
- 6 – Suporte da Pós-Graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de Graduação
 1. Articulação da Graduação com a Pós-graduação: Expansão qualitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

Segundo o mesmo documento REUNI (2007, p. 12), a meta global do programa é alcançar gradualmente ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano:

- Taxa de conclusão média de noventa por cento nos cursos de graduação presenciais;
- Relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais.

Documento elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela portaria nº 552 Sesu/MEC de 25 de Julho de 2007, em complemento ao Art. 1º/2º do decreto presidencial nº 6.096 de 24 de abril 2007.

A tabela a seguir apresenta os recursos de investimento e custeio previsto para o REUNI, considerando a hipótese de participação de todas as universidades. O total de investimentos projetados para o período de 2008 a 2011 é da ordem de 2 bilhões de reais. O valor acrescido ao orçamento de custeio e pessoal de cada universidade aumentará gradativamente, no período de cinco anos até atingir ao final o montante correspondente a 20% do previsto para 2007.

Tabela 1 - Previsão de Acréscimo Orçamentário a partir do Decreto nº 6.096/07 Valores em Milhares de Reais

	2008	2009	2010	2011	2012
Investimento	305.843	567.671	593.231	603.232	-
Custeio-Pessoal	174.157	564.247	975.707	1.445.707	1.970.205
Total	480.000	1.131.918	1.568.938	2.048.939	1.970.205

Fonte: REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Diretrizes Gerais – PDE (Agosto/2007).

Constata-se um gradativo aumento na área de investimentos planejados e executados de acordo com as previsões orçamentárias do Reuni para os anos de registro na tabela acima. Percebe-se também, que o item custeio-pessoal teve aumentos consideráveis, evidenciando-se o cumprimento do que foi planejado e executado pelo Reuni.

Quanto ao PNAES este foi o plano que viabilizou a ocupação das vagas criadas pelo Reuni.

2.1.1 Diretrizes

- a) Responsabilidade do Estado no seu financiamento;
- b) Descentralização político - administrativo e financeira, com garantia da autonomia de cada instituição na sua gestão e implementação;
- c) Participação dos (as) estudantes, por meio de instancias próprias de cada instituição na formulação, monitoramento e avaliação das ações desta Política.

2.1.2 Objetivos

- a) Garantir e ampliar as condições de permanência dos estudantes;
- b) Contribuir para o enfretamento dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão dos cursos;
- c) Contribuir para a redução das taxas de retenção e evasão;
- d) Articular programas e projetos de assistência estudantil as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- e) Contribuir para a construção dos meios necessários ao pleno desempenho escolar e acadêmico dos estudantes;
- f) Estimular a formação integral dos estudantes mediante ações que possibilitem reflexões crítico-criativas dos aspectos acadêmicos, cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico.

Este programa foi instituído em duas fases, na primeira de 2003 a 2007, onde o objetivo principal era interiorizar o Ensino Superior Público Federal que contava em 2002, 45 universidades Federais. E a segunda fase “REUNI” 2007 a 2012 onde temos:

- Redução das taxas de evasão, ocupação das vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistema de títulos que possibilitassem a construção de itinerários formativos mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de Educação Superior;
- Revisão da estrutura acadêmica com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas a profissionalização precoce e especializada;
- Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;
- Articulação da graduação com a pós-graduação e da Educação Superior com a Educação Básica.

Como resultado tivemos um aumento significativo nas matrículas 2003, 569.219 e 2011, 1.029.141 desta maneira podemos comprovar que a interação deste programa (PNAES) e o REUNI tem efeito positivo resultando em um maior acesso ao Ensino Superior.

O que queremos demonstrar e na presente pesquisa é a confluência dos vários planos educacionais para a educação superior, instituídos pelo governo. O que podemos comprovar é que o REUNI veio fechar ou diga-se completar a funcionalidade das políticas educacionais que foram instituídas no Brasil pós LDB (1996). Podemos dizer também que o REUNI tornou-se um divisor de águas não por si só mais pela importância do caminho que foi construído através dos planos de política educacional da educação superior que efetivamente viabilizaram e colaboraram para que o REUNI, tivesse os resultados efetivamente alcançados.

2.2 MUDANÇA ORGANIZACIONAL NO SETOR PÚBLICO:

Significativas intervenções no setor público ocorrem por meio das chamadas reformas ou modernizações administrativas. De acordo com Souza (1994) , a grande questão a ser discutida no caso da área pública é se estas reformas podem de fato ser compreendidas como mudança organizacional. Para o autor, baseando-se nos argumentos de Bertero (1976), a

mudança encontra-se sempre aliada ao processo decisório e se desenvolve a partir de duas perspectivas que devem ser complementares – de um lado a alteração na estrutura e de outro as modificações de cunho comportamental.

Qualquer decisão por reformar ou modernizar o Estado conduz necessariamente, a uma mudança na organização. Neste sentido, entende-se que o desafio futuro para o setor público, estará pautado em mudanças que abranjam ao mesmo tempo as diversidades internas e o dinamismo organizacional.

Uma outra discussão interessante sobre esta temática, foi abordada por Matos (1988) na tentativa de analisar a importância de se modernizar a administração pública, considerando para tanto a diferenciação entre modernização organizacional (MO) e modernização administrativa (MA). Para ele, a MO é um processo complexo que envolve dimensões políticas educacionais, as quais são desenvolvidas de forma constante nas organizações sociais, com o intuito de provocar transformações nas relações de trabalho e de poder (democratização), nos custos e nos resultados organizacionais. Por outro lado, a MA apresenta-se como uma alternativa limitada de modificar a organização somente no campo estrutural- alterando normas, procedimentos e simplificando rotinas.

Para fins deste estudo, será considerado como conceito e dimensão norteadora de mudança organizacional no setor de transporte da PU/UFPB, um dos elementos definidos por Motta (2001). Para este autor, a mudança se define por meio de cinco diferentes paradigmas: (1) mudança como compromisso ideológico; (2) mudança como necessidade ambiental; (3) mudança como uma releitura crítica da realidade; (4) mudança como uma intencionalidade social; (5) mudança como um processo de transformação do indivíduo. Com um olhar mais pragmático consideramos a mudança como uma releitura crítica da realidade. E por fim, Motta (2001), apresenta, considerando o desenvolvimento da mudança, as duas vertentes que fomentam e subsidiam a ocorrência desta- o “incrementalismo” e o “radicalismo”. Segundo o autor, na vertente incremental, mudar significa introduzir pequenas alterações organizacionais (no todo ou em parte) de maneira moderada e permanente, sem tender à conformação. Já a corrente radical, explica ele, prima pelo imediatismo e pressupõe uma mudança revolucionária (de impacto no curto e longo prazo) uma ruptura com o progresso natural das organizações, na tentativa de reagir à morte ou decadência dos sistemas.

2.2.1 A Inovação no Setor Público sob à Perspectiva de uma Mudança Radical

Do ponto de vista de Ferreira et al. (2010), a concepção de inovação encontra-se muito próxima ao conceito de mudança. Há autores que não estabelecem distinções entre as duas abordagens – como o próprio Motta (2001). Spink (2006) argumenta que, antes de se analisar a concepção do que vem a ser inovação na gestão pública, é preciso entender o contexto no qual a mesma se desenvolve. Esta premissa, por si só, de acordo com o autor, inviabiliza a existência de um consenso acerca da temática e do seu conceito.

Por outro lado, para Klering e Andrade (2006), o setor público, em função da natureza complexa de suas políticas, precisa promover inovações corretas, que conduzam a transformações efetivas. De acordo com eles, o pressuposto mais adequado para a gestão pública era o de que se associasse o conceito de inovação no setor público à perspectiva de transformação radical. Dessa maneira. Klering e Andrade (2006), agregando um sexto panorama conceitual aos cinco já apresentados por Motta (2001), definiram a inovação no setor público como sendo: uma mudança de cunho radical que se justifica por fins estratégicos, estrutural, humano, tecnológico, cultural, político e de controle (foco em transparência).

2.2.2 A Inovação no Setor Público Brasileiro: dimensões gerenciais e democráticas

Na opinião de Spink (2006), há dois tipos de abordagens, sutilmente distintas, usadas ao se analisar experiências de êxito na gestão pública. Uma delas, muito difundida é a abordagem das melhores práticas, em que se compreende a experiência a partir de seus parâmetros de sucesso, os quais posteriormente acabam por si definir como padrões a serem seguidos, replicados. A segunda abordagem, de caráter mais reflexivo e dialógico, refere-se àquela que identifica tais experiências inovadoras como prática emergentes, regadas por conhecimentos tácitos ou implícitos. Nesta última perspectiva não existe a pretensão de ser definir o melhor, mais sim entender e discutir todas as experiências como possibilidades de ações válidas e enriquecedoras.

Com base numa perspectiva histórica, Farah (2006) faz uma leitura das inovações vivenciadas na administração pública brasileira. Para a autora, o ciclo de inovações na gestão pública do país se iniciou no governo de Getúlio Vargas, década de 1930, com a instituição de bases para consolidação de um novo papel para o Estado, o de desenvolvimentista e de articulador da formação de uma identidade nacional.

Um outro período apontado por Farah (2006) como palco de inovações na área pública brasileira foi a década de 1980, época que também priorizou a construção de novas instituições e práticas. Esses dois momentos de inovação no país, 1930 e 1980 pautaram-se conforme a opinião da autora, não apenas na criação de coisas novas, mais também na superação de características graves advindas de tempos anteriores, relativas a própria administração da máquina pública, bem como de suas políticas públicas.

As inovações trazidas na década de 1980 foram respostas às demandas dos movimentos sociais, no período de 1970, que pleiteavam contra: a centralização financeira e decisória na esfera federal; a perspectiva institucional fragmentada; a formulação de políticas sob a lógica clientelista; dentre outros.

Paralelamente a essas dimensões democráticas da mudança ocorrida no setor público brasileiro, Farah (2006) relata que, em função do grave cenário de crise fiscal do país, a agenda de reformas, proposta na década de 1980, agregou às suas prioridades à temática gestão, dando assim ênfase aos fatores de empreendedorismo e eficiência. Com base nisso, de acordo com a autora a inovação no setor público brasileiro assumiu duas direções efetivas e complementares:

- uma direcionada para a eficiência- representada pelo processo das reformas gerenciais. Os avanços de gestão no setor privado (final dos anos de 1960 em países desenvolvidos) influenciaram as mudanças produzidas pelo setor público; principalmente em relação à questão da flexibilidade.
- e outra voltada para a democracia- busca pela ampliação da participação social e da descentralização dos processos de construção de política públicas.

Pautando-se no que foi discutido no contexto acima apresentado, para fins deste estudo no setor de transporte da PU/UFPB, tomamos como fato gerador o processo de reformas gerenciais.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

2.3.1 Significado das Políticas Públicas

De acordo com Ferreira et al. (2010, p. 12), as políticas públicas geram o provimento ajustado, em termos básicos de qualidade, quantidade e valor, de produtos (bens e serviços) de uso e interesse coletivo (público), que são consumidos por todos os agentes econômicos da

sociedade (famílias, empresas, Estado/governo e instituições sócias). As políticas públicas são geridas, no âmbito do papel de Estado/governo, em função de pacto federativo vigente no Brasil, entre União, Estados e Municípios.

Os agentes econômicos da sociedade devem estar comprometidos em termos de consciência e exercício de cidadania, assumindo postura de fiscalização e cobrança, firmada sob forma institucional, em relação ao provimento ajustado de bens e serviços públicos, com vista à efetividade das políticas públicas.

Caso o consumo seja efetivado por famílias, os produtos públicos podem ser considerados como integrantes da infra-estrutura social de bem estar. Caso o consumo seja efetivado por empresas, Estado/governo e instituições sociais, os produtos públicos podem ser considerados como integrantes da infra-estrutura econômica de produção.

A responsabilidade natural por tal provimento ajustado pertencente ao Estado, que assume o papel regular e fiscalizador, com vista a diligenciar pelo ajustamento de condições e de atributos pertinentes aos bens e serviços públicos, que devem ser arbitrados, oportunamente, de modo a apresentarem conformidades aos requisitos demandados pela sociedade.

O Estado pode atuar como poder concedente e/ou como agente concessionário. O papel indispensável de Estado como poder concedente abrange: (a) a regulação das condições do fornecimento e dos atributos básicos dos bens e/ou serviços públicos; (b) as condições vigentes na concessão dos bens e/ou serviços públicos; (c) as condições, os critérios e os procedimentos determinantes da seleção e da contratação dos agentes concessionários; e (d) a fiscalização dos agentes concessionários então contratados para o fornecimento dos bens e/ou serviços públicos, em nome do Estado.

A atuação do Estado como agente concessionário, por meio de instituição pública ou mista, consiste em investimento e/ou operação de ativos, especialmente incorporados e remanescentes como patrimônio do Estado, para efeito do fornecimento de bens e/ou serviços públicos.

O arranjo institucional completo de Estado para efeito da geração de bens e/ou serviços públicos abrange: (a) a infra-estrutura sócio-econômica de produção e bem estar, assim como (b) a infra-estrutura de governo para gestão de políticas públicas sociais e econômicas.

A infra-estrutura sócio-econômica de produção e bem estar abrange o arcabouço estrutural para fornecimento de bens e/ou serviços públicos concernentes a: (a) transportes urbanos (inclusive metroviários), rodoviários, ferroviários, hidroviários (marítimos e fluviais,

inclusive portos, canais e eclusas), aeroviários (aeroportos) e dutoviários; (b) energias hidrelétricas, termoeletricas e termonucleares (geração, transmissão e distribuição); (c) telecomunicações (telefonia fixa convencional e telefonia celular móvel) e telemática; (d) gás; (e) subsolo mineral; (f) saneamento básico (abastecimento e tratamento de água, bem como coleta e tratamento de esgoto; (g) segurança pública; (h) defesa terrestre, aérea e naval; (i) saúde; (j) educação; (l) previdência social; (m) limpeza urbana; (n) habitação social; (o) saneamento (prevenção e reparação) ambiental; (p) fomento a ciência e tecnologia; (q) fomento à produção industrial; (r) fomento à produção rural agrícola e criatória; (s) fomento ao turismo. (MOTTA, 2001)

A infra-estrutura de governo para gestão de políticas públicas (sociais e econômicas) está associada ao arcabouço institucional para governo, ou seja, gestão do Estado, configurada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos âmbitos federal, estadual e municipal. A gestão de Estado ou seja, o governo, sucede com propósitos e diretrizes de regulação, fiscalização e controle do atendimento de bens e/ou serviços públicos, de forma ajustada aos desígnios apurados da sociedade.

A infra-estrutura de governo significa a gestão de Estado com vista à efetivação de: (a) políticas públicas para provimento da infra-estrutura sócio-econômica de produção e bem estar, atuando o Estado como poder concedente e, eventualmente, como agente concessionário; (b) políticas públicas para efetivação da ordem econômica, que abrangem políticas monetárias, política comercial externa, política cambial e política orçamentaria de Estado (conjugação de política tributária, política fiscal e política de endividamento público mobiliário). A competitividade sistemática de todos os agentes econômicos depende, essencialmente, das políticas públicas efetivadas em todos os níveis.

2.3.2 Gestão efetiva em Instituições Privadas ou Públicas

A gestão efetiva para excelência em negócios privados ou públicos, oportunamente, desenvolvidos por instituições privadas ou de públicas, pauta o desempenho evolutivo da sociedade. Do ponto de vista de acordo com Farias Neto (2004), a gestão efetiva de negócios e instituições consiste na gestão orientada para a efetividade operacional que resulta da integração ajustada entre a eficácia operacional e a eficiência operacional. Em geral, a eficácia significa fazer as coisas certas; a eficiência significa fazer certo às coisas; e a efetividade resulta em fazer certo às coisas certas. Com base na configuração conceitual de operações constituídas por objetos e eventos (de transformação), a eficácia operacional consiste na

consecução de objetos certos (econômicos e financeiros); e a efetividade operacional resulta na consecução de objetos certos mediante os eventos certos (de transformação).

As **operações econômicas** são constituídas por objetivos econômicos e eventos econômicos com vista a gerar valor econômico. Os **objetivos econômicos** abrangem objetos de saída (clientes e produtos), objetos de entrada (recursos e fornecedores) e objetos paralelos (projetos e concorrentes). Os eventos econômicos (de transformação econômica) abrangem pesquisa e desenvolvimento, engenharia, expedição, promoção, vendas, distribuição, fabricação, operação de equipamentos, manutenção, transporte, movimentação, armazenagem e compras.

A **eficácia operacional** significa a consecução de objetos certos (de saída, de entrada e paralelos), ou seja: (a) produtos certos destinados a clientes certos; (b) recursos certos supridos por fornecedores certos; (c) projetos certos (de eventos de transformação, bem como de clientes, produtos, recursos, fornecedores). (FARIAS NETO, 2004)

A eficiência operacional significa a consecução dos eventos econômicos (de transformação econômica) certos, expressa em termos dos níveis ótimos de utilização de processos, de produtividade de recursos despendidos, de flexibilidade de processos, bem como saneamento ecológico de processos e recursos. A eficiência operacional está associada a objetividade, método e forma de gerar produtos e resultados em função do dispêndio de recursos, esforço e tempo.

As **operações financeiras** são constituídas por objetos financeiros e eventos financeiros com vista a gerar valor financeiro. Os **objetos financeiros** significam moedas e títulos. As moedas abrangem: (a) moedas locais (nacionais) e moedas estrangeiras (divisas); (b) moedas físicas e moedas escriturais (bancárias). Os títulos podem ser títulos de valor certo e títulos de valor incerto. Os títulos de valor certo abrangem: (a) títulos de crédito (empréstimo ou financiamento) bancário. Os títulos de valor incerto abrangem: (a) títulos de propriedade (capital); (b) títulos contratuais derivados (swaps, futuros, termos e opções). Os **eventos financeiros** (de transformação financeira) abrangem recebimentos, desembolsos, poupanças, financiamentos, empréstimos, amortizações e juros.

2.3.3 Gestão da Eficácia Operacional

Continua Farias Neto (2004), explicando que o significado da **eficácia operacional**, que inclui o significado da qualidade, está associado ao nível de conformidade vigente entre **requisitos demandados e atributos fornecidos**. O significado da qualidade está associado

mais propriamente a sua percepção notada do que ao seu significado intrínseco. A amplitude e a profundidade do enfoque de qualidade ensejam a constatação da sua relevância para o desempenho evolutivo e a busca permanente da excelência. A qualidade plena, embora incessantemente almejada, não sucede atingida, já que a percepção da qualidade tem conotação conjuntural, transparecendo, assim, mutável e dinâmica.

Os padrões referenciais de qualidade são identificados em termos de atributos fornecidos sob conformidade aos requisitos demandados pelos clientes, apurados para satisfação e, preferencialmente, superação de seus desejos (necessidades e expectativas). Neste sentido, os instrumentos desenvolvidos sob escopo tecnológico abrangem projetos de produtos e processos, além das logísticas de suprimento, produção, distribuição. Os instrumentos desenvolvidos sob escopo gerencial abrangem modelos de gestão aprimorados e tecnologias de informação ajustada a tais modelos.

A eficácia operacional e a qualidade ficam determinadas em função da conformidade vigente entre requisitos demandados e atributos fornecidos, sucedendo nas dimensões de enfoque distintas, porem interagentes, a seguir assinaladas: (a) enfoque em nível de clientes externos, com vista a conformidade downstream (a jusante); (b) enfoque em nível de fornecedores externos, com vista a conformidade upstream (a montante); (c) enfoque em nível abrangente de clientes e fornecedores internos identificados, com vista a conformidade interna, no contexto da organização.

2.3.4 Gestão da Eficiência Operacional

A eficiência operacional, segundo Farias Neto (2004), está associada a processos e recursos utilizados para geração de produtos (bens e/ou serviços), abrangendo as seguintes dimensões: (a) **utilização de processos**; (b) **produtividade de recursos**; (c) **velocidade de processos**; (d) **flexibilidade de processos**; (e) **saneamento ecológico de processos e recursos**.

Os tipos de **recursos econômicos** abrangem: (1) **pessoal**; (2) **material**, que consiste em matéria-prima; (3) **produto de terceiro** contratado, que consiste em bem e/ou serviço fornecido como conjugação de recursos, por outra empresa, sob contrato firmado; (4) **produto de terceiro diverso**, que consiste em bem e/ou serviço fornecido como conjugação de recursos, por outra empresa, sem contrato firmado; (5) **produto interno**, que consiste em material em processo, material em transito, material semi - acabado, material em processo, material em transito, material semi - acabado, material acabado ou componente; (6) **produto**

de capital fixo, que consiste em jazida, terreno, edificação, instalação, máquina e equipamento, móvel, utensílio, goodwill (ponto comercial, marca, tecnologia explícita, patente, franquia, concessão, licença de uso, alvará).

A **utilização** de processos consiste em primordial dimensão da eficiência operacional, significando o nível de aproveitamento da capacidade instalada. O nível de utilização pode ser avaliado por indicadores tais como o indicador designado como eficiência operacional (EO), obtido em função da relação entre o tempo de utilização produtiva (HT-Horas Trabalhadas) e o tempo de expediente (HE- Horas Trabalhadas) e o tempo de expediente (HE-Horas de Expediente), ou seja, HT / HE . Esse indicador (EO) resulta da multiplicação dos indicadores referentes a Eficiência de Manutenção (EM) e a Eficiência de Produção (EP).

A **produtividade de recursos** consiste na relação proporcional entre recursos econômicos utilizados e produtos gerados, especialmente, expressos em unidades físicas de medida. A produtividade de recursos determina, primordialmente, o custo operacional, significando, assim, o componente físico-tecnológico do custo. A produtividade sucede em razão da eficiência operacional e da eficácia operacional. A produtividade sucede, também, em razão da eficácia operacional, independentemente da produtividade apurada em razão da eficiência operacional. Neste caso, a produtividade decorre como função de: (a) ocorrência ou não de consumo extraordinário de recursos em processos de trabalho e sucateamento, por falta de eficácia operacional (não conformidade entre requisitos demandados e atributos fornecidos); (b) geração de receitas proporcionadas por preços unitários e/ou quantidades vendidas, maiores ou menores, que acontecem a partir da eficácia operacional constatada.

A eficiência operacional determina a relação quantitativa entre o volume de recursos econômicos aplicados e o volume de produtos gerados, ao passo que a eficácia operacional determina a relação qualitativa de conformidade verificada entre os atributos fornecidos e os requisitos demandados. A produtividade em razão da efetividade operacional resulta da integração ajustada e, certamente, sinérgica entre a eficiência operacional e a eficácia operacional. A **velocidade de processos** consiste nos prazos vigentes de duração dos processos. A **flexibilidade de processos** está associada à capacidade dos processos proporcionarem: (a) **diferenciação**, expressa em termos de multiplicidade de atributos do mesmo produto; e (b) **diversificação**, expressa em termos de multiplicidade de produtos distintos.

O saneamento ecológico de processos e de recursos está associado ao desempenho da gestão da organização evidenciando por preservação e reparação das ecologias mineral, vegetal, animal e humana. No âmbito do saneamento ecológico determinante da eficiência

operacional, são considerados em função dos resíduos dos processos e do consumo dos recursos. Os processos geram resíduos sólidos, líquidos e gasosos que podem ser poluentes à ecologia (mineral, vegetal, animal e humana), particularmente, do ar, da água, do solo e do subsolo. A preservação ecológica está pautada por desenvolvimento e adoção de tecnologias de processo que minimizem tanto o volume gerado de resíduos poluentes, assim como o dano causado pelos poluentes gerados. A preservação ecológica sucede, também, pela utilização de recursos renováveis, em detrimento da utilização de recursos não renováveis. A reparação ecológica sucede por providências e operações efetivadas com vista a: (a) reparação de danos, inevitavelmente, causados por resíduos gerados pelos processos; (b) aproveitamento dos resíduos em processos integrantes de outros negócios.

2.3.5 Competência Gerencial

Portanto, do ponto de vista de Farias Neto (2004), a **Competência gerencial** está associada ao nível de competência integrada para a excelência, oportunamente, vigente na organização. Tal competência sucede em razão da **fundamentação** e da **mobilização** do pessoal que pautam decisões e ações orientadas para a efetividade operacional. A fundamentação consiste no conhecimento, que abrange teorias (conceitos e princípios), assim como dados e informações, que o pessoal dispõe para a efetivação de decisões e ações. A mobilização consiste em motivação, intuição, experiência, criatividade inovadora, talento e ética que o pessoal dispõe para a efetivação de decisões e ações. A efetividade operacional consiste na integração ajustada entre a eficácia operacional e a eficiência operacional, de modo a proporcionar resultados ampliados.

2.4 GESTÃO DA QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO COMO FERRAMENTA DE ECONOMICIDADE

As teorias e práticas da gestão da qualidade percorreram um longo caminho até a sua disseminação principalmente nos países menos desenvolvidos, como o Brasil, no que tange a sua aplicabilidade no serviço público, ainda demanda um tempo maior, devido a cultura corporativista deste segmento. Oliveira (2004) afirma que três questões devem ser colocadas quando se trata de analisar o ambiente do serviço público e a possibilidade de desenvolver programas da qualidade nesse contexto:

- Por que qualidade no serviço público?
- E por que neste exato momento?
- E como gerar qualidade no serviço público?

A primeira questão parece apresentar uma resposta óbvia quando se começa a analisar alguns fatos apontados pela imprensa ao longo do último ano:

- Uma professora, que atua no ensino básico, recebe um salário até 56 vezes menor que o de um barbeiro da Assembleia Legislativa do mesmo estado;
- Comparado a um consumidor comum, o governo paga até cinco vezes mais por determinado produto (exemplo: o governo de um estado brasileiro adquiriu 10.000 cinzeiros, para distribuí-los nas repartições públicas estaduais. Preço de cada um: \$7,00. No mesmo dia em que a conta foi paga, podia-se adquirir igual cinzeiro por \$1,20 em qualquer loja da capital);
- Uma repartição pública contratou, por concurso, 10 atendentes gerais, cujas atividades básicas seriam fornecer informações técnicas aos usuários sobre atividades do setor. Descobriu-se, mais tarde, que, destes, quatro eram analfabetos (o concurso, soube-se depois, resumiu-se a uma entrevista);
- A vida útil média de carros da frota oficial de um estado brasileiro é de menos de três anos, muito inferior a média nacional. O consumo de combustível, porém, é igual ao dobro da média nacional. Em função de seu estado precário, muitos carros que continuam rodando são considerados “um perigo público”;
- O país perdeu em equipamentos rodoviários abandonados ou sucateados (como balanças, por exemplo), durante o ano de 1996, o equivalente ao custo de conservação de três anos da Rodovia Régis Bittencourt (Curitiba – São Paulo). Nesse período, pelo menos 1.200 pessoas terão morrido em acidentes nessa rodovia – exatamente por falta de conservação.

Estradas, hospitais; escolas, relações com empreiteiras e fornecedores, repartições públicas, enfim, em quaisquer áreas dos três poderes, Executivo em particular, exemplos bem conhecidos mostram que não existe nenhuma instituição, em todo mundo, que se quer chegue perto do governo em matérias da qualidade. E o que é pior o contribuinte já percebeu isso.

Que o governo precisa, com urgência, de programas de qualidade e produtividade, sobretudo em termos de gestão, disso ninguém tem dúvida. E já se nota, em várias áreas, certo

interesse pelo assunto. Algumas razões justificam o empenho do poder público em, pelo menos, começar a mostrar interesse em discutir qualidade e produtividade do serviço público.

Considerando uma análise desenvolvida nos primeiros meses de 1999, constata-se o seguinte:

- A partir do retorno das eleições presidenciais, e com a criação do instituto da reeleição, mesmo considerando movimentos populares expressivos como a campanha pelas “diretas” em meados da década de 80, desenvolveu-se, no país, um sentimento de crítica, à classe política, que rapidamente se espalhou para todo o serviço público. Nota-se, por exemplo, que a tese vitoriosa nas eleições de 1989 foi exatamente a moralidade no serviço público, que o derrubou, por vias legais e baseadas em manifestações públicas, do governo, em 1992. Todo este processo tornou-se o cliente (contribuinte em geral) mais exigente em relação ao serviço que o Estado lhe presta. Conclusão: qualidade ganha (ou perde) votos. E não existe assunto que interesse mais os gestores públicos do que votos;
- O déficit do governo atinge níveis alarmantes. Não existe dinheiro para nada, independentemente da importância da questão-seja saúde da população ou viagem de diplomatas ao exterior; seja habitação ou manutenção dos aviões que transportam o presidente; seja escolas ou aquisição de fardas para soldados; seja estradas ou verbas para comprar o retrato do governador, para ser pendurado nos gabinetes ou nas prefeituras. Aumentar tributos é uma solução que não funciona por exaustão, frequência exagerada de uso, queda de poder aquisitivo e opinião pública desfavorável. Cortes puros e simples de verbas também não funcionam porque, afinal, o estado tem de atender ao contribuinte – que costuma votar. A saída é economizar, apelando exatamente para qualidade e produtividade;
- A qualidade é um elemento forte de marketing. Mais do que qualquer outro motivo, esse apelo tem forte respaldo popular. Entretanto, a publicidade em torno da qualidade não se pode restringir à conversa – precisa-se de ações concretas e bastante visíveis. O sucesso das estratégias da qualidade depende de sua efetiva utilização na prática do dia-a-dia;

- O desgaste da imagem dos governos, em qualquer nível, constitui-se um processo lento e consistente, que exige providências imediatas e de forte impacto. A qualidade tem poder notável para alterar esse processo.

Em resumo, esta é a hora da qualidade – pelo modismo associado á questão, pelo impacto que proporciona, pela necessidade urgente de economizar, pela carência crônica de recursos (e recursos os programas de produtividade podem gerar, na pior das hipóteses por combate ao desperdício), enfim, seja por que razões se considere.

Pode-se então passar a questão seguinte: e como estruturar modelo de Gestão da Qualidade para o serviço público?

Inicialmente, cabe analisar alguns modelos de gestão já em uso. Provavelmente o país que mais investiu em qualidade no serviço público foram os Estados Unidos. Há muitos registros de programas bem-sucedidos, já implantados ou em andamento. Já em 1988 o governo americano criou o Federal Quality Institute (FQI), órgão encarregado de estruturar as diretrizes da qualidade para todo o serviço público federal norte-americano. Esse órgão sempre trabalhou, em íntima relação, com institutos de pesquisa na área da qualidade mundialmente famosos, como os institutos Juran e Deming. Nos estados há iniciativas até anteriores, como a criação do Ogden Service Center, em Utah em 1986. Na Flórida, em 1989, foi criado pelo governador Lawton Chiles um programa vigoroso de reformas no governo, baseado em conceitos e estratégias da Qualidade Total. E, por fim, também nos municípios há programas da qualidade em andamento. Registre-se, por exemplo, o caso da cidade de Fairfield (Califórnia), onde cerca de 95% de seus 77.211 habitantes consideraram, em pesquisa feita em 1991, que a qualidade do serviço municipal era excelente na época (*Business Week*, 2-12-91).

Um relatório do Instituto Juran, sob o sugestivo título de “O Dinossauro se mexeu?”, mostra os sucessos e os fracassos dos programas da qualidade no governo dos estados Unidos. As principais conclusões desse estudo (Main, 1994) são listadas a seguir. Por elas, nota-se que a “proposição de que a Qualidade Total pode fazer o governo trabalhar melhor, como fez as empresas trabalharem melhor, ainda não foi inteiramente comprovada nos Estados Unidos nem em outro lugar”. Entretanto, é possível listar alguns elementos básicos que mostram como a qualidade está-se consolidando no governo norte-americano:

- Aparentemente, muitos aspectos das ferramentas e princípios da gestão da qualidade Total (TQM) podem ser aplicados ao governo, do mesmo modo como ocorre em outras atividades;

- Se as dificuldades para implantar programas da qualidade são notáveis em instituições e empresas privadas, mais complexa é essa implantação pelo governo;
- Até 1992, a opinião pública não parecia propensa a se animar com a qualidade total. Aparentemente, os políticos pareciam não conquistar muitos votos com sua defesa. As eleições da década de 90 podem mostrar que esse quadro está mudando;
- A necessidade de resultados de curto prazo, a postura de conforto entre governos e oposições e a personalização da atividade política são aspectos que atuam contra a qualidade;
- O tamanho descomunal e a falta de controle do governo permitem que a qualidade total sobreviva de forma restrita e localizada. Por isso, observam-se resultados positivos mesmo em ambientes em que a alta administração é diferente ou hostil aos esforços pela qualidade e, sobretudo, pela produtividade;
- Em vista do triste estado do governo, do tamanho do déficit público, do aumento dos gastos, da ineficiência do serviço – em suma, da incompetência generalizada no processo de prestação de serviços e dos próprios servidores públicos –, alguns resultados já obtidos mostram que a qualidade é viável.

Essas constatações não entram em conflito com a realidade brasileira que, contudo, apresenta algumas características que requerem análise detalhada. Com efeito, o serviço público brasileiro possui especificidades que devem ser consideradas antes de definir um modelo de Gestão da Qualidade para o setor. Os principais aspectos a considerar são, entre outros, os seguintes:

- Ainda que sem força de lei, uma cultura de estabilidade do servidor público;
- Monopólio da prestação da quase qualidade de serviços em áreas específicas;
- Baixos salários;
- Falta de qualidade do pessoal;
- Cultura tradicional de descaso á coisa pública.

Como decorrência desses fatos, o modelo de Gestão da Qualidade deve guiar-se pelos seguintes princípios:

1. O recurso básico de gestão da qualidade é o funcionário público.

2. O elemento básico de desenvolvimento do funcionário em programas da qualidade é a motivação.
3. A estratégia básica de motivação é a estruturação de programas da qualidade voltados, em primeiro lugar, para a produção de benefícios para o próprios funcionários.
4. A propriedade que caracteriza a qualidade no serviço público é a transitividade: o funcionário repassa para a sociedade os benefícios (como também as restrições) de sua satisfação no trabalho. A qualidade de seu atendimento, assim é diretamente proporcional á qualidade de suas relações com o empregador, no caso, o Estado.
5. O programa deve envolver objetivos de curto, médio e longo prazos. Devem –se priorizar resultados imediatos, como, por exemplo, benefícios para os funcionários, e utilizá-los como mecanismo para gerar resultados de médio prazo, que envolvem a consolidação de melhorias de processos e serviços, e , principalmente, para investir nos objetos de longo prazo, que implicam a alteração radical da cultura vigente no serviço público, comprometendo-o com clientes finais, ou seja, com toda a sociedade.
6. É prioritária a determinação de um processo custo/benefício no serviço público. O custo de vantagens adicionais a funcionário, por exemplo, pode ser largamente compensado por benefícios de racionalização do processo administrativo.

Um estudo dos programas em qualidade no serviço público, desenvolvidos pelo Núcleo de Garantia da qualidade, atualizado em 1998, ressalta os elementos citados e mostra que existem estratégias gerenciais inadequadas que podem ser adotadas e, por elas, aborta-se o programa. Tem-se, então, que:

- Deve-se evitar criar expectativas em torno do programa da qualidade na esfera do governo – tanto para servidores quanto para a população. Por isso, sugere-se criar antes programas de melhorias, localizados e definidos, cujos resultados previstos sejam simples, diretos, observáveis em curto espaço de tempo e bem visíveis. A palavra *qualidade* não deve ser empregada nesses casos;
- Em qualquer dos casos, resultados obtidos em ações que envolvem esforços de funcionários devem redundar em benefícios pessoais para os envolvidos;
- Deve-se evitar atividades intensas de treinamento. Sugere-se só empregá-lo para atender a aspirações e deficiências expressas pelos funcionários. Esse

posicionamento não exclui programas de motivação, conscientização e mecanismos similares, que devem sempre ser ministrados em doses adequadas ao público-alvo;

- É fundamental evidenciar os benefícios gerais (além daqueles meramente financeiros) que o programa da qualidade traz para os funcionários. Sem isso, dificilmente consegue-se adesão efetiva ao programa;
- Quanto menos estardalhaço o programa tiver, melhor. Sugere-se evitar programas da qualidade tipo floresta, que possuem muito volume e base inconstante. É melhor apelar para programas-semente – que plantam, nas pessoas, raízes sólidas, embora não apareçam muito. Querer usar programas da qualidade como publicidade política é uma atividade de alto risco, que quase sempre se volta contra o próprio governo. Com o tempo, em áreas do governo nas quais há programas da qualidade em operação, qualquer falha, seja uma greve de funcionários, uma votação perdida na assembleia ou o aparecimento de um funcionário fantasma, é, na opinião pública ou mesmo na da imprensa, culpa do programa da qualidade.

De resto, cabe lembrar que a estabilidade do servidor público é uma cultura ainda comum e, ao mesmo tempo, um conceito e uma prática nociva à qualidade. Conviver com ela é sempre um entrave para a Gestão da Qualidade. Principalmente porque desestimula o movimento rumo à melhoria, incentiva à acomodação e corrói o investimento que a concorrência naturalmente produz nas pessoas e nos setores. Igual postura observa-se em monopólios que o governo exerce sobre a quase totalidade de serviços em áreas específicas. Em ambos os casos, são situações que escapam ao controle da gestão. Já a questão de baixos salários e da falta de qualificação do pessoal são elementos que podem ser influenciados pela Gestão da Qualidade. Observa-se, por exemplo, que o atendimento a deficiências manifestadas em treinamentos adequados a cada público-alvo é um mecanismo de motivação de elevado poder. Programas de incentivos salariais baseados em mecanismos de aumento de produtividade são, igualmente, recomendáveis.

2.4.1 Qualidade na Terceirização

Oliveira (2004), define a terceirização como uma forma de organização estrutural que permite a uma empresa transferir a outra suas atividades-meio, proporcionando maior

disponibilidade de recursos para sua atividade-fim, reduzindo a estrutura operacional, diminuindo os custos, economizando recursos e desburocratizando a administração.

A terceirização alcança atualmente diversos setores da sociedade e é um fenômeno que se espalha rapidamente pelo mundo inteiro. De acordo com Oliveira (1998), denomina-se terceirização, o liame que liga uma empresa tomadora à empresa prestadora de serviços, mediante contrato regulado pelo direito civil, comercial ou administrativo. Sua finalidade é realizar serviços coadjuvantes da atividade-fim. A empresa prestadora de serviços responde pela sua execução, não tendo a empresa tomadora qualquer possibilidade de ingerência na mão de obra da empresa contratada.

No entanto a terceirização apresenta as seguintes implicações:

- Redução da remuneração, benefícios e garantias dos trabalhadores em razão de sua não vinculação direta junto à empresa que utiliza sua mão-de-obra.
- Demissão de funcionários de um determinado setor com a finalidade única e precípua de substituí-los por mão-de-obra terceirizada.
- Diferença da remuneração garantida pelas convenções coletivas de trabalho à que se vincula a empresa que promove a terceirização e aquele pago pelas empresas prestadoras de serviços.

Assim, a terceirização precarizará o trabalho sempre e quando provocar a redução do salário, dos benefícios; promover a rotatividade dos trabalhadores no local de trabalho; acarretar o aumento da jornada de trabalho e dos riscos de acidente de trabalho - uma vez que o trabalhador terceirizado, normalmente, tem menor capacitação técnica para o exercício da função - acarretar a perda à possibilidade de ascensão na carreira, arrefecimento da categoria profissional, etc.

Ainda de acordo com Oliveira (2004, p.150), de um modo geral, o objetivo principal da terceirização não é apenas reduzir custos, como também conferir maior agilidade, flexibilidade e competitividade à empresa. Com a terceirização, a empresa objetiva a transformação dos seus custos fixos em variáveis, possibilitando o melhor aproveitamento do processo produtivo, a aplicação em tecnologia ou desenvolvimento de novos produtos. Os principais objetivos podem ser separados nos grupos apresentados a seguir:

- *Redução de custos*: quando o preço praticado pelo mercado é menor que o custo interno de produção da empresa. Entre os mais importantes custos, encontram-se os encargos sociais que chegam quase a duplicar o valor pago em salário ao trabalhador.

Assim, algumas atividades podem e devem ser transferidas a terceiros, com grandes ganhos de produtividade, qualidade e redução de custos. Profissionais especialistas podem fazer melhor e mais barato, pois têm mais domínio do processo produtivo, por meio da produção constante.

- *Focalização em atividades estratégicas ou de maior retorno:* é importante que a empresa defina quais são as suas atividades prioritárias, sob o ponto de vista estratégico, ou de maior retorno financeiro. Assim, transferindo as restantes para terceiros, a empresa torna-se mais enxuta, o processo de decisão mais dinâmico, melhora-se o fluxo de informações, além de ficar mais especializada e flexível.
- *Melhoria da qualidade:* empresas capacitadas e especializadas são as mais indicadas para o fornecimento do produto e/ou serviço. Devem, ser criados critérios para escolha e contratação não somente baseados no menor preço, como também na qualidade, na capacidade gerencial, no nível de desenvolvimento tecnológico, na garantia do produto e/ou serviço, entre outros.
- *Utilização e acesso de novas tecnologias:* quando um serviço não faz parte do objetivo principal ou *core business* de uma empresa, pode acontecer de não ser valorizado internamente. Assim, são concentrados os recursos para a realização e melhoria nos serviços essenciais, podendo ocasionar atrasos tecnológicos em outros serviços considerados não essenciais. Dessa forma, a empresa pode procurar fornecedores capacitados e atualizados tecnologicamente e se tornar mais competitiva.
- *Mudanças organizacionais:* Com as evoluções e alterações mercadológicas, a empresa deve responder com mais rapidez às mudanças setoriais. Deve, então, procurar utilizar novos métodos de organização e gerenciamento de mão de obra na busca de maior eficácia empresarial.
- *Racionalização produtiva:* a partir da definição do foco de atuação da empresa, deve-se racionalizar o sistema produtivo, delegando o que não é estratégico a terceiros. Desse modo, a estrutura torna-se menos complexa, mais enxuta e dinâmica.
- *Especialização flexível:* com a frequente repetição e melhoria dos serviços surgem empresas especializadas e com alta flexibilidade para atender a mudanças de pedidos de seus clientes. Cria-se uma grande empresa administradora rodeada por células produtivas: as fornecedoras de serviços/produtos.
- *Adequação as tendências internacionais:* as relações entre fornecedores, produção e mercado diferenciam-se profundamente entre países e entre setores produtivos com

diferentes modelos de produção. A relação entre quem executa o trabalho (ser humano ou máquina), quem o controla (líder, trabalhador ou cliente) e a sua execução (linha de montagem, produção em escala, etc) é fundamental para entender os diferentes modelos de organização. Por isso, a empresa deve conhecer a sua realidade para buscar a sua estratégia competitiva mais adequada.

Compreende-se que esta abordagem sobre este tema “Terceirização” necessita de maiores aprofundamentos. Não entendemos que a Terceirização seja realizada como, fim último ou mesmo único. Apenas para casos pontuais a exemplo das necessidades das viagens de longas distâncias (UFPB\VIRTUAL).

2.5 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL SOB A ABORDAGEM GERENCIAL

Do ponto de vista de Farias Neto (2004), a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, 04.05.2000) significa um guia referencial para pautar uma administração pública e transparente, dotada de eficácia e eficiência determinantes de resultados convertidos em benefícios aos cidadãos, de modo a promover o desempenho evolutivo da sociedade brasileira. A Lei estabelece princípios e normas em gestão para orientar os gestores públicos do Estado (Agentes Políticos) a conduzirem os negócios públicos de Estado.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é uma Lei complementar, prevista no artigo 163 da Constituição, que focaliza, essencialmente, a responsabilidade que deve alicerçar a gestão de recursos públicos. A LRF enquadra todos os gestores de recursos públicos em todas as esferas de governo, sendo aplicada a todas as situações e a todos os casos relacionados à movimentação de receitas e despesas, endividamento e patrimônio público. A LRF enfatiza os aspectos relacionados a eficácia e à eficiência nas ações de gestão. A prioridade deve estar patente nos projetos essenciais do plano de governo. Todo recurso despendido deve ter a sua contrapartida de retorno e benefício expresso para a sociedade. A arrecadação e as aplicações devem ser efetivadas de acordo com princípios e procedimentos que sejam os mais eficazes e eficientes, além de transparentes.

A LRF revela, como instrumentos constituintes da gestão responsável, o planejamento, o controle e a divulgação. O uso adequado desses instrumentos enseja a necessária transparência na ação, que é uma das exigências precípuas impostas pela LRF na gestão dos recursos públicos. A LRF gera as condições determinantes da gestão responsável e comprometida com o atendimento da demanda da sociedade. A LRF imbui os gestores

públicos, em geral, da responsabilidade de garantir o cumprimento de todos os dispositivos impostos pela Lei, prevendo penalidades severas em caso de descumprimento.

Nos termos da Lei, os governos devem atuar de forma correta, o que somente é possível se os gestores públicos estiverem devidamente capacitados para realizar uma gestão efetiva, ou apoiados por profissionais e modelos de gestão que os instrumentem nesse escopo. A evolução necessária e esperada na gestão pública sucede porquanto os gestores estejam capacitados para adotar princípios, instrumentos e práticas que tenham como fundamentação a gestão efetiva e integrada para excelência nos negócios públicos. Somente a prática, além da prédica, de uma gestão competente propiciará ao governo, em qualquer nível (municipal, estadual e nacional) a eficácia, a eficiência e a transparência almejadas e impostas na LRF.

A LRF está configurada em dez capítulos assim identificados: (1º) disposições preliminares; (2º) do planejamento; (3º) da receita pública; (4º) da despesa pública; (5º) das transferências voluntárias; (6º) da destinação de recursos públicos para o setor privado; (7º) da dívida e do endividamento; (8º) da gestão patrimonial; (9º) da transparência, controle e fiscalização; (10º) disposições finais e transitórias. No entanto, faremos referência apenas aos capítulos que estão relacionados com este estudo, neste caso o terceiro, quarto, oitavo e nono capítulos.

O **capítulo terceiro (da receita pública)** trata da previsão, da arrecadação e da renúncia da receita. Neste sentido, os gestores devem estar organizados para efetivar uma gestão com desempenho elevado, encontrando modelos adequados para estruturar as suas organizações, de forma a gerar eficácia e eficiência nas ações realizadas. O capítulo identifica aspectos relevantes para a gestão, tais como referentes a: (a) estrutura organizacional; (b) instituição de tributos; (c) previsão de arrecadação; (d) cenários organizacional contemporâneos; (e) eficácia e eficiência nas ações e procedimentos; (f) acompanhamento do desempenho; (g) indicadores de desempenho; (h) sistemas de controle.

O **capítulo quarto (da despesa pública)** trata das ações gerenciais inerentes à geração da despesa pública. Este capítulo classifica as despesas públicas, apresentando definições, limites e formas de controle para as despesas de pessoal, inclusive as despesas com seguridade social. O capítulo identifica aspectos relevantes para a gestão, tais como referentes a: (a) responsabilidade pela ordenação de despesas; (b) adoção de perspectiva gerencial e empreendedora; (c) gestão do desempenho funcional; (d) capacitação gerencial; (e) melhoria de processos internos; (f) redução de quadros funcionais.

A ênfase deste capítulo consiste no controle das despesas com o pessoal, despesas obrigatórias de caráter continuado e despesas com serviços de terceiros. O não cumprimento

desses dispositivos, contemplados na LRF, acarreta sanções penais e políticas, tais como corte de transferências voluntárias aos entes patentados de habilitação ao seu recebimento. O texto enuncia providência para efeito de redução dos passivos suscetíveis de repasse às administrações seguintes.

Neste capítulo, a LRF valoriza o papel do ordenador de despesas que, ao autorizar despesas deve: (a) analisar os fatores que originam as despesas, justificando sua regularidade; (b) avaliar a compatibilidade do pagamento realizado em relação ao orçamento, à Lei de diretrizes orçamentárias e ao plano plurianual. No desempenho do papel, o ordenador de despesa deve considerar três preceitos fundamentais pertinentes ao controle da despesa pública: (a) a legalidade; (b) a fidelidade funcional; e (c) o cumprimento do programa de trabalho. O ordenador de despesas é responsável por recebimento, verificação, guarda ou aplicação de recursos públicos, respondendo pelos prejuízos que possa acarretar ao Estado. O ordenador de despesas significa um ocupante de cargo público, de carreira ou de confiança com ou sem vínculo empregatício, independentemente do título que possua na estrutura do órgão público.

O **capítulo oitavo** (da gestão patrimonial) aborda a gestão patrimonial que abrange a aplicação de recursos disponíveis em caixa, assim como a preservação do patrimônio público e das empresas controladas pelo setor público. Esse capítulo denota o escopo da LRF no sentido de evitar o desgaste ou uso indevido do patrimônio público, aspectos que fica, muitas vezes, negligenciados por gestores públicos. A Lei prioriza a conservação do patrimônio existente e a conclusão de projetos em andamento, ao invés da inauguração de novos projetos. Nestes termos, o dispositivo evita a descontinuidade de projetos, prática inexorável na administração pública, que ocorrem quando: (a) projetos e metas de novos governantes atropelam projetos de longo prazo, iniciados em governos anteriores; (b) novos projetos são iniciados sem a perspectiva, clara e definida, de disponibilidade futura de recursos para as suas conclusões devida. O Poder Executivo de cada ente deve encaminhar ao Legislativo, até a data do envio do projeto de Lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento desse dispositivo.

Um dispositivo relevante da LRF consiste na proibição de financiamento de despesas correntes proporcionado com receita de capital derivada de alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público. Ou seja, a alienação de bens, tanto móveis quanto imóveis, não podem financiar despesas correntes, exceto quando destinadas ao regime de previdência dos servidores públicos.

O capítulo oitavo determina que a instituição controlada pelo setor público que firma contrato de gestão, no qual são estabelecidos objetivos e metas de desempenho, na forma da lei, dispõe de autonomia gerencial, orçamentaria e financeira, sem prejuízo do disposto no inciso II do parágrafo 5º do artigo 165 da Constituição. O contrato de gestão consiste em um instrumento para implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, que transparece em razão da ordenação gerencial do Estado. O contrato de gestão significa um compromisso institucional, negociado e firmado entre o Estado e uma organização estatal (agência executiva) ou não estatal (organização social).

O **capítulo nono (da transparência, controle e fiscalização)** aborda a questão da transparência, ressaltando a sua importância na gestão fiscal. O capítulo nono determina a implementação, por parte da administração pública, de instrumentos e procedimentos expressos em termos tais como de relatórios e demonstrações de desempenho, abrangendo sistema de custos para avaliação e acompanhamento pertinentes a gestão orçamentaria financeira e patrimonial. O texto propugna, ainda, a divulgação dos atos de gestão pelos meios possíveis, no modo escrito (jornal e revista) e eletrônico (rádio e televisão), inclusive via internet para total acesso ao público.

A LRF considera transparência como um princípio essencial de gestão que deve ser incorporado à prática das organizações públicas, a ser seguido, rigorosamente, pelos gestores públicos. Neste sentido, Cruz (2001) ressalta que, dentre as finalidades da transparência da gestão fiscal, a o intuito de prover o Estado com o arcabouço legal necessário a institucionalização, no país, de um sistema de informações ajustado aos padrões e às demandas determinadas em razão do contexto internacional. Traduzindo o princípio da transparência, este sistema deve ser estruturado de forma a franquear ao público, em geral, acesso as informações relativas à política fiscal, oportunamente, divulgadas segundo os padrões de confiabilidade, abrangência e comparabilidade.

3 METODOLOGIA

O conhecimento científico é produzido pela investigação científica, através de seus métodos. Resultante do aprimoramento do senso comum, o conhecimento científico, tem a sua origem nos seus procedimentos de verificação baseados na metodologia científica. É um conhecimento objetivo, metódico, passível de demonstração e comprovação. Porém o conhecimento científico apresenta um caráter provisório uma vez que pode continuamente ser testado, enriquecido e reformulado, como também de domínio público.

O filósofo francês René Descartes (1596-1650), introduziu a dúvida metódica como elemento primordial para a investigação científica. No seu livro “Discurso sobre o método”, publicado em 1637, o filósofo expõe que o melhor caminho para a compreensão de um problema, é a ordem e a clareza com que realizamos nossas reflexões e propõe um método para conseguir:

São quatro as regras do método:

1. Jamais aceitar como exata coisa alguma que não se conheça a evidencia como tal, evitando a precipitação e a precaução, só fazendo o espírito aceitar aquilo, claro e distinto, sobre o que não pairam dúvidas.
2. Dividir cada dificuldade a ser examinada em quantas partes for possível e necessária para resolvê-la.
3. Fazer para cada caso, uma enumeração tão exata e uma revisão tão ampla e geral para ter-se a certeza de não ter esquecido ou omitido algo.

Ainda de acordo com Descartes, a partir do uso do método não existirá nada de tão distante que não seja alcançado, nem tão escondido que não seja descoberto.

A metodologia é uma parte crucial na elaboração dos procedimentos de pesquisa. Ela não somente é o caminho, mas a “alma” da pesquisa. No plano de pesquisa, os critérios metodológicos têm que estar bem claros e justificados. É essa discussão metodológica que confere rigor e credibilidade à pesquisa científica, de modo que é preciso percorrer a literatura para entender os pressupostos do tipo de pesquisa escolhida, suas características, vantagens e desvantagens, a abordagem, os instrumentos de coleta de dados, dentre outros. Assim, na construção do projeto de pesquisa, a metodologia é uma indicação dos passos iniciais do estudo.

No que tange à pesquisa científica, Vergara (1990), ha qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins podemos classificar a pesquisa em epígrafe, como de cunho exploratória, que do ponto de vista de Gil (1999, p.43), tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. No contexto deste trabalho podemos classifica-la como exploratória por que não há registro de nenhum trabalho de pesquisa que se propôs a investigar a influência dos recursos oriundos do Programa REUNI na redução de gastos do Setor de Transportes da PU/UFPB.

Ainda quanto aos fins, também podemos classifica-la como descritiva que ainda de acordo com Gil (1999, p. 43) têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. No presente trabalho, descreve-se a percepção do pesquisador em relação às ações implantadas no setor de Transporte da PU/UFPB após a implantação do referido programa.

Ainda segundo Vergara (1990), quanto aos meios, se fez do estudo de caso, que na perspectiva de Yin (1981, p. 23 *apud* GIL, 1999, p.73), é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência. O estudo de caso vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, visto servir as pesquisas com diferentes propósitos, tais como:

- Explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- Descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e
- Explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

Ainda segundo Yin (1981), o estudo de caso pode ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias, quanto descritivas e explicativas. Neste estudo de caso busca-se detectar e

analisar os efeitos das ações provenientes do programa Reuni no setor de transporte da PU/UFPB.

Complementou-se este estudo com uma permanente consulta a literatura científica relacionada com os objetivos em questão, onde se propôs analisar uma gestão pública voltada para os princípios da economicidade, aplicados ao setor público. A pesquisa também é documental, porque utilizamos para tal fim documentos oficiais, do Ministério da Educação e documentos internos da UFPB, referentes ao nosso objeto de estudo.

3.1 UNIVERSO E AMOSTRA

Kerlinger (1980, p.90), estabelece definições genéricas, para população e amostra. O autor diz que uma população “é um conjunto de todos os objetos ou elementos sob consideração” e que amostra é “uma porção de uma população geralmente aceita como representativa desta população”. Um dos pontos mais importantes da discussão metodológica está relacionado ao universo e à amostragem, abordados pelo estudo. Para a eleição do contexto de pesquisa e do recorte da amostra, faz-se preciso partir do tipo de estudo, definido anteriormente, uma vez que pode ajudar no entendimento sobre o porquê da escolha. Uma pesquisa que pretende empreender um estudo de caso sobre a qualidade no atendimento de uma empresa *X*, por exemplo, não precisa delinear enquanto universo a rede da qual essa empresa faz parte; isso porque o tipo de pesquisa (estudo de caso) é pontual, focando os vários ângulos de um mesmo campo empírico específico, implicando dizer que, em um primeiro momento, as relações entre a empresa *X* e as outras empresas da rede não precisam ser evidenciadas. Neste estudo de caso o universo da pesquisa encontra-se representado pela PU/UFPB e a amostragem pelo setor de transporte.

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos de coleta de dados são os meios de “captura” das informações necessárias à pesquisa. Caso não estejam organizados, de modo que proporcionem uma sistematização satisfatória, o (a) pesquisador (a) terá sérios problemas em relação à reunião dos dados. É através dos instrumentos que o pesquisador chega até o contexto de pesquisa e seus sujeitos, funcionando como um elo, uma ponte que aglutina recursos precisos e preciosos para atender às metas explicitadas pelos objetivos específicos. Como se sabe, os principais instrumentos de coleta de dados são:

- ✓ A entrevista;
- ✓ A observação.
- ✓ Pesquisa documental/bibliográfica.

Neste estudo se fez uso da pesquisa documental/bibliográfica, uma vez que o mesmo se embasa em um tratado comparativo de dados pré e pós, existentes ao Projeto Reuni na PU/UFPB.

De acordo com Gil (1999), porém cada instrumento tem características próprias, o que implica dizer que se diferenciam e que podem se complementar ao mesmo tempo, caso seja utilizado mais de um tipo, ou todos, em uma mesma pesquisa. Os instrumentos citados também se subdividem, pois há uma tipologia para cada um deles que corresponde à forma de apresentação e atuação no campo empírico da pesquisa. Antes de proceder à coleta de dados, é preciso, evidentemente, distinguir tipos e conceitos em relação aos instrumentos de coleta para, posteriormente, construir o modelo (protótipo), avaliá-lo e, só depois, aplicá-lo. Os problemas mais comuns em relação a esse processo são:

- ✓ A confusão entre entrevista e questionário, fruto da pouca compreensão conceitual;
- ✓ A má avaliação prévia antes da aplicação do instrumento;
- ✓ A falta de coerência entre a construção do instrumento e a abordagem escolhida pela pesquisa;
- ✓ A falta de estratégias de ação que facilitem a aplicação do instrumento no campo empírico;
- ✓ O fato de que muitos alunos (as) subestimam a observação, enquanto instrumento de coleta, muitas vezes causando contradições com o tipo de pesquisa escolhido. Isso ocorre pelo desconhecimento das características desse instrumento, desmerecendo os recursos imprescindíveis para tal realização, como o roteiro de observação, por exemplo.

3.3 DADOS DA PESQUISA

Segundo Bergamini (1988 *apud* SILVA, 1995, p. 62) a literatura afirma que o sucesso de um sistema está intimamente ligado à escolha adequada do tipo ou dos tipos de instrumentos a utilizar, sendo esta escolha dependente dos objetivos pretendidos.

- **Dados primários:** Os dados *primários* são colhidos diretamente pelo pesquisador através de entrevistas, observação participante, e pesquisa documental, etc.
- **Dados secundários:** Estes não são “criados” pelo pesquisador. Ex: dados existentes na forma de arquivos, banco de dados, índices ou relatórios.

Na pesquisa em epígrafe se fez uso tanto de dados primários como dos dados secundários.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Duas grandes abordagens são apontadas pelos autores: a *quantitativa* e a *qualitativa*. Cada uma delas, de fato, implica em reflexões distintas sobre o assunto estudado, o que corresponde a escolhas metodológicas também propícias e a modelos de análises dos dados também pertinentes. É preciso empenho e muito cuidado para entender as diferenças entre as abordagens e, com isso, diminuir a margem de possíveis contradições na pesquisa.

Um estudo que escolhe trilhar pela abordagem qualitativa, por exemplo, não pode apresentar um plano analítico simplesmente baseado em modelos matemáticos, estatísticos ou, *grosso modo*, restrito a padrões dos cálculos, fórmulas, índices, bases etc. A abordagem bem estipulada coordena ações metodológicas precisamente lógicas para o desenvolvimento da pesquisa.

Neste estudo os dados foram tratados de forma quantitativa, utilizando-se o programa Excel.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O forte crescimento experimentado pela UFPB nos últimos anos, mas precisamente entre 2011 e 2015 com a adesão da UFPB ao projeto REUNI e a sua implementação, o princípio da eficiência e da economicidade passaram a ser utilizados na destinação dos recursos oriundos do mesmo.

Vários projetos internos foram subsidiados com os recursos do REUNI, todos sob supervisão de instituições de avaliação e controle como o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Tribunal de Contas da União (TCU), uma vez que para continuar recebendo os repasses governamentais a UFPB teve que cumprir um programa de metas pré-estabelecidas. Diante desta conjuntura a UFPB começou a fazer parte de um cenário que envolveu todas as IFES brasileiras, vivenciando um período de grandes transformações.

O serviço público como já definido anteriormente precisa ser eficiente e produtivo, apesar da não ter a geração de lucro como finalidade. A UFPB começou a receber os incentivos governamentais do REUNI para a execução de seu processo de “expansão e reestruturação”, e este processo desenvolveu-se não só na área acadêmica, mas também e principalmente no que diz respeito à infraestrutura.

O setor de transportes da PU/UFPB, responsável por toda a logística de transporte da UFPB, onde podemos destacar:

- Viagens curriculares de graduação;
- Viagens para a realização de trabalhos de campo de graduação e pós-graduação;
- Viagens de representação oficial/administrativa;
- Viagens para Eventos Oficiais;
- Viagens de atividades de projetos (extensão, pesquisa e etc);
- Viagens de ensino a distancia, (UFPB/Virtual);
- Viagens para a fiscalização da manutenção predial e da infra-estrutura multi-campi da UFPB, para a fiscalização dos serviços gerais e outros contratos sob a égide da PU/UFPB.

Foi um dos agraciados com os recursos do REUNI, no que tange a renovação da sua frota. Este setor passou por um processo de mudança organizacional, onde se procurou torná-lo mais eficiente e menos dispendioso a partir de uma visão mais empreendedora de como oferecer serviços de qualidade com os menores custos. Neste processo primeiramente, foi inserida à terceirização dos motoristas, seguindo assim uma tendência mundial, com a

finalidade de otimizar o processo produtivo dos mais variados setores produtivos, objetivando uma diminuição de custos operacionais.

Em se tratando da sua frota, em 2011 possuía uma frota no limite do quesito depreciação, ou seja, veículos com mais de 5 anos de uso, com um alto consumo de combustível associado a uma grande quantidade de quebras, resultando em um elevado custo de operacionalização destes veículos no que diz respeito a manutenção e reparos, o que consequentemente acarretava insatisfação e críticas ao setor de transportes, e sérios gargalos principalmente nas atividades extra campi.

Foi neste cenário caótico, que se implantou com a ajuda imprescindível dos recursos do REUNI, uma nova mentalidade de gestão, disposta a por em prática os princípios de economicidade e eficiência retro referenciados. A primeira e mais importante ação de melhoria, foi a renovação da frota com a aquisição de 105 veículos, somada a desativação de mais de 50% da frota antiga e problemática.

Outras boas práticas de gestão, relacionadas ao controle dos procedimentos operacionais da frota, foram implementadas, tais como:

- Em relação ao abastecimento, estabeleceu-se cotas semanais;
- Mudança no sistema de abastecimento. Antes era feito através de ordem de abastecimento, e passou-se a utilizar cartão magnético, o que possibilita um monitoramento on line da pessoa que abastece, litragem abastecida, valor; data e hora, denotando desta maneira um melhor controle operacional aliado a transparência.

No que tange ao fator primordial que foi a renovação da frota, consequentemente houve uma grande redução de quebras, viabilizando menores gastos com a manutenção e reparos, consumo de combustível racionalizado e proporcional ao aumento de veículos, e um considerável aumento na oferta de viagens, o que veio diminuir o número de reclamações e aumentar o ganho na execução de atividades extensionistas na UFPB, onde podemos destacar o Programa UFPB em seu Município, o qual abrange todo o interior da Paraíba em viagens regulares com oferta de oficinas e cursos.

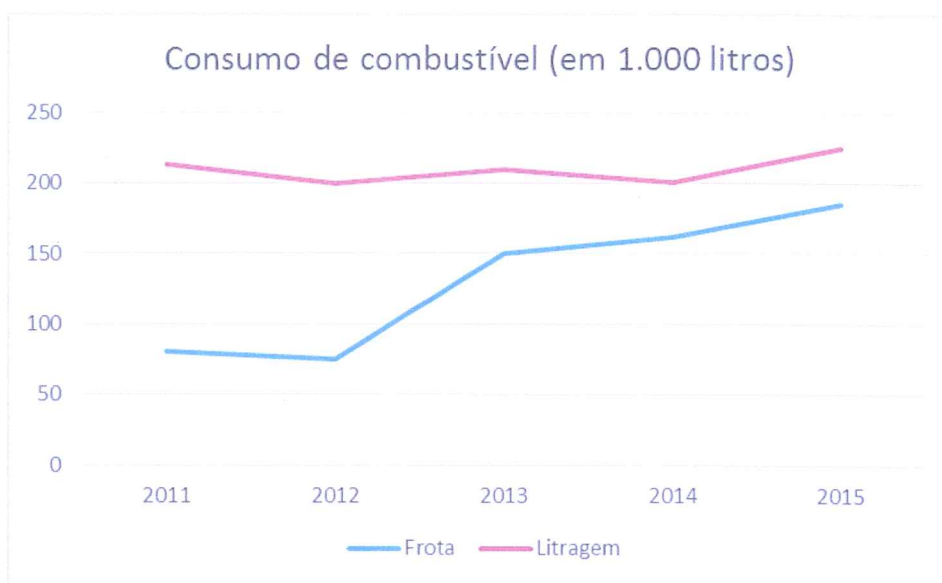
A análise dos dados objeto deste estudo foi lastreada nas variáveis representadas nos gráficos 02, que verifica a relação entre o aumento da frota e o consumo de combustíveis, o gráfico 03, que verifica a relação entre os gastos com manutenção e reparos e o aumento da frota e, o gráfico 04, que demonstra o aumento do número de viagens utilizando a frota.

O fato gerador de uma gestão de excelência é dado pela relação entre os resultados e o custo para obtê-los. Deste modo, a redução dos custos operacionais da frota, somados ao

conhecimento das suas necessidades, proporcionam o contexto adequado para se atingir uma alocação eficiente de recursos. O que pode ser demonstrado nos gráficos abaixo.

O gráfico (2) abaixo, refere-se ao aumento da frota e sua implicação no aumento do consumo de combustível.

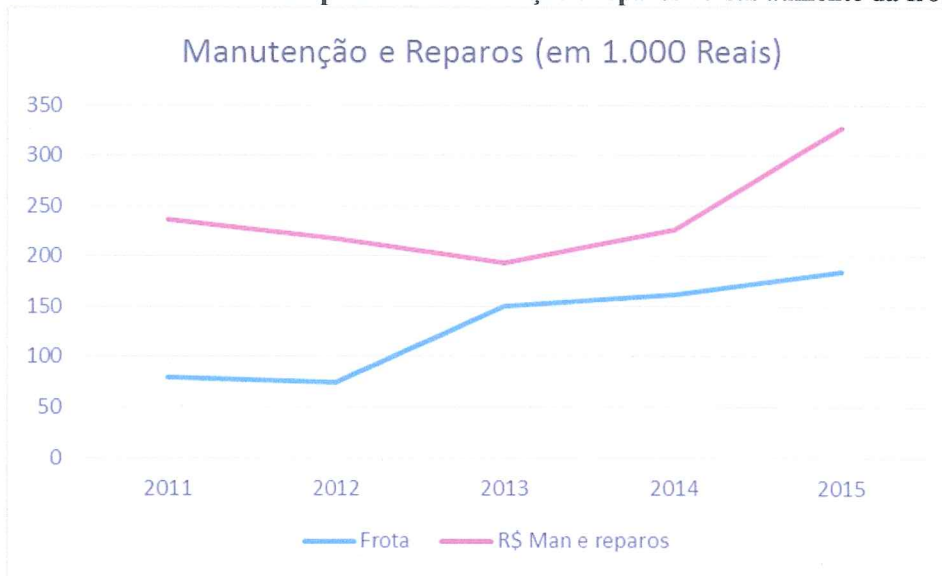
Gráfico 2 - Aumento da frota versus consumo de combustível



Fonte: Elaboração própria (2016).

O Gráfico 02 demonstra um aumento significativo da frota, de 80 veículos em 2011 passou para 185 em 2015, a partir do advento REUNI. Entre 2012 e 2015 a frota teve um aumento 131,3% no número de veículos, ainda com recursos oriundos do REUNI, no entanto, o aumento no consumo de combustível se manteve praticamente estável.

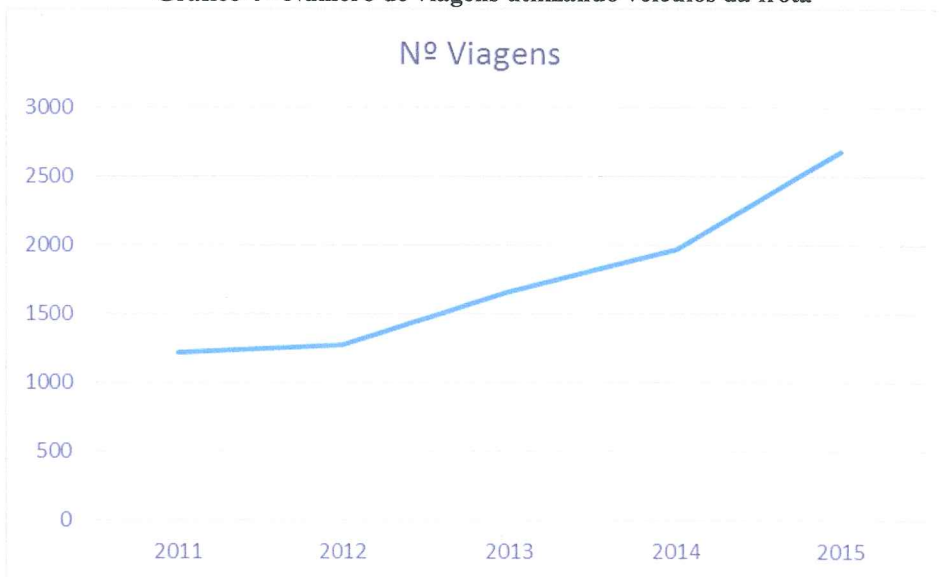
O gráfico (3) se reporta ao aumento de despesa com manutenção e reparos em relação ao aumento da frota.

Gráfico 3 - Aumento da despesa com manutenção e reparos versus aumento da frota

Fonte: Elaboração própria (2016).

O Gráfico 03 corrobora a sinalização do gráfico 02 e, por outro lado, já sinaliza uma preocupação, por que já se observa uma tendência de alta dos custos de manutenção e reparos da frota a partir de 2013. Lembrando que a vida útil econômica média de um veículo para o serviço público é de cinco (05) anos, de acordo com a tabela de depreciação contábil da Receita Federal.

O gráfico 4 analisa o aumento do número de viagens como consequência do crescimento da frota.

Gráfico 4 - Número de viagens utilizando veículos da frota

Fonte: Elaboração própria (2016).

O Gráfico 04 apresenta um crescimento constante do número de viagens utilizando os veículos da frota. Um aumento aproximado de 120% das viagens, passando de 1.218 viagens em 2011 para 2.678 em 2015, o que demonstra por um lado a pujança da instituição no que diz respeito a realização de suas atividades (em se tratando de uma universidade multi campi e que dialoga com inúmeras organizações da sociedade civil, instituições públicas, etc. , por outro, se observa que mesmo com o aumento do número de viagens e da frota, não se observou o aumento no consumo de combustíveis – o que é um ponto positivo. Os gráficos 01, 02 e 03 apresentam um contexto em que o investimento reuni na frota da universidade demonstraram um ganho em economicidade para a universidade.

Portanto, compreendemos que a mola propulsora de investimentos na reestruturação e expansão das IFES brasileiras, no que diz respeito à área acadêmica e infraestrutura, mas também como ferramenta de melhoria de gestão no que diz respeito a economicidade, circunscrita ao Setor de transporte da PU/UFPB precisa se reestruturar frente ao contexto aqui colocado.

Nos dias atuais as tecnologias e os conceitos vêm sendo substituídos de maneira muito rápida, caberá aos indivíduos acompanhar essas mudanças. A quebra de paradigmas está presente no contexto atual como forma de orientar aqueles que precisam de limites e padrões pré-estabelecidos. É sabido que mudanças significam correr riscos, saber identificar o que é certo e errado é fundamental e por fim analisar uma maneira viável para que um setor obtenha bons resultados. A organização ou instituição deverá estar ciente que irá encontrar resistência por parte de algumas pessoas, apegadas a modelos de gestão ultrapassados. É premente a necessidade de uma revisão na administração das instituições públicas, de forma discreta e em longo prazo rompendo modelos burocráticos e centralizadores, requerendo tecnologias de gestão bastante recentes obtendo-se assim renovação constante. As instituições públicas tomando como exemplo as empresas privadas, precisam ser flexíveis, mais focadas, de alta performance, mas de baixo custo e de longo prazo.

Instituições públicas de ensino como a UFPB precisam tirar o maior proveito possível de suas vantagens competitivas, sempre inovando, sempre aprendendo (PU/UFPB).

Por fim, se faz necessário que a gestão compreenda as adversidades e respalde as propostas de inovações no Plano de Desenvolvimento da Instituição. O setor de transportes consiste em um dos setores que melhor se desenvolveu que ainda poderá melhorar e muito a qualidade acadêmica baseado em seu tripé institucional: ensino, pesquisa e extensão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que agora se conclui, consiste em uma leitura subliminar do programa REUNI no setor de transportes. Conclui-se, portanto, que o Programa REUNI, foi fundamental na melhoria das atividades desenvolvidas pelo Setor de Transporte da UFPB, tendo em vista que as funções meio, são de grande importância, para que as atividades fins sejam bem sucedidas. Torna-se notório que uma administração lastreada nos princípios básicos de gestão da qualidade, aliada aos fundamentos da eficiência e economicidade, contribuíram para uma redução de custos operacionais da frota do setor de transportes da UFPB, e um aumento na qualidade dos serviços prestados, e com isso os ganhos foram de toda a comunidade que faz a UFPB.

Sugere-se a elaboração de estudos posteriores, na área de melhoria contínua, para que não se perca o que foi conquistado: controle e diminuição dos custos operacionais, pois a cada ano, aumenta a depreciação da frota, que traz consigo aumento do consumo de combustíveis, e os gastos com manutenção e reparos.

Se faz necessário, portanto, reavaliar o atual modelo de gestão, uma vez que os repasses governamentais estão diminuindo sistematicamente. É preciso se trabalhar à redução de custos através da escolha novos paradigmas de gestão, tais como:

- Um plano sistemático de aquisição e renovação da frota;
- Terceirização com locação (UFPB / VIRTUAL), para casos excepcionais de viagens de longas distâncias.

Os itens sugeridos acima direcionam o início de futuros estudos, avaliações e pesquisas que poderão contribuir para uma continuidade das melhorias já alcançadas, bem como no aprimoramento dos serviços prestados a comunidade universitária através do Setor de Transporte da UFPB.

Enfim, é hora de repensar a importância de investimentos regulares na logística de transporte para a UFPB, para que se possa deixar um legado de modernidade e eficiência para as próximas gerações que conduzirão os caminhos da mesma.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informações e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, agosto/2002.

_____. **NBR 14724**: Informações e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, agosto/2002.2011.

_____. **NBR 15287**: Informações e documentação – Projeto de pesquisa - Apresentação. Elaboração. Rio de Janeiro, abril/2011.

_____. **NBR 6023**: Informações e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, agosto/2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Livro sobre o PDE**: razões, princípios e programas. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em:<[HTTP://portal.mec.gov.br/arquivos/livro.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Resumo técnico censo da educação superior de 2010**. Brasília: MEC/INEP, 2012. Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_educacao_2010.pdf>. Acesso em: mar. 2013.

_____. Ministério da Educação. REUNI. **Reestruturação e Expansão das Universidades das Federais – Diretrizes Gerais –PDE.2007**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em:10 jan. 2013.

_____. Ministério da Educação. **PDE: Ações do PDE**.Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <<http://pde3anos.mec.gov.br/>>.Acesso em: 20mar. 2013.

_____. Ministério da Educação. **PDE-Plano de Desenvolvimento da Educação**: Análise crítica da política do MEC. Campinas: Autores Associados, 2009. (Coleção polêmicas do nosso tempo)

_____. Ministério da Educação. **REUNI2008-Relatório de Primeiro ano**. Outubro de 2009. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Itemid=1085>. Acesso em: 15 fev. 2013.

_____. Ministério da Educação. **REUNI**: reestruturação e expansão das universidades federais. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em:<<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 11 mar.2013.

BENNIS, Warren G. **Organizações em Mudança**. São Paulo: Atlas, 1976.

BERGAMINE, C.W.; BERALDO, D.G.R. **Avaliação de desempenho humano na empresa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

BOURDIEU. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAVALCANTI, Bianor Scelza. DO: Considerações sobre seus objetivos, valores e processos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.49-84, abr./jun.1979.

CATANI, A.; OLIVEIRA, J.F. **Educação superior do Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Sustaining Change in Universities**. Continuities in Case Studies and Concepts. Londres: Society for Research into Higher Education; Maidenhead: Open University Press, 2004.

DIAS SOBRINHO. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005^a.

_____. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, s/n, n. 28, p. 164-173, jan./abr. 2005b.

_____. Calidad, pertinência y relevância: relación con el resto del sistema y La sociedad; responsabilidad social de La educación superior. In: GAZZOLA, A.L.; PIRES, S. **Hacia una política regional de aseguramiento de La calidad em educación superior para América latina y el Caribe**. Caracas: UNESCO-IESALC, 2008.

_____. Democratização, qualidade e crise da educação superior. **Faces da exclusão e limites da inclusão Educacional & Sociedade**, Campinas, SP, v. 31, n.113, p. 1223-1245, out/dez. 2010.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Inovação e Governo local no Brasil contemporâneo. In: JACOBI, Pedro; PINHO, José Antonio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares**. Rio de Janeiro: FGV, p.41-76, 2006.

FORMULÁRIO da Educação Disponível em: <<http://www.forummundialeducação.org/article4.html>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KLERING, Luis Roque; ANDRADE, Jackeline Amantino de. Inovação na gestão pública: compreensão do conceito a partir da teoria e da prática. In: JACOBI, Pedro; PINHO, José Antonio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares**. Rio de Janeiro: FGV, p.77-96, 2006.

MAIN, J. Guerras pela qualidade. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MOROSINI, M. C. Qualidade universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. **Interface: comunicação, saúde e educação**, Botucatu, SP, v. 5, n. 9, p. 89-102, ago. 2001.

_____. Qualidade na educação superior: tendências do século. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 165-186, maio/ago. 2009.

MATOS, Ruy de Alencar. Para que moderniza a organização pública? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n.3, p.22-26, jul./set. 1988.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação organizacional**. Rio de Janeiro: *Qualitymark*, 2001.

SOUZA, Werton Brasil de. **Interesse público e resistência à mudança em organizações públicas**: estudo de casos em uma Secretária de Estado. 1994. 226f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD), Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 1994.

SPINK, Peter. A inovação na perspectiva dos inovadores. In: JACOBI, Pedro; PINHO, José Antonio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, Novos patamares**. Rio de Janeiro: FGV, p.22-40, 2006.

RISTOF, D. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, M; OLIVEIRA, J. F; MOROSINI, M (Org.). **Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008 – (Coleção Inep 70 anos, v.2).

SANTOS. **Pela mão de alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Reinventar a democracia**: entre pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, A. et.al. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: contraponto, 1999.

_____. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento

(entrevista). **Currículo sem fronteiras**, [s/l], v. 3, n.2. p. 5-23, jul./dez.2003.

_____. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Declaração Mundial sobre a Educação Superior XXI: visão e ação**. Paris: UNESCO, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: Por uma outra política educacional**. 5. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. (Coleção educação contemporânea).

TONET, Helena. **A Lei de Responsabilidade Fiscal: Uma abordagem gerencial**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2001.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Novo Modelo de educação para o Brasil**. Tarso Genro et al. Organizadores. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

WEICK, K. E; QUINN, R. E. Organizational change and development. **Annual Review of Psychology**, v. 50, n.1, p. 361-387, 1999.

WEBOMETRICS Ranking Web of World Universities. Julho de 2010. Disponível em:<http://www.webometrics.info/top100_continent.asp?cont=latin_america>. Acesso em: 01 abr. 2013.

YIN.R.K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**, 3. ed. Porto Alegre: BOOKMAN, 2005.

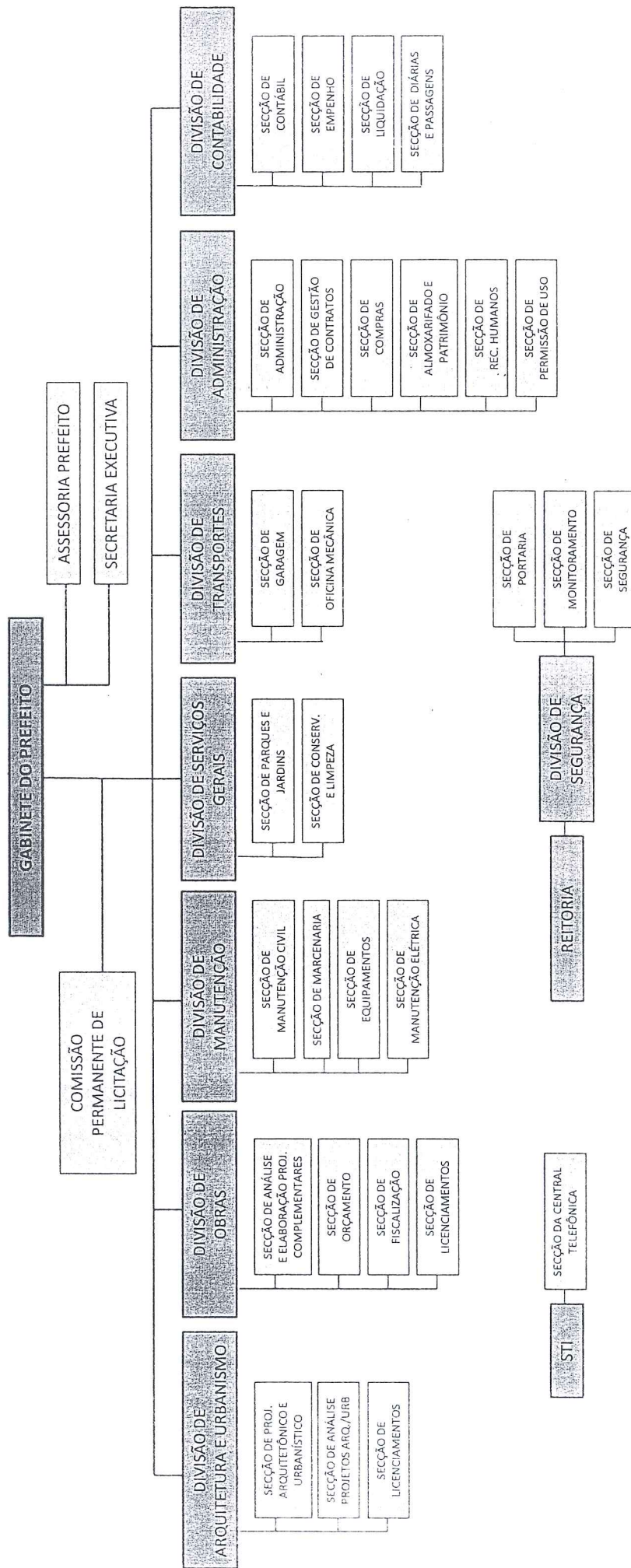
ANEXOS

1000

1000

ANEXOS – 1

ORGANOGRAMA PREFEITURA UNIVERSITARIA / UFPB



ANEXOS – 2

FROTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

2011 A 2015

2011

FROTA - CAMPUS I / JOÃO PESSOA

Nº	PLACA	VEÍCULO	ANO	TOMBAMENTO	STATUS
1	MMZ - 9821	FIESTA	2005	191132	ATIVO
2	MMZ-9831	MIC.ÔNIBUS	2005	191131	ATIVO
3	MOD-4223	AMBULÂNCIA	2007	220813	ATIVO
4	MNY-3045	FIESTA	2008	68005159	ATIVO
5	KMD-4345	CAMIONETA	1999	NL NO CARRO	ATIVO
6	NQA-7440	FIESTA	2010	NL NO CARRO	ATIVO
7	MOW-9650	KIA	2001	NL NO CARRO	ATIVO
8	MNK-4102	MIC.ÔNIBUS	2006	202815	ATIVO
9	MOQ-4702	RANGER	2011	680034	ATIVO
10	NPU-3942	VANDUCATO	2011	65056430	ATIVO
11	NPU-3842	VANDUCATO	2011	65056432	ATIVO
12	NPU-3902	VANDUCATO	2011	65056435	ATIVO
13	NPU-3752	VANDUCATO	2011	65056433	ATIVO
14	NPU-3892	VANDUCATO	2011	65056434	ATIVO
15	MNJ-7033	GOL 1.6	2005	203984	ATIVO
16	MNJ-6073	GOL 1.6	2005	203988	ATIVO
17	MNJ-4013	SAVEIRO	2005	203990	ATIVO
18	MNJ-7063	GOL 1.0	2005	203983	ATIVO
19	MNJ-7073	GOL 1.0	2005	203982	ATIVO
20	MOD-9793	LOGAN	2008	216029	ATIVO
21	NQH-5293	KOMBI	2011	66000121	ATIVO
22	MON-2064	ÔNIBUS	2009	233447	ATIVO
23	MOK-9784	MIC.ÔNIBUS	2008	231136	ATIVO
24	MOB-4734	RANGER	2008	229412	ATIVO
25	OET-0984	CAMINHÃO	2011	249277	ATIVO
26	MOV-1775	CAMINHÃO	2008	NL NO CARRO	ATIVO
27	MOG-1945	T. BANDEIRANT	1992	NL NO CARRO	ATIVO
28	MNA-1975	KOMBI	1996	NL NO CARRO	ATIVO
29	NQF-3935	SCAPADE	2011	65008930	ATIVO
30	NQF-3945	SCAPADE	2011	65008940	ATIVO
31	OFF-1868	ÔNIBUS	2011	65019985	ATIVO
32	MNY-3075	COURRIER	2008	68005158	ATIVO
33	KKL-8167	KOMBI	1997	191605	ATIVO
34	MON-4297	COROLA	2007	ILEGÍVEL	ATIVO
35	MOQ-8557	M.ÔNIBUS	2007	209814	ATIVO
36	NQG-7688	ÔNIBUS	2010	65008517	ATIVO
37	OFE-4528	VANDUCATO	2011	65056431	ATIVO
38	OFE-6178	KOMBI	2011	66000121	ATIVO
39	OFE-6168	KOMBI	2011	65051423	ATIVO
40	OFE-6188	KOMBI	2011	65051424	ATIVO
41	OFE-2428	KOMBI	2011	681044	ATIVO
42	NPS-2469	VAN	2009	238971	ATIVO
43	NPX-6379	M.ÔNIBUS	2009	238970	ATIVO
44	MMX-6559	GOI	2003	TOMB./FUNAPE	ATIVO
45	MOG-8559	REBOQUE	1998	NL NO CARRO	ATIVO
46	NPS-5710	FIESTA	2010	241347	ATIVO
47	NQJ-4870	VAN	2010	243546	ATIVO
48	MMU - 3524	FIAT UNO VERDE	1996	NL NO VEICULO	ATIVO

FROTA - CAMPUS II / AREIA

Nº	PLACA	VEÍCULO	ANO	TOMBAMENTO	STATUS
1	MMV-6954	MOTO-XTZ	2003	186397	ATIVO
2	MNJ-5605	CAMINHÃO	1981	133547	ATIVO
3	MOP-9030	MOTO 125	2000	173054	ATIVO
4	MNA-1490	FUSCA	1995	179402	ATIVO
5	NQI-3920	S 10	2010	248215	ATIVO
6	NQI-3950	S 10	2010	248214	ATIVO
7	NQI-3960	S 10	2010	248213	ATIVO
8	NQI - 3930	CORSA	2010	NÃO LOCALIZADO	ATIVO
9	NQI-3940	CORSA	2010	248212	ATIVO
10	MNA-1060	FUSCA	1996	207511	ATIVO
11	MOU-5798	VAN/PEUGEOT	2006	200855	ATIVO
12	MMR-4292	ÔNIBUS	1995	157290	ATIVO
13	NQG-7748	ÔNIBUS	2010	65008515	ATIVO

OBS: POSIÇÃO INDEFINIDA SOBRE O STATUS PELO CAMPUS II

FROTA - CAMPUS III / BANANEIRAS

ORDEM	PLACA	VEÍCULO	ANO	TOMBAMENTO	STATUS
1	MNC - 4456	ÔNIBUS/MERCEDES	1968	336171	ATIVO
2	MOD - 9953	ÔNIBUS	2007	221302	ATIVO
3	MNB - 4456	MICRO-ÔNIBUS	2004	189486	ATIVO
4	MNM - 1474	TOYOTA/HILUX	2001	179795	ATIVO
5	NPV - 0436	CAM. F 4000/FORD	2009	245552	ATIVO
6	NPS - 0016	FORD/RANGER	2009	NL NO VEÍCULO	ATIVO
7	MNZ - 9186	GOL	2008	221296	ATIVO
8	MOK - 6034	MOTO/SUNDOW STX 200	2008	228595	ATIVO
9	NQG - 7628	ÔNIBUS	2010	65008516	ATIVO
10	MOO - 4127	MOTO/HONDA CG FAN	2007	221301	ATIVO
11	MOA - 3126	MOTO/HONDA CG FAN	2008	244827	ATIVO
12	NPW - 4799	MOTO/HONDA CG FAN		245038	ATIVO

OBS: POSIÇÃO INDEFINIDA SOBRE O STATUS PELO CAMPUS III

FROTA - CAMPUS IV / RIO TINTO E MAMANGUAPE

ORDEM	PLACA	VEÍCULO	ANO	TOMBAMENTO	STATUS
1	MNX-2351	PRISMA	2009	NL NO VEICULO	ATIVO
2	MNX-6071	MICROONIBUS	2009	232315	ATIVO
3	MOK-5004	VAN	2009	229241	ATIVO
4	MOB-4724	CURRIER	2009	229410	ATIVO
5	MOB-4674	RANGER	2009	229411	ATIVO
6	OFE-4528	VAN	2011	65056435	ATIVO
7	MNX-2351	PRISMA	2009	NL NO VEICULO	ATIVO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

SETOR DE TRANSPORTES-DSG-PU

FROTA ATIVA DA UFPB ST - DSG - PU - 2012

QT.	PLACA	MARCA	TIPO	ANO	CATEGORIA
1	PFS-8441	HONDA	MOTO	2012	SERVIÇOS ESPECIAIS
2	PFS-8571	HONDA	MOTO	2012	SERVIÇOS ESPECIAIS
3	PFS-8681	HONDA	MOTO	2012	SERVIÇOS ESPECIAIS
4	PFS-8841	HONDA	MOTO	2012	SERVIÇOS ESPECIAIS
5	MOD-4223	MERCEDES BENZ	VAN (AMBULÂNCIA)	2008	SERVIÇOS ESPECIAIS
6	MNQ-3249	VOLKSWAGEN	SAVEIRO/AMBULÂNCIA	2003	SERVIÇOS ESPECIAIS
7	MOD-4223	PEUGEOT	VAN (AMBULÂNCIA)	2012	SERVIÇOS ESPECIAIS
8	MON-9650	KIA	VAN (AMBULÂNCIA)	2001	SERVIÇOS ESPECIAIS
9	NQJ-7416	NISSAN	LIVINA	2011	SERVIÇOS ESPECIAIS

QT.	PLACA	MARCA	TIPO	ANO	CATEGORIA
1	MMZ-9831	MERCEDES - COMIL	MICRO-ÔNIBUS	2005	SERVIÇOS COMUNS
2	MNK-4102	MERCEDES-BENZ	MICRO-ÔNIBUS	2006	SERVIÇOS COMUNS
3	MOQ-8557	MERCEDES-BENZ	MICRO-ÔNIBUS	2007	SERVIÇOS COMUNS
4	MON-2064	MERCEDES BENZ	ÔNIBUS	2009	SERVIÇOS COMUNS
5	OFH-0374	VOLVO	ÔNIBUS	2012	SERVIÇOS COMUNS
6	NQG-7688	MERCEDES BENZ	ÔNIBUS	2010	SERVIÇOS COMUNS
7	OFF-1868	VOLKSWAGEN	ÔNIBUS	2011	SERVIÇOS COMUNS
8	NPX-6379	MARCOPOLLO/VOLARE	MICRO-ÔNIBUS	2010	SERVIÇOS COMUNS
9	MOK-9784	MARCOPOLLO/VOLARE	MICRO-ÔNIBUS	2008	SERVIÇOS COMUNS
10	MNR-8122	CHEVROLET	CAMIONETA	1986	SERVIÇOS COMUNS
11	MNL-4496	CHEVROLET	CAMINHÃO (D-40)	1986	SERVIÇOS COMUNS
12	OET-0984	IVECO	CAMINHÃO	2011	SERVIÇOS COMUNS
13	MOV-1775	FORD	CAMINHÃO - BAÚ	2008	SERVIÇOS COMUNS
14	MNG-0736	CHEVROLET	CAMIONETA	1984	SERVIÇOS COMUNS
15	MOG-1945	TOYOTA/BANDEIRANTE	CAMIONETA	1992	SERVIÇOS COMUNS
16	NPS-2469	FIAT	VAN-DUCATO	2009	SERVIÇOS COMUNS

17	NPU-3752	FIAT	VAN-DUCATO	2012	SERVIÇOS COMUNS
18	NPU-3842	FIAT	VAN-DUCATO	2012	SERVIÇOS COMUNS
19	NPU-3902	FIAT	VAN-DUCATO	2012	SERVIÇOS COMUNS
20	NPU-3942	FIAT	VAN-DUCATO	2012	SERVIÇOS COMUNS
21	NPU-3892	FIAT	VAN-DUCATO	2012	SERVIÇOS COMUNS
22	OFE-6178	VOLKSWAGEN	KOMBI	2011	SERVIÇOS COMUNS
23	OFE-6168	VOLKSWAGEN	KOMBI	2011	SERVIÇOS COMUNS
24	OFE-6188	VOLKSWAGEN	KOMBI	2011	SERVIÇOS COMUNS
25	NQH-5293	VOLKSWAGEN	KOMBI	2011	SERVIÇOS COMUNS
26	OFE-2428	VOLKSWAGEN	KOMBI	2011	SERVIÇOS COMUNS

27	MNR-9998	VOLKSWAGEN	KOMBI	1997	SERVIÇOS COMUNS
28	MOG-1539	VOLKSWAGEN	KOMBI	1999	SERVIÇOS COMUNS
29	MNA-1975	VOLKSWAGEN	KOMBI	1996	SERVIÇOS COMUNS
30	KKL-8167	VOLKSWAGEN	KOMBI	1997	SERVIÇOS COMUNS

QT.	PLACA	MARCA	TIPO	ANO	CATEGORIA
1	NQF-3935	PEUGEOT	ESCAPADE	2011	INSTITUCIONAL
2	NQF-3945	PEUGEOT	ESCAPADE	2011	INSTITUCIONAL
3	OFX-0259	RENAULT	SYMBOL	2012	INSTITUCIONAL
4	OGD-4560	RENAULT	SYMBOL	2012	INSTITUCIONAL
5	OGD-4650	RENAULT	SYMBOL	2012	INSTITUCIONAL
6	OFF-9015	RENAULT	SYMBOL	2012	INSTITUCIONAL
7	OFF-9065	RENAULT	SYMBOL	2012	INSTITUCIONAL
8	OFF-9105	RENAULT	SYMBOL	2012	INSTITUCIONAL
9	OFF-9205	RENAULT	SYMBOL	2012	INSTITUCIONAL
10	NQJ-7426	NISSAN	LIVINA	2011	INSTITUCIONAL
11	MNJ-6073	VOLKSWAGEN	GOL - 1.6	2005	INSTITUCIONAL
12	MNJ-6083	VOLKSWAGEN	GOL - 1.6	2005	INSTITUCIONAL
13	MNG-7003	VOLKSWAGEN	GOL - 1.6	2005	INSTITUCIONAL
14	MNJ-7033	VOLKSWAGEN	GOL - 1.0	2005	INSTITUCIONAL
15	MNJ-7053	VOLKSWAGEN	GOL - 1.0	2005	INSTITUCIONAL
16	MNJ-7063	VOLKSWAGEN	GOL - 1.0	2005	INSTITUCIONAL
17	MNJ-7073	VOLKSWAGEN	GOL - 1.0	2005	INSTITUCIONAL

18	MNJ-3983	VOLKSWAGEN	GOL - 1.0	2005	INSTITUCIONAL
19	MMX-6559	VOLKSWAGEN	GOL - 1.0	2003	INSTITUCIONAL
20	MNJ-6113	VOLKSWAGEN	GOL - 1.0	2005	INSTITUCIONAL
21	MNJ-6983	VOLKSWAGEN	GOL - 1.0	2005	INSTITUCIONAL
22	MOD-9863	RENAULT	LOGAN	2008	INSTITUCIONAL
23	MOD-9793	RENAULT	LOGAN	2008	INSTITUCIONAL
24	MOD-9823	RENAULT	LOGAN	2008	INSTITUCIONAL
25	MOD-9783	RENAULT	LOGAN	2008	INSTITUCIONAL
26	NPS-5710	FORD	FIESTA	2010	INSTITUCIONAL
27	NQA-7440	FORD	FIESTA	2010	INSTITUCIONAL
28	MNY-3045	FORD	FIESTA	2008	INSTITUCIONAL
29	MMZ-9821	FORD	FIESTA	2005	INSTITUCIONAL
30	NOQ-4702	FORD	RANGER	2011	INSTITUCIONAL
31	NOQ-4612	FORD	RANGER	2011	INSTITUCIONAL
32	MOB-4734	FORD	RANGER	2008	INSTITUCIONAL
33	MOB-8564	FORD	RANGER	2002	INSTITUCIONAL
34	MNJ-7023	VOLKSWAGEN	SAVEIRO - 1.6	2005	INSTITUCIONAL
35	MNJ-4013	VOLKSWAGEN	SAVEIRO - 1.6	2005	INSTITUCIONAL

QT.	PLACA	MARCA	TIPO	ANO	CATEGORIA
1	MON-4297	TOYOTA	COROLA	2007	REPRESENTAÇÃO

MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS POR GRUPO - Exercício de 2012:

ITEN	GRUPO	K. RODADOS/2012
1	SERVIÇOS ESPECIAIS	10.918
2	SERVIÇOS COMUNS	11.887
3	INSTITUCIONAL	18.500
4	REPRESENTAÇÃO	1.851

Comissão de Segurança e de Transportes

TOTAL DE VEÍCULOS - CATEGORIA SERVIÇOS COMUNS.

CATEGORIA	UNIDADE FUNCIONAL	VEÍCULO	PLACA	MARCA	TIPO	ANO	CAMPUS
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCEN	RANGER	MOB - 8564	FORD	UTILITÁRIO	2002	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRAC	LOGAN	MOD - 9793	RENAUT	SEDAN	2008	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CI	SYMBOL	OFF - 9105	RENAUT	SEDAN	2012	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PU	UVINA	NQJ - 7426	NISSAN	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCA	SYMBOL	OGO - 4650	RENAUT	SEDAN	2012	Campus II
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRG	LOGAN	MOD - 9783	RENAUT	SEDAN	2008	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	VICE-REITORIA	SYMBOL	OGO - 4590	RENAUT	SEDAN	2012	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PLANTÃO/DIVTRANS	GOL	MNJ-8073	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PLANTÃO/DIVTRANS	GOL	MNJ-8983	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCEN	RANGER	NQO-4702	FORD	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	TV	SCAPEDE	NQF - 3935	PEUGEOT	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCJ	SCAPEDE	NQF - 3935	PEUGEOT	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCA	FUSCA - WW	MNA-1490	VOLKSWAGEN	PASSEIO	1996	Campus II
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCA	FUSCA - WW	MNA-1000	VOLKSWAGEN	PASSEIO	1996	Campus II
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CHSA	RANGER	NPS-0016	FORD	CARROCERIA ABERTA	2009	Campus III
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CHSA	GOL	MNR-8152	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2008	Campus III
SERVIÇO INSTITUCIONAL	COAE	PRISMA	MXN-2351	CHEVROLET	SEDAN	2008	Campus IV
SERVIÇO INSTITUCIONAL	COAE	VAN	MOK-5004	FIAT	DUCATO	2008	Campus IV
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCSA	GOL	MNJ-3983	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCS	FIESTA	NPS-5710	FORD	HATH	2010	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PLANTÃO/DIVTRANS	GOL	MMX-6559	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2003	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CTDR	SYMBOL	OFF - 9065	RENAUT	SEDAN	2012	Campus V
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CE	GOL	MNJ-7073	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2003	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCI	ESCAPEDE	NQF-3945	PEUGEOT	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	NUPPA	GOL	MNJ-7083	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRPG	LOGAN	MOD-9853	RENAUT	SEDAN	2008	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCM	RANGER	MOB-4734	FORD	UTILITÁRIO	2008	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRA	LOGAN	MOD-9823	RENAUT	SEDAN	2008	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRA	GOL	MNJ - 6073	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRAP	HONDA CIVIC	MOQ-1699	HONDA	SEDAN	2005/2006	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	REITORIA	HONDA CIVIC	MOQ - 1409	HONDA	SEDAN	2005/2006	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCS	COROLA	MON-4297	TOYOTA	SEDAN	2007	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	ETS	SANDERO	OEX-8783	RENAUT	UTILITÁRIO	2013	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	ETS	FIESTA	MMZ-8821	FORD	HATH	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	UNIV. VIRTUAL	RANGER	NQO-4612	FORD	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCIA	SYMBOL	OPX-0258	RENAUT	SEDAN	2012	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCEN	FIESTA	MNY-3045	FORD	SEDAN	2008	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	HULW	FIESTA	QAQ-7440	FORD	HATH - 1.6	2010	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	TV	KOMBI	OFE-6168	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	Coord. Manut./PU	GOL	MNJ-7003	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CEAR	SYMBOL	OFF-9015	RENAUT	SEDAN	2012	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCS	GOL	MNJ-8083	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	Coord. Manut. (Hidráulica) PU	SAVEIRO	MNJ-4013	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	Coord. Manut. (Hidráulica) PU	GOL	MNJ-7033	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CHSLA	GOL	MNJ-7053	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CAD/PU (Compras)	GOL	MNJ-6113	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CIOTEC	SYMBOL	OFF-9205	RENAUT	SEDAN	2012/2013	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	Coord. Manut. (Elétrica) PU	SAVEIRO	MNJ-7023	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CHSA	GOL	MNZ-9186	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2008	Campus II
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CHSA	GOL	MNJ- 7043	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus II
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRPG	GOL 1.6	OXO - 9687 PB	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRA	GOL 1.6	OXO - 9687 PB	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CS/UC/PO/CM/PU FISCALIZAÇÃO	GOL 1.6	OXO - 9537 PB	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRAPE	GOL 1.6	OGF - 5925 PB	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CHSLA	GOL 1.6	NPZ - 2821 PB	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRAPE	VAN	Reg.	FORD	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	REITORIA ASS. IMPRENSA	FORD ESPORTE	Reg.	FORD	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CHSA	DOBLÓ 1.8	OXO - 8557 PB	FIAT	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus II
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CT	FORD ESPORTE	Reg.	FORD	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCSA	FORD ESPORTE	Reg.	FORD	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCEN	VAN	Reg.	FORD	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CI	VAN	Reg.	FORD	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
TOTAL DE VEÍCULOS - CATEGORIA SERVIÇO INSTITUCIONAL.....							62

SERVIÇOS ESPECIAIS		HULW	VAN	MOD-4223	Mercedes Benz	Ambulância/Sprint	2008	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	DISEG	VIGILÂNCIA	NISSAN	NQJ-7416	LIVINA	Utilitário	2011	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS		HULW	SAVEIRO	MNQ-3249	VOLKSWAGEN	Ambulância/Adapt.	2003	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS		HULW	VAN	OFD-6354	PEUGEOT	Ambulância/Boxer	2012	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS		HULW	VAN	MOW-9950	KIA	Ambulância/Besta	2001	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	DISEG	VIGILÂNCIA	MOTO	PFS-8441	HONDA	BROS - 150	2012	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	DISEG	VIGILÂNCIA	MOTO	PFS-8481	HONDA	BROS - 150	2012	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	DISEG	VIGILÂNCIA	MOTO	PFS-8571	HONDA	BROS - 150	2012	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	DISEG	VIGILÂNCIA	MOTO	PFS-8881	HONDA	BROS - 150	2012	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS		CRÉCHE	KOMBI	OFX-6178	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2011	Campus I
TOTAL DE VEÍCULOS - CATEGORIA SERVIÇOS ESPECIAIS.....								10

Serviço	Unidade	Modelo	Placa	Fabricante	Modelo	Ano	Local
SERV. REPRESENTAÇÃO	GABINETE DA REITORIA	HONDA/CIVIC	OGE-5038	HONDA	SEDAN	2013/2014	Campus I
TOTAL DE VEÍCULOS - CATEGORIA REPRESENTAÇÃO.....							1
TOTAL DE VEÍCULOS OFICIAIS ATIVOS (SERVÍVEIS) PERTENCENTES A FROTA DA UFPA.....							150

Resumo da frota de veículos por categoria:

CATEGORIA	QUANTIDADE
SERVIÇOS COMUNS.....	77
SERVIÇOS INSTITUCIONAL	62
ESPECIAIS	10
REPRESENTAÇÃO	1
TOTAL DE VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA	150



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA - DIVTRANS/PU/UPB
Coordenadoria de Segurança e de Transportes

CATEGORIA	UNIDADE FUNCIONAL	VEÍCULO	PLACA	MARCA	TIPO	ANO	CAMPUS
SERVIÇOS COMUNS	CCA	Ônibus	MMR-4292	MERCEDES BENZ	URBANO	1993	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	VAN	MOU-5798	PEUGEOT	BOXER	2006	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	Caminhão	MNJ-5605	VOLKSWAGEN	CARROCERIA ABERTA	1991	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	Micro-ônibus	MNR-9044	MERCEDES BENZ	MICRO	1983	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCHSA	ÔNIBUS	NQG-7628	MERCEDES BENZ	RODIOVIÁRIO	2010	Campus III
SERVIÇOS COMUNS	CCHSA	ÔNIBUS	MOD-9953	VOLKSWAGEN	RODIOVIÁRIO	2008	Campus III
SERVIÇOS COMUNS	CCAÉ	ÔNIBUS	MXN - 6071	MERCEDES BENZ	RODIOVIÁRIO	2008	Campus IV
SERVIÇOS COMUNS	CCAÉ	ÔNIBUS	MOK - 8286	MERCEDES BENZ	RODIOVIÁRIO	2008	Campus IV
SERVIÇOS COMUNS	CCAÉ	VAN	OFF - 4528	FIAT	DUCATO	2011	Campus IV
SERVIÇOS COMUNS	CCHSA	Micro-ônibus	MNB-4456	FIAT	MICRO	2004	Campus III
SERVIÇOS COMUNS	CCM	VAN	NPU - 3842	FIAT	DUCATO	2012	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	DIPA	CAMINHÃO	MOV - 1775	FORD	BAU	2008	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCHLA	VAN	NPU - 3752	FIAT	DUCATO	2002	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCS	VAN	NPU - 3902	FIAT	DUCATO	2002	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCJ	VAN	NQJ-4870	MERCEDES BENZ	SPRINT	2009/2010	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	Coord. LOG./PU	CAMINHÃO	OET-0984	IVECO	CARROCERIA ABERTA	2011	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	Coord. LOG./PU	Caminhão D-40	MNL-4496	CHEVROLET	CARROCERIA ABERTA	1986	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCA	CAMINHONETE S-10 (4x4)	NQI-3950	CHEVROLET	CARROCERIA ABERTA	2009	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	RANGER	MOS- 4661	FORD	CARROCERIA ABERTA	2011	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	ÔNIBUS	NQG-7748	MERCEDES BENZ	RODIOVIÁRIO	2010	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	CAMINH D-40	MNG-0296	CHEVROLET	CARROCERIA ABERTA	1986	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	VAN	OFH-8559	PEUGEOT	BOXER	2011	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	VAN	OGC-9735	PEUGEOT	BOXER	2013	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	S-10 (Cab. Simples)	NQI-3920	CHEVROLET	CARROCERIA ABERTA	2009	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	S-10 (Cab. Dupla)	NQI-3960	CHEVROLET	CARROCERIA ABERTA	2009	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	NOVO CORSA	NQI-3930	CHEVROLET	SEDAN	2009	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	NOVO CORSA	NQI-3940	CHEVROLET	SEDAN	2009	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	TRATOR	S/P	JOHN DEERE	6125D	2011	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	TRATOR	S/P	JOHN DEERE	6125D	2011	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	TRATOR	S/P	JOHN DEERE	6125D	2011	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCA	Caminhoneta	MMN - 6019	CHEVROLET	CARROCERIA ABERTA	1984	Campus II
SERVIÇOS COMUNS	CCHSA	Peugeot VAM	OFB-2789	PEUGOT	BOXER	2011	Campus III
SERVIÇOS COMUNS	CCHSA	F-4000	NVP-0436	FORD	CARROCERIA ABERTA	2009	Campus III
SERVIÇOS COMUNS	CCHSA	TOYOTA	MNM-1474	TOYOTA	HILUX	2001	Campus III
SERVIÇOS COMUNS	CCHSA	TRATOR	S/P	YANMAR	PNEUS	REG.	Campus III
SERVIÇOS COMUNS	CCHSA	TRATOR	S/P	AGRALE	PNEUS	REG.	Campus III
SERVIÇOS COMUNS	CCHSA	TRATOR	S/P	MASSEY FERGUSSON	MISTO	1996	Campus III
SERVIÇOS COMUNS	CCSA/ESC.	VAN	NPU-3942	FIAT	DUCATO	2012	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCS	VAN/PASSEIO	NPU-3902	FIAT	DUCATO	2012	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCS	Micro-ônibus	MOQ-8557	MERCEDES BENZ	MICRO	2007	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCEN/DSE	KOMBI	MOG-1539	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1999	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCHLA	M. ÔNIBUS	MMZ-9831	MERCEDES BENZ	MICRO	2005	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CE	VAN/PASSEIO	NPU-3892	FIAT	DUCATO	2012	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CE	Micro-ônibus	MOK-9784	MARCO POLO/VOLARE	MICRO	2008	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CT	Micro-ônibus	NPX-6379	MARCO POLO/VOLARE	MICRO	2010	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CT	VAN/PASSEIO	NPS-2469	FIAT	DUCATO	2009	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCEN	ônibus	MNK-4102	MERCEDES BENZ	MICRO	2007	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCEN	CARRIER	MNY-3075	FORD	UTILITÁRIO	2008	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCEN	KOMBI	OFB-2428	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	HULW	Caminhoneta	MNR-8122	CHEVROLET	CARROC. ABERTA GM	1986	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCEN/DSE	KOMBI	MNR-9998	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1997	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCEN/DSE	Caminhoneta	MNG-1945	TOYOTA	CARROCERIA ABERTA	1992	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	Coord. LOG./PU	Caminhoneta	MNG-0736	CHEVROLET	CARROCERIA ABERTA	1984	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	PRAPE	ÔNIBUS	MON-2064	MERCEDES BENZ	RODIOVIÁRIO	2009	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	PRAPE	ÔNIBUS	NQG-7688	MERCEDES BENZ	RODIOVIÁRIO	2010	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	PRAPE	ÔNIBUS	OFH-0347	VOLVO	RODIOVIÁRIO	2012	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CTDR	ÔNIBUS	OFF-1868	VOLKSWAGEN	RODIOVIÁRIO	2011	Campus V
SERVIÇOS COMUNS	PRAC	KOMBI	OFB-6188	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	DIPA	Caminhoneta	MNI-3171	CHEVROLET	CARROCERIA ABERTA	1991	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CM/OFIC. EQUIP./PU	KOMBI	MNA-1975	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1996	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CM/OFIC. EQUIP./PU	KOMBI	NQH-5293	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	HULW	CAMINHONETA	KMD-4345	CHEVROLET	CARROC. ABERTA S-10/2.2 S	1998/1999	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCEN/DSE	KOMBI	MNA-1975	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1996	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CM/PU	SAVEIRO	OXO - 8717 PB	VOLKSWAGEN	1.6 CS	2013/2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CM/PU	SAVEIRO	OXO - 9457 PB	VOLKSWAGEN	1.6 CS	2013/2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CM/PU	SAVEIRO	OXO - 9617 PB	VOLKSWAGEN	1.6 CS	2013/2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	HULW	PARATI	MOH-2310	VOLKSWAGEN	CLIMI - 1.6	1998	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCS	AMAROK	OXO - 8597 PB	VOLKSWAGEN	AMAROK	2013/2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCJ	AMAROK	OXO - 8497 PB	VOLKSWAGEN	AMAROK	2013/2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCSA	SAVEIRO	OXO - 8667 PB	VOLKSWAGEN	1.6 CS	2013/2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCHSA	AMAROK	OXO - 8657 PB	VOLKSWAGEN	AMAROK	2013/2014	Campus III

Abraão Cavalcanti de Lacerda
Coordenador de Segurança e de Transportes
COP/PU/UPB - Matrícula SIAPE 1030975

Marcos Antônio de Oliveira
Diretor de Transportes e Logística
MPL 30/04/2014

SERVIÇOS COMUNS	PRA	SAVEIRO 1.6 CS	NPZ - 2931 PB	VOLKSWAGEN	SAVEIRO 1.6 CS	2013/2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	PRA	SAVEIRO 1.6 CS	NPZ - 2901 PB	VOLKSWAGEN	SAVEIRO 1.6 CS	2013/2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	REITORIA	AMAROK	NPZ - 2861 PB	VOLKSWAGEN	AMAROK	2013/2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	PRA	CAMINHÃO	Reg.	FORD	ACCELO 315	2013/2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CU/PU	CAMINHÃO	Reg.	FORD	CAMINHÃO	2013/2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCSA	ECOSPORT	OFF 0713	FORD	UTILITÁRIO	2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	PRAC	GOL 1.6	OFF-4533	VOLKSWAGEN	PASSEIO	2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CTDR	GOL 1.6	QFF 2030	VOLKSWAGEN	PASSEIO	2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CTDR	VAN	QFU-9300	PEUGEOT	FURGÃO	2015	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	PRAPE/RU	FURGÃO	OGF - 7495 PB	MERCEDES BENZ	FURGÃO	2013/2014	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCEN	KOMBI	OFE-2428	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCEN	KOMBI	KKL-8167	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1997	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCEN	TOYOTA/BAND.	MOG-1945	TOYOTA	UTILITÁRIO	1992	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCEN	M ÔNIBUS	MNK-4102	M ÔNIBUS	MICRO	2006	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCHLA	VAN	NPU-3752	DUCATO	UTILITÁRIO	2012	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	PRAC	KOMBI	OFE-8188	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	PRAC	VAN	OFB-7103	FORD	UTILITÁRIO	2013	Campus I
SERVIÇOS COMUNS	CCM	RANGER	MOB-7434	FORD	UTILITÁRIO	2008	Campus I
TOTAL DE VEÍCULOS - CATEGORIA SERVIÇOS COMUNS							89


 Abraão Cavalcanti de Lacerda
 Coordenador de Segurança e de Transporte
 CST/PU/NFPB - Matrícula SIAPE 103097

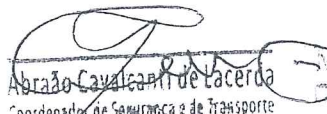

 Mauro Pires e Costa
 Diretor DAVTRANS/PU/NFPB
 Matr. SIAPE 0335260

CATEGORIA	UNIDADE FUNCIONAL	VEICULO	PLACA	MARCA	TIPO	ANO	CAMPUS
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCEN	RANGER	MOB - 8564	FORD	UTILITÁRIO	2012	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRAC	LOGAN	MOD - 9793	RENAUT	SEDAN	2012	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CI	SYMBOL	OFF - 9105	RENAUT	SEDAN	2012	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PU	LIVINA	NQJ - 7428	NISSAN	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCA	SYMBOL	OGD - 4650	RENAUT	SEDAN	2012	Campus II
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRG	LOGAN	MOD - 9783	RENAUT	SEDAN	2012	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	VICE-REITORIA	SYMBOL	OGD - 4560	RENAUT	SEDAN	2012	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PLANTÃO/DIVITRANS	GOL	MNJ-6073	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PLANTÃO/DIVITRANS	GOL	MNJ-8983	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCEN	RANGER	NOQ-4702	FORD	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	TV	SCAPADE	NQF - 3935	PEUGEOT	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCJ	SCAPADE	NQF - 3935	PEUGEOT	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCA	FUSCA - VW	MNA-1490	VOLKSWAGEN	PASSEIO	1996	Campus II
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCA	FUSCA - VW	MNA-1060	VOLKSWAGEN	PASSEIO	1996	Campus II
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCHSA	RANGER	NPS-0016	FORD	CARROCERIA ABERTA	2009	Campus III
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCHSA	GOL	MNR-6152	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2008	Campus III
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCAE	PRISMA	MXN-2351	CHEVROLET	SEDAN	2008	Campus IV
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCAE	VAN	MOK-5004	FIAT	DUCATO	2008	Campus IV
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCSA	GOL	MNJ-3983	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCS	FIESTA	NPS-5710	FORD	HATH	2010	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PLANTÃO/DIVITRANS	GOL	MMX-6559	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2003	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CTDR	SYMBOL	OFF - 9065	RENAUT	SEDAN	2012	Campus V
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CE	GOL	MNJ-7073	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2003	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCJ	SCAPADE	NQF-3945	PEUGEOT	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	NUPPA	GOL	MNJ-7063	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRPG	LOGAN	MOD-9883	RENAUT	SEDAN	2012	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCM	RANGER	MOB-4734	FORD	UTILITÁRIO	2012	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRA	LOGAN	MOD-9823	RENAUT	SEDAN	2012	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRA	GOL	MNJ - 6073	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRAP	HONDA CIVIC	MOQ-1599	HONDA	SEDAN	2005/2006	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	IDEP	HONDA CIVIC	MOQ -1409	HONDA	SEDAN	2005/2006	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCS	COROLA	MON-4297	TOYOTA	SEDAN	2007	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	ETS	SANDERO	OEX-8763	RENAUT	UTILITÁRIO	2013	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	ETS	FIESTA	MMZ-9821	FORD	HATH	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	UNIV. VIRTUAL	RANGER	NOQ-4612	FORD	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCTA	SYMBOL	OFX-0258	RENAUT	SEDAN	2012	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCEN	FIESTA	MNY-3045	FORD	SEDAN	2008	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	HULW	FIESTA	NQA-7440	FORD	HATH - 1.6	2010	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	TV	KOMBI	OFE-6168	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2011	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	Coord. Manut./PU	GOL	MNJ-7003	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CEAR	SYMBOL	OFF-9015	RENAUT	SEDAN	2012	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCS	GOL	MNJ-6083	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	Coord. Manut. (Hidráulica) PU	SAVEIRO	MNJ-4013	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	Coord. Manut. (Hidráulica) PU	GOL	MNJ-7033	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCHLA	GOL	MNU-7053	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CAD/PU (Compras)	GOL	MNJ-6113	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CBITEC	SYMBOL	OFF-9205	RENAUT	SEDAN	2012/2013	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	Coord. Manut. (Elétrica) PU	SAVEIRO	MNJ-7023	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCHSA	GOL	MNZ-9186	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2008	Campus II
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCHSA	GOL	MNJ-7043	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2005	Campus II
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRPG	GOL 1.6	OXO - 9697 PB	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRA	GOL 1.6	OXO - 9687 PB	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CST/CUC/PO/CM/PU FISCALIZAÇÃO	GOL 1.6	OXO - 9537 PB	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRAPE	GOL 1.6	OGF - 5925 PB	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCHLA	GOL 1.6	NPZ - 2821 PB	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	PRAPE	VAN	Reg.	FORD	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	REITORIA ASS. IMPRENSA	ECOSPORT	Reg.	FORD	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCHSA	DORLO 1.8	OXO - 8557 PB	FIAT	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus II
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CT	ECOSPORT	OFF-6723	FORD	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I


Adriano Cavalcanti de Lacerda
Coordenador de Segurança e de Trânsito
CST/PO/CM/PU - Matrícula 1001001


José Gomes
Coordenador de Trânsito
CST/PO/CM/PU - Matrícula 1001002

SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCSA	ECOSPORT	OFF 0713	FORD	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CCEN	VAN	OFB-7113	FORD/TRANSIT	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
SERVIÇO INSTITUCIONAL	CI	VAN	OGE-7595	FORD/TRANSIT	UTILITÁRIO	2013/2014	Campus I
TOTAL DE VEÍCULOS - CATEGORIA SERVIÇO INSTITUCIONAL							62


 Abraão Cavalcanti de Lacerda
 Coordenador de Segurança e de Transporte
 ST/PR-MFPB - Matrícula SIAPE 103097

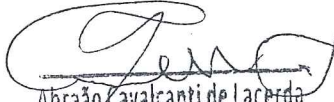

 MPE
 CONTRANS/UAPE
 Matr. SIAPE 052509

CATEGORIA	UNIDADE FUNCIONAL	VEÍCULO	PLACA	MARCA	TIPO	ANO	CAMPUS
SERVIÇOS ESPECIAIS	HULW	VAN	MOD-4223	Mercedes Benz	Ambulância/Sprint	2008	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	DISEG VIGILÂNCIA	NISSAN	NGJ-7416	LIVINA	Utilitário	2011	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	HULW	SAVEIRO	MNQ-3249	VOLKSWAGEN	Ambulância/Adapt	2003	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	HULW	VAN	OFD-9354	PEUGEOT	Ambulância/Boxer	2012	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	HULW	VAN	MOW-9850	KIA	Ambulância/Boxer	2001	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	DISEG VIGILÂNCIA	MOTO	PFS-8441	HONDA	BROS - 150	2012	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	DISEG VIGILÂNCIA	MOTO	PFS-8461	HONDA	BROS - 150	2012	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	DISEG VIGILÂNCIA	MOTO	PFS-8571	HONDA	BROS - 150	2012	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	DISEG VIGILÂNCIA	MOTO	PFS-8681	HONDA	BROS - 150	2012	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	DISEG VIGILÂNCIA	MOTO	PFS-8681	HONDA	BROS - 150	2012	Campus I
SERVIÇOS ESPECIAIS	CRECHE	KOMBI	OFX-6178	VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2011	Campus I
TOTAL DE VEÍCULOS - CATEGORIA SERVIÇOS ESPECIAIS							10

CATEGORIA	UNIDADE FUNCIONAL	VEÍCULO	PLACA	MARCA	TIPO	ANO	CAMPUS
SERV. REPRESENTAÇÃO	GABINETE DA REITORIA	HONDA/CIVIC	OGE-5036	HONDA	SEDAN	2011/2014	Campus I
TOTAL DE VEÍCULOS - CATEGORIA REPRESENTAÇÃO							1
TOTAL DE VEÍCULOS OFICIAIS ATIVOS (SERVÍVEIS) PERTENCENTES A FROTA DA UFPB							162

Resumo da frota de veículos por categoria:

CATEGORIA	QUANTIDADE
SERVIÇOS COMUNS	89
SERVIÇOS INSTITUCIONAL	62
ESPECIAIS	10
REPRESENTAÇÃO	1
TOTAL DE VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA	162


 Abraão Cavalcanti de Lacerda
 Coordenador de Segurança e de Transporte
 CT/PU/UFPB - Matrícula SIAPE 1030975


 Mauro Pires de Lacerda
 Coordenador de Segurança e de Transporte
 CT/PU/UFPB - Matrícula SIAPE 1030975

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DIVITRANS-DSG-PU
FROTA DA UFPB - CAMPUS I, II, III, IV e CATEGORIAS

CAMPUS I

2015

QT.	PLACA	VEÍCULO	ANO	CAMP	SETOR	CATEGORIAS	TOMBAMENTO	STATUS
1	NPZ-2861	AMAROK	2014	I	VIRTUAL	COMUM	65084816	
2	MNP-1481	GOL	1991	I	INATIVO	INSTITUCIONAL	NÃO LOCALIZADO	
3	NPZ-2931	SAVEIRO	2014	I	PU	INSTITUCIONAL	65084814	
4	MNV-8651	ÔNIBUS	1987	I	OFICINA	COMUM	NÃO LOCALIZADO	
5	MMZ-9821	FIESTA	2005	I	ETS	INSTITUCIONAL	191132	
6	MMZ-9831	MIC.ÔNIBUS	2005	I	CCHLA	COMUM	191131	MAGICAR
7	MNI - 3171	CAMIONETA	1991	I	DIPA	COMUM	NL NO VEICULO	
8	PFS-8441	MOTO HONDA	2012	I	VIG.	ESPECIAL	66000579	
9	PFS-8571	MOTO HONDA	2012	I	VIG.	ESPECIAL	66000582	
10	NPZ-2821	GOL	2014	I	CCHLA	INSTITUCIONAL	66000713	
11	PFS-8681	MOTO HONDA	2012	I	VIG.	ESPECIAL	66000580	
12	PFS-8841	MOTO HONDA	2012	I	VIG.	ESPECIAL	66000581	
13	NQF 5671	MUNCK	2014	I	PU	COMUM	66000911	
14	MNR-8122	CAMIONETA	1986	I	HU	COMUM	118962	
15	MNK-4102	MIC.ÔNIBUS	2006	I	CCEN	COMUM	202815	
16	MOQ-4702	RANGER	2011	I	CCEN	COMUM	680034	
17	NOQ-4612	RANGER	2011	I	VIRTUAL	COMUM	65013113	OFICINA
18	NPU-3942	VANDUCATO	2011	I	CCSA	COMUM	65056430	
19	NPU-3842	VANDUCATO	2011	I	CCM	COMUM	65056432	
20	NPU-3902	VANDUCATO	2011	I	CCS	COMUM	65056435	
21	NPU-3752	VANDUCATO	2011	I	CCHLA	COMUM	65056433	
22	NPU-3892	VANDUCATO	2011	I	CE	COMUM	65056434	
23	NQG-7492	CAMINHÃO	2013	I	PU	COMUM	65084817	
24	MNJ-6073	GOL-1.6	2005	I	PRA	INSTITUCIONAL	203988	
25	MNJ-6083	GOL-1.6	2005	I	CCS	INSTITUCIONAL	203989	
26	MNJ-7023	SAVEIRO	2005	I	PU/ELET	INSTITUCIONAL	NL NO VEICULO	
27	MNJ-4013	SAVEIRO	2005	I	PU/HID.	INSTITUCIONAL	203990	
28	MNJ-7053	GOL-1.0	2005	I	CCHLA	INSTITUCIONAL	203980	
29	MNJ-7063	GOL-1.0	2005	I	CT	INSTITUCIONAL	203983	
30	MNJ-7003	GOL-1.6	2005	I	PU	INSTITUCIONAL	203984	OFICINA
31	MNJ-7073	GOL-1.0	2005	I	REFRIG	INSTITUCIONAL	203982	
32	MNJ-3983	GOL-1.0	2005	I	CCSA	INSTITUCIONAL	203981	
33	MNJ-6113	GOL-1.0	2005	I	PU	INSTITUCIONAL	203986	
34	MNJ-6983	GOL-1.0	2005	I	VIGILAN	INSTITUCIONAL	203985	
35	OFF-4533	GOL-1.6	2014	I	PRAC	INSTITUCIONAL	66000750	
36	OFF-4573	GOL-1.6	2014	I	CE	INSTITUCIONAL	66000749	
37	MOD-9863	LOGAN	2008	I	PRPG	INSTITUCIONAL	216032	LEILÃO
38	MOD-9793	LOGAN	2008	I	PRAC	INSTITUCIONAL	216029	
39	MOD-9823	LOGAN	2008	I	PRA	INSTITUCIONAL	216030	LEILÃO
40	MOD-9783	LOGAN	2008	I	PU	INSTITUCIONAL	216031	
41	MOD-4223	AMBULÂNCIA	2007	I	HU	ESPECIAL	220813	

12	NQH-5293	KOMBI	2011	I	REFRIG	COMUM	66000121	
13	OEY-0023	M. ÔNIBUS	2013	I	CCTA	COMUM	65074139	
44	OEX-8763	SANDERO	2013	I	ETS	INSTITUCIONAL	65084815	
45	OFF-0713	ECOSPORT	2014	I	CCSA	INSTITUCIONAL	66000854	
46	OFF-0723	ECOSPORT	2014	I	CT	INSTITUCIONAL	66000853	
47	OFB-7103	VAN	2014	I	PRAC	COMUM	65089309	
48	OFB-7113	VAN	2014	I	CCEN	COMUM	66000751	
49	MMV-6944	MOTO-XTZ	2003	I	VIG.	ESPECIAL	INATIVA-185398	
50	MMV-6964	MOTO-XTZ	2003	I	VIG.	ESPECIAL	INATIVA-185399	
51	MON-2064	ÔNIBUS	2009	I	COAPE	COMUM	233447	
52	MOK-9784	MIC.ÔNIBUS	2008	I	C E	COMUM	231136	
53	MOB-4734	RANGER	2008	I	CCM	COMUM	229412	
54	MOB-8564	RANGER	2002	I	DSE	COMUM	195309	LEILÃO
55	OET-0984	CAMINHÃO	2011	I	P U	COMUM	249277	
56	OFD-9354	ABULANCIA	2012	I	HU	ESPECIAL	NL NO CARRO	
57	MOV-1775	CAMINHÃO	2008	I	DIPA	COMUM	NL NO CARRO	ALMOXAR
58	MOG-1945	T.BANDEIRANT	1992	I	DSE	COMUM	NL NO CARRO	OFICINA
59	MNA-1975	KOMBI	1996	I	EQUIP.	COMUM	NL NO CARRO	
60	NQF-3935	SCAPADE	2011	I	TV	INSTITUCIONAL	65008930	
61	NQF-3945	SCAPADE	2011	I	CCJ	INSTITUCIONAL	65008940	
62	OFF-9015	SYMBOL	2012	I	CEAR	INSTITUCIONAL	NL NO CARRO	
63	OFF-9065	SYMBOL	2012	I	CTDR	INSTITUCIONAL	NL NO CARRO	
64	OFF-9105	SYMBOL	2012	I	CI	INSTITUCIONAL	NL NO CARRO	
65	OFF-9205	SYMBOL	2012	I	CBIOtec	INSTITUCIONAL	S/TOMB. NL	
66	MNJ-3045	FIESTA	2008	I	HU	INSTITUCIONAL	68005159	
67	OGF-5925	GOL	2014	I	PRAPE	INSTITUCIONAL	66000719	
68	OGF 7495	FURGÃO	2014	I	RU	COMUM	66000711	
69	OGE-7595	VAN	2014	I	C. INF.	COMUM		
70	MNY-3075	COURRIER	2008	I	CCEN	INSTITUCIONAL	68005158	
71	KMD-4345	CAMIONETA	1999	I	HU	COMUM	NL NO CARRO	
72	QFF-5705	CAMINHÃO	2014	I	PU	COMUM	66000748	
73	MNG-0416	PARATI	1994	I	INAT.	INSTITUCIONAL	146491	GARAGEM
74	QFI - 1926	CAM. BAÚ	2015	I	PU	COMUM	NL NO CARRO	ALMOXAR
75	OGE-5036	CIVIC	2014	I	GR	REPRESENTATIVO	66000610	
76	KKL-8167	KOMBI	1997	I	DSE	COMUM	191605	OFICINA
77	MON-4297	COROLA	2007	I	GAB.	REPRESENTATIVO	205423/909623	PU
78	MOQ-8557	M.ÔNIBUS	2007	I	CCS	COMUM	209814	OFICINA
79	OFH-0347	ÔNIBUS	2012	I	COAPE	COMUM	65063013	
80	JJU-1977	CAMIN. BAÚ	2012	I	HU	COMUM	71003020	
81	OXO-9697	GOL - 1.6	2014	I	PRPG	INSTITUCIONAL	66000712	
82	OXO-9667	GOL - 1.6	2014	I	PRA	INSTITUCIONAL	66000722	
83	OXO-9537	GOL - 1.6	2014	I	PU	INSTITUCIONAL	NL NO CARRO	
84	OXO-9457	SAVEIRO	2014	I	PU	INSTITUCIONAL	66000721	
85	OXO-8717	SAVEIRO	2014	I	PU	INSTITUCIONAL	66000720	
86	OXO-9617	SAVEIRO	2014	I	PU	INSTITUCIONAL	66000742	
87	OXO-8667	SAVEIRO	2014	I	CCSA	INSTITUCIONAL	66000743	
88	OXO-8497	AMAROK	2014	I	CCJ	COMUM	66000718	
89	OXO-8597	AMAROK	2014	I	CCS	COMUM		
90	MNR-9998	KOMBI	1997	I	DSE	COMUM	NL NO CARRO	
91	MUQ-1368	KOMBI	1995	I	PRAC	COMUM	NL NO CARRO	
92	NQG-7688	ÔNIBUS	2010	I	COAPE	COMUM	65008517	
93	OFE-4528	VANDUCATO	2011	I	INDEF.	COMUM	65056431	
94	OFE-6178	KOMBI	2011	I	CHECH	COMUM	66000121	

95	OFE-6168	KOMBI	2011	I	TV	COMUM	65051423	
96	OFE-6188	KOMBI	2011	I	PRAC	COMUM	65051424	
97	OFE-2428	KOMBI	2011	I	CCEN	COMUM	681044	
98	OFF-1868	ÔNIBUS	2011	I	CTDR	COMUM	65019985	
99	OFX-0258	SYMBOL	2012	I	CCTA	INSTITUCIONAL	NL NO CARRO	
100	MOG-1539	KOMBI	1999	I	DSE	COMUM	NL NO CARRO	
101	NPS-2469	VAN	2009	I	CT	COMUM	238971	
102	NPX-6379	M.ONIBUS	2009	I	CT	COMUM	238970	
103	MMX-6559	GOL	2003	I	CCS	INSTITUCIONAL		MAGICAR
104	MNE-5849	KOMBI	2003	I	VIG.	COMUM	NL NO CARRO	
105	MOG-8559	REBOQUE	1998	I	CNPQ	*****		
106	MOQ-1409	CIVIC	2006	I	IDEP	INSTITUCIONAL	65070435	
107	MOQ-1599	CIVIC	2006	I	GAB	INSTITUCIONAL	65070434	
108	QFF-3049	GOL	2015	I	GAB	INSTITUCIONAL		
109	NPS-5710	FIESTA	2010	I	CCS	INSTITUCIONAL	241347	
110	NQA-7440	FIESTA	2010	I	HU	INSTITUCIONAL	NL NO CARRO	
111	OGD-4560	SYMBOL	2012	I	STI	INSTITUCIONAL	NL NO CARRO	
112	OGD-4650	SYMBOL	2012	I	PU	INSTITUCIONAL	NL NO CARRO	
113	QFF-2030	GOL - 1.6	2014	I	CTDR	INSTITUCIONAL	66000909	
114	NQJ-4870	VAN	2010	I	CCJ	COMUM	243546	
115	MON-9650	KIA	2001	I	HU	COMUM	NL NO CARRO	
116	QFV-3470	CAMIONETA	2015	I	GVR	REPRESENTATIVO	66000913	

CAMPUS II

QT.	PLACA	VEÍCULO	ANO	CAMP	SETOR	CATEGORIAS	TOMBAMENTO	STATUS
1	MMV-6954	MOTO-XTZ	2003	II	AREIA	ESPECIAL	186397	EM USO
2	MNR-9044	MIC.ÔNIBUS	1983	II	AREIA	COMUM	115661	LEILÃO
3	MNJ-5605	CAMINHÃO	1981	II	AREIA	COMUM	PENDENTE	EM USO
4	OGF-7495	CAMINHÃO	2014	II	AREIA	COMUM	66000711	DESCONHE
5	OGC-9735	VAN	2013	II	AREIA	COMUM	73006950	EM USO
6	MNG-0296	CAMI. D-40	1986	II	AREIA	COMUM	119741	LEILÃO
7	QFE-9036	ÔNIBUS	2014	II	AREIA	COMUM	NÃO LOCALIZADO	EM USO
8	MOO-4087	MOTO	2007	II	AREIA	ESPECIAL		DESCONHE
9	MOO-4127	MOTO	2007	II	AREIA	ESPECIAL		DESCONHE
10	OFH-6559	VAN	2012	II	AREIA	COMUM	73004111	EM USO
11	MNY-9780	ESCORTE	1995	II	AREIA	INSTITUCIONAL	154815	LEILÃO
12	MOP-9030	MOTO 125	2000	II	AREIA	ESPECIAL	173054	EM USO
13	MNA-1490	FUSCA	1995	II	AREIA	INSTITUCIONAL	PENDENTE	EM USO
14	NQI-3920	S 10	2010	II	AREIA	COMUM	248215	EM USO
15	NQI-3950	S 10	2010	II	AREIA	COMUM	248214	EM USO
16	NQI-3960	S 10	2010	II	AREIA	COMUM	248213	EM USO
17	NQI - 3930	CORSA	2010	II	AREIA	INSTITUCIONAL	NÃO LOCALIZADO	EM USO
18	NQI-3940	CORSA	2010	II	AREIA	INSTITUCIONAL	248212	EM USO
19	MNA-1060	FUSCA	1996	II	AREIA	INSTITUCIONAL	207511	EM USO
20	MOU-5798	VAN	2006	II	AREIA	COMUM	200855	EM USO
21	MMR-4292	ÔNIBUS	1995	II	AREIA	COMUM	157290	EM USO
22	NQG-7748	ÔNIBUS	2010	II	AREIA	COMUM	PENDENTE	EM USO
23	NPZ-2901	SAVEIRO	2014	II	AREIA	INSTITUCIONAL	65084812	EM USO
24	NQG-7482	CAMINHÃO	2013	II	AREIA		73007386	EM USO
25	MOS-4661	RANGER		II	AREIA		73004112	EM USO
26	FZ-9280	CAMINHÃO	1980	II	AREIA		SEM/TOMBAMENT	LEILÃO
27	MMN-6019	D 10		II	AREIA		116001	LEILÃO
28	MNU-1390	PICK-UP	1980	II	AREIA		81013	LEILÃO
29	MNG-9986	PICK-UP	1979	II	AREIA		73860	LEILÃO
30	MNL-3781	F 1000	1978	II	AREIA		63436	LEILÃO
31	MNA-1627	IPANEMA	1996	II	AREIA		32263	LEILÃO
32	MNV-9731	MOTO	2008	II	AREIA		228592	LEILÃO
33	MNV 9721	MOTO	2008	II	AREIA		228593	LEILÃO
34	MNU-1390	ÔNIBUS		II	AREIA		33023	EM USO
35	OFA-1595	TRAILER		II	AREIA		73005226	
36		TRATOR		II	AREIA			
37		TRATOR		II	AREIA			
38		TRATOR		II	AREIA			
39		TRATOR		II	AREIA			
40		TRATOR		II	AREIA			
41		TRATOR		II	AREIA			

CAMPUS III

QT.	PLACA	VEÍCULO	ANO	CAMP	SETOR	CATEGORIAS	TOMBAMENTO	STATUS
1	NPZ-2911	SAVEIRO	2014	III	BANAN.	INSTITUCIONAL	65084813	
2	NQG-7482	CAMINHÃO	2013	III	BANAN.	COMUM		
3	MNC-4423	ÔNIBUS	1968	III	BANAN.	COMUM		
4	MNJ-7043	GOL.1.6	2005	III	BANAN.	INSTITUCIONAL		
5	MNJ-7033	GOL.1.6	2005	III	BANAN.	INSTITUCIONAL		
6	MOD-9953	ÔNIBUS	2007	III	BANAN.	COMUM		
7	MNM-1474	TOYOTA	2001	III	BANAN.	COMUM		
8	MNB-4456	ÔNIBUS	2004	III	BANAN.	COMUM		
9	NPV-0436	CAM. F.4000	2009	III	BANAN.	COMUM		
10	NPS-0016	CANIONETA	2009	III	BANAN.	COMUM		
11	MNG-9986	TOYOTA	1979	III	BANAN.	COMUM		
12	MNZ-9186	GOL	2008	III	BANAN.	INSTITUCIONAL		
13	MOA-3126	MOTO - 125	2008	III	BANAN.	ESPECIAL		
14	MMY-5667	TRATOR	1996	III	BANAN.	COMUM		
15	MNC-4108	MIC.ÔNIBUS	1996	III	BANAN.	COMUM		
16	OFB-2789	VAN	2012	III	BANAN.	COMUM		
17	QFV-9300	VAN	2015	III	BANAN.	COMUM		
18	OXO-8657	AMAROK	2014	III	BAN.	COMUM	NL NO CARRO	
19	OXO-8557	DOBLÔ	2014	III	BAN.	INSTITUCIONAL	NL NO CARRO	
20	NQG-7628	ÔNIBUS	2010	III	BAN.	COMUM		

CAMPUS IV

QT.	PLACA	VEÍCULO	ANO	CAMP	SETOR	CATEGORIAS	TOMBAMENTO	STATUS
1	MNX-2351	PRISMA	2009	IV	L.NORTE	INSTITUCIONAL	NL NO VEÍCULO	EM USO
2	MNX-6071	MICROONIBUS	2009	IV	L.NORTE	COMUM	232315	GARAGEM
3	MOK-5004	VAN	2009	IV	L.NORTE	COMUM	229241	MAGICAR
4	MOB-4724	CURRIER	2009	IV	L.NORTE	INSTITUCIONAL	229410	EM USO
5	MOB-4674	RANGER	2009	IV	L.NORTE	COMUM	229411	QUEBRADA
6	OFE-4528	VAN	2011	IV	L.NORTE	COMUM	65056435	EM USO
7	MNX - 2341	PRISMA	2009	IV	L.NORTE	INSTITUCIONAL	NL NO VEÍCULO	QUEBRADO
8	QFK-9797	ÔNIBUS	2015	IV	L.NORTE	INSTITUCIONAL		GARAGEM

FROTA TOTAL UFPB -2015		
CAMPUS	CAMPUS	QUANTIDADE 2015
1	UFPB-CAMPUS I	116
2	AREIA-PB	41
3	BANANEIRAS-PB	20
4	RIO TINTO E MAMANGUAPE-PB	8
	TOTAL	185

ANEXOS – 3

MANUTENÇÃO E REPAROS DA FROTA / UFPB

2011 A 2015

19/08/16 14:22

USUARIO : AURI NETO

SACADAS

PAGINA : 1

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
800360	12	18Abr11	14.617,15		
800361	12	18Abr11	1.392,78		
800362	12	18Abr11	3.000,00		
800368	12	25Abr11	11.751,76		
800372	12	25Abr11	6.444,20		
800419	12	04Mai11	4.610,90		
800564	12	08Jun11	18.779,65		
800608	12	22Jun11	6.100,00		
800624	12	22Jun11	2.610,00		
800720	12	14Jul11	12.756,00		
801087	12	21Set11	10.355,00		
801088	12	21Set11	5.408,20		
801089	12	21Set11	20.576,36		

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF8=AVANCA PF9=SN PF12=RETORNA

19/08/16 14:23

USUARIO : AURI NETO

SACADAS

PAGINA : 2

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
801090	12	21Set11	7.330,00		
801612	12	23Dez11	5.100,00		
801655	12	30Dez11	2.056,68		
801656	12	30Dez11	3.199,93		
801657	12	30Dez11	4.856,24		
801661	12	30Dez11	13.946,23		
801663	12	30Dez11	1.676,05		
801664	12	30Dez11	1.458,00		
801665	12	30Dez11	12.069,00		
801666	12	30Dez11	13.340,90		
801667	12	30Dez11	383,02		
801668	12	30Dez11	3.292,83		
801670	12	30Dez11	870,00		

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF2=DET. PF3=SAI PF4=ESPELHO PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=SN PF12=RET.

19/08/16 14:23

USUARIO : AURI NETO

SACADAS

PAGINA : 3

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
801671	12	30Dez11	2.707,24		
801680	12	30Dez11	3.861,86		
801681	12	30Dez11	296,71		
801682	12	30Dez11	1.704,00		
801683	12	30Dez11	597,38		
801684	12	30Dez11	631,92		
801685	12	30Dez11	190,67		
801686	12	30Dez11	438,11		
801687	12	30Dez11	545,50		
801688	12	30Dez11	258,40		
801689	12	30Dez11	1.407,41		
801690	12	30Dez11	14.822,00		
801691	12	30Dez11	1.405,36		

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF2=DET. PF3=SAI PF4=ESPELHO PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=SN PF12=RET.

SIAFI2011-DOCUMENTO-CONSULTA-CONOB (CONSULTA ORDEM BANCARIA)
19/08/16 14:23 USUARIO : AURI NETO
SACADAS PAGINA : 4

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB
GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
801709	12	30Dez11	14.546,74		
801710	12	30Dez11	4.907,54		

TOTAL FAVORECIDO ==>

236.301,72

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF7=RECUA PF9=SN PF12=RETORNA

19/08/16 14:24

USUARIO : AURI NETO

SACADAS

PAGINA : 1

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
800548	12	19Abr12	2.172,96		
800549	12	19Abr12	9.310,25		
800550	12	19Abr12	2.929,43		
800559	12	19Abr12	6.536,01		
800560	12	19Abr12	1.960,00		
800889	12	19Jun12	10.834,99		
800926	12	22Jun12	1.806,66		
800970	12	03Jul12	14.461,27		
800975	12	03Jul12	1.136,10		
801029	12	13Jul12	1.458,00		
801030	12	13Jul12	760,09		
801031	12	13Jul12	1.330,00		
801032	12	13Jul12	249,75		

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF8=AVANCA PF9=SN PF12=RETORNA

19/08/16 14:25

USUARIO : AURI NETO

SACADAS

PAGINA : 2

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
801033	12	13Jul12	243,00		
801034	12	13Jul12	243,00		
801035	12	13Jul12	297,00		
801036	12	13Jul12	675,00		
801037	12	13Jul12	891,00		
801071	12	19Jul12	11.324,77		
801072	12	19Jul12	9.952,40		
801114	12	27Jul12	4.524,08		
801115	12	27Jul12	1.787,43		
801116	12	27Jul12	5.120,43		
801171	12	07Ago12	216,00		
801174	12	07Ago12	1.566,00		
801207	12	14Ago12	18.212,83		

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF2=DET. PF3=SAI PF4=ESPELHO PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=SN PF12=RET.

19/08/16 14:25

USUARIO : AURI NETO

SACADAS

PAGINA : 3

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
801302	12	31Ago12	7.736,96		
801303	12	31Ago12	4.475,68		
801310	12	03Set12	10.044,95		
801351	12	06Set12	1.944,00		
801352	12	06Set12	1.647,00		
801438	12	19Set12	199,00		
801535	12	05Out12	19.958,00		
801930	12	28Dez12	579,09		
802033	12	28Dez12	283,20		
802034	12	28Dez12	3.279,81		
802035	12	28Dez12	603,37		
802051	12	28Dez12	884,82		
802052	12	28Dez12	1.794,31		

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF2=DET. PF3=SAI PF4=ESPELHO PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=SN PF12=RET.

19/08/16 14:25

USUARIO : AURI NETO

SACADAS

PAGINA : 4

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
802053	12	28Dez12	39.119,36		
802054	12	28Dez12	4.164,31		
802055	12	28Dez12	3.619,30		
802056	12	28Dez12	3.872,00		
802068	12	28Dez12	747,99		
802070	12	28Dez12	2.123,32		
802071	12	28Dez12	72,39		
802072	12	28Dez12	120,65		

TOTAL FAVORECIDO ==>

217.267,96

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF7=RECUA PF9=SN PF12=RETORNA

19/08/16 14:25

USUARIO : AURI NETO

SACADAS

PAGINA : 1

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO - ME

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
800014	12	16Jan13	669,62		
800031	12	18Jan13	39.912,30		
800056	12	23Jan13	8.541,54		
800140	12	20Fev13	2.171,58		
800390	12	30Abr13	796,24		
800410	12	30Abr13	338,19		
800425	12	30Abr13	1.585,92		
800429	12	30Abr13	579,09		
800434	12	02Mai13	2.643,20		
800460	12	08Mai13	1.850,24		
800503	12	16Mai13	1.254,68		
800504	12	16Mai13	3.589,88		
800505	12	16Mai13	2.445,79		

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF8=AVANCA PF9=SN PF12=RETORNA

19/08/16 14:26

USUARIO : AURI NETO

SACADAS

PAGINA : 2

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO - ME

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
800506	12	16Mai13	2.855,14		
800507	12	16Mai13	4.493,44		
800508	12	16Mai13	1.585,92		
800509	12	16Mai13	1.556,43		
800515	12	16Mai13	434,32		
800516	12	16Mai13	120,64		
800517	12	16Mai13	386,06		
800518	12	16Mai13	96,51		
800519	12	16Mai13	241,29		
800520	12	16Mai13	868,63		
800540	12	16Mai13	193,03		
800541	12	16Mai13	603,22		
800683	12	14Jun13	217,14		

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF2=DET. PF3=SAI PF4=ESPELHO PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=SN PF12=RET.

19/08/16 14:26

USUARIO : AURI NETO

SACADAS

PAGINA : 3

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO - ME

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
800684	12	14Jun13	27,83		
800685	12	14Jun13	1.373,08		
800686	12	14Jun13	234,28		
800687	12	14Jun13	3.211,83		
800688	12	14Jun13	96,51		
800689	12	14Jun13	1.158,17		
800724	12	21Jun13	193,03		
800753	12	03Jul13	4.229,12		
800832	12	18Jul13	1.302,95		
800833	12	18Jul13	144,77		
800834	12	18Jul13	193,03		
800835	12	18Jul13	265,41		
800836	12	18Jul13	1.206,43		

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF2=DET. PF3=SAI PF4=ESPELHO PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=SN PF12=RET.

19/08/16 14:26

USUARIO : AURI NETO

SACADAS

PAGINA : 4

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO - ME

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
800868	12	06Ago13	3.171,84		
800906	12	14Ago13	528,64		
800907	12	14Ago13	8.722,56		
800909	12	14Ago13	56,56		
800910	12	14Ago13	337,80		
800911	12	14Ago13	2.643,20		
800912	12	14Ago13	792,96		
800913	12	14Ago13	264,32		
800914	12	14Ago13	144,77		
800915	12	14Ago13	103,10		
800955	12	02Set13	2.114,56		
800974	12	03Set13	792,96		
800975	12	03Set13	264,32		

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF2=DET. PF3=SAI PF4=ESPELHO PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=SN PF12=RET.

19/08/16 14:26

USUARIO : AURI NETO

SACADAS

PAGINA : 5

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO - ME

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
800976	12	03Set13	2.378,88		
800977	12	03Set13	96,51		
800978	12	03Set13	168,90		
800979	12	03Set13	506,70		
801132	12	23Set13	792,96		
801133	12	23Set13	1.850,24		
801138	12	23Set13	217,16		
801139	12	23Set13	534,96		
801140	12	23Set13	265,41		
801143	12	23Set13	482,57		
801169	12	01Out13	3.436,16		
801219	12	07Out13	241,29		
801220	12	07Out13	434,32		

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF2=DET. PF3=SAI PF4=ESPELHO PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=SN PF12=RET.

SIAFI2013-DOCUMENTO-CONSULTA-CONOB (CONSULTA ORDEM BANCARIA)
19/08/16 14:26 USUARIO : AURI NETO
SACADAS PAGINA : 6

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB
GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO - ME

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
801221	12	07Out13	96,51		
801337	12	07Nov13	112,00		
801338	12	07Nov13	166,91		
801339	12	07Nov13	95,38		
801340	12	07Nov13	23,84		
801341	12	07Nov13	47,69		
801343	12	07Nov13	71,53		
801363	12	14Nov13	14.801,92		
801375	12	14Nov13	510,78		
801376	12	14Nov13	289,54		
801377	12	14Nov13	2.378,88		
801378	12	14Nov13	2.297,14		
801379	12	14Nov13	324,49		

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF2=DET. PF3=SAI PF4=ESPELHO PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=SN PF12=RET.

19/08/16 14:26

USUARIO : AURI NETO

SACADAS

PAGINA : 7

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO - ME

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
801388	12	20Nov13	2.114,56		
801389	12	20Nov13	485,71		
801390	12	20Nov13	1.585,92		
801391	12	20Nov13	381,52		
801392	12	20Nov13	476,90		
801438	12	04Dez13	392,93		
801439	12	04Dez13	640,59		
801440	12	04Dez13	470,20		
801441	12	04Dez13	520,12		
801442	12	04Dez13	307,07		
801443	12	04Dez13	4.970,50		
801444	12	04Dez13	299,72		
801445	12	04Dez13	621,25		

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF2=DET. PF3=SAI PF4=ESPELHO PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=SN PF12=RET.

19/08/16 14:26

USUARIO : AURI NETO

SACADAS

PAGINA : 8

UG EMITENTE : 153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

GESTAO EMITENTE : 15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FAVORECIDO : 01976714/0001-00 - JEAN CARLO SILVA DE MELO - ME

NUMERO	TIPO	DATA	V A L O R	LISTA	SN
801446	12	04Dez13	405,36		
801447	12	04Dez13	47,69		
801448	12	04Dez13	20,10		
801449	12	04Dez13	280,72		
801450	12	04Dez13	143,07		
801451	12	04Dez13	119,22		
801452	12	04Dez13	23,84		
801453	12	04Dez13	166,91		
801454	12	04Dez13	262,30		
801473	12	05Dez13	29.339,52		
801490	12	05Dez13	71,53		
801537	12	06Dez13	3.839,04		

TOTAL FAVORECIDO ==>

194.213,03

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF7=RECUA PF9=SN PF12=RETORNA

Consultar Documento Hável - CONDH

Filtros

Documentos Háveis encontrados

UG Emitente	Documento Hável	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP000415	41224791000110	7366	Realizado	146,38	0,00	0,00
153066	2014NP000417	41224791000110	1000777	Realizado	186,67	9,83	0,00
153066	2014NP000419	41224791000110	7362	Realizado	219,53	0,00	0,00
153066	2014NP000420	41224791000110	1000774	Realizado	487,35	25,65	0,00
153066	2014NP000433	41224791000110	7399	Realizado	218,88	0,00	0,00
153066	2014NP000434	41224791000110	1000804	Realizado	413,25	21,75	0,00
153066	2014NP000463	41224791000110	7397	Realizado	703,26	0,00	0,00
153066	2014NP000464	41224791000110	1000802	Realizado	376,91	19,84	0,00
153066	2014NP000465	41224791000110	7398	Realizado	1.218,18	0,00	0,00
153066	2014NP000466	41224791000110	1000803	Realizado	375,49	19,76	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emissor	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP000467	41224791000110	7400	Realizado	1.806,06	0,00	0,00
153066	2014NP000468	41224791000110	1000806	Realizado	377,62	19,88	0,00
153066	2014NP000469	41224791000110	7365	Realizado	211,81	0,00	0,00
153066	2014NP000470	41224791000110	1000776	Realizado	401,61	21,14	0,00
153066	2014NP000490	41224791000110	7432	Realizado	269,45	0,00	0,00
153066	2014NP000491	41224791000110	Vários	Realizado	2.129,81	0,00	0,00
153066	2014NP000492	41224791000110	Vários	Realizado	1.017,44	53,56	0,00
153066	2014NP000493	41224791000110	7435	Realizado	1.465,94	0,00	0,00
153066	2014NP000494	41224791000110	1000873	Realizado	498,75	26,25	0,00
153066	2014NP000495	41224791000110	7479	Realizado	2.120,47	0,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábeis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP000496	41224791000110	1000874	Realizado	485,21	25,54	0,00
153066	2014NP000527	41224791000110	7367	Realizado	451,44	0,00	0,00
153066	2014NP000528	41224791000110	1000778	Realizado	232,99	12,26	0,00
153066	2014NP000576	41224791000110	1000995	Realizado	128,96	6,79	0,00
153066	2014NP000577	41224791000110	7618	Realizado	352,57	0,00	0,00
153066	2014NP000578	41224791000110	1000986	Realizado	356,25	18,75	0,00
153066	2014NP000579	41224791000110	7611	Realizado	1.982,18	0,00	0,00
153066	2014NP000580	41224791000110	1000996	Realizado	432,49	22,76	0,00
153066	2014NP000581	41224791000110	7619	Realizado	2.931,16	0,00	0,00
153066	2014NP000582	41224791000110	1000910	Realizado	451,72	23,78	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP000583	41224791000110	7566	Realizado	647,20	0,00	0,00
153066	2014NP000584	41224791000110	1000987	Realizado	71,25	3,75	0,00
153066	2014NP000585	41224791000110	7612	Realizado	330,43	0,00	0,00
153066	2014NP000586	41224791000110	1000773	Realizado	347,70	18,30	0,00
153066	2014NP000587	41224791000110	7363	Realizado	1.344,88	0,00	0,00
153066	2014NP000588	41224791000110	1000997	Realizado	399,00	21,00	0,00
153066	2014NP000589	41224791000110	7620	Realizado	624,02	0,00	0,00
153066	2014NP000616	41224791000110	7364	Realizado	264,28	0,00	0,00
153066	2014NP000617	41224791000110	1000775	Realizado	163,87	8,63	0,00
153066	2014NP000833	41224791000110	1001215	Realizado	163,87	8,63	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Davador	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP000834	41224791000110	7845	Realizado	540,22	0,00	0,00
153066	2014NP000835	41224791000110	1001148	Realizado	213,75	11,25	0,00
153066	2014NP000836	41224791000110	7777	Realizado	657,60	0,00	0,00
153066	2014NP000837	41224791000110	1001144	Realizado	950,47	50,03	0,00
153066	2014NP000838	41224791000110	7781	Realizado	2.341,44	0,00	0,00
153066	2014NP000839	41224791000110	1001103	Realizado	285,00	15,00	0,00
153066	2014NP000840	41224791000110	7739	Realizado	242,11	0,00	0,00
153066	2014NP000841	41224791000110	1001147	Realizado	648,37	34,13	0,00
153066	2014NP000842	41224791000110	7778	Realizado	1.768,31	0,00	0,00
153066	2014NP000843	41224791000110	1001143	Realizado	793,42	41,77	0,00

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP000844	41224791000110	7780	Realizado	3.278,09	0,00	0,00
153066	2014NP000845	41224791000110	1001101	Realizado	1.254,00	66,00	0,00
153066	2014NP000846	41224791000110	7735	Realizado	4.206,93	0,00	0,00
153066	2014NP000847	41224791000110	1001102	Realizado	142,50	7,50	0,00
153066	2014NP000848	41224791000110	7738	Realizado	824,80	0,00	0,00
153066	2014NP000849	41224791000110	1001219	Realizado	190,95	10,05	0,00
153066	2014NP000850	41224791000110	7839	Realizado	317,09	0,00	0,00
153066	2014NP000851	41224791000110	1001213	Realizado	200,21	10,54	0,00
153066	2014NP000852	41224791000110	7847	Realizado	720,08	0,00	0,00
153066	2014NP000853	41224791000110	1001212	Realizado	451,72	23,78	0,00

Consultar Documento Hável - CONDH

Filtros

Documentos Háveis encontrados

UG Emitente	Documento Hável	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP000854	41224791000110	7849	Realizado	808,16	0,00	0,00
153066	2014NP000856	41224791000110	1001210	Realizado	304,24	16,01	0,00
153066	2014NP000857	41224791000110	7850	Realizado	1.155,73	0,00	0,00
153066	2014NP000858	41224791000110	1001207	Realizado	2.251,50	118,50	0,00
153066	2014NP000859	41224791000110	7852	Realizado	3.996,55	0,00	0,00
153066	2014NP000860	41224791000110	1001216	Realizado	199,50	10,50	0,00
153066	2014NP000861	41224791000110	7844	Realizado	152,30	0,00	0,00
153066	2014NP000862	41224791000110	1001214	Realizado	380,47	20,03	0,00
153066	2014NP000863	41224791000110	7846	Realizado	371,59	0,00	0,00
153066	2014NP000864	41224791000110	1001145	Realizado	285,00	15,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP000865	41224791000110	7779	Realizado	1.168,86	0,00	0,00
153066	2014NP000866	41224791000110	1001208	Realizado	38,47	2,03	0,00
153066	2014NP000867	41224791000110	7853	Realizado	70,29	0,00	0,00
153066	2014NP000868	41224791000110	1001217	Realizado	375,49	19,76	0,00
153066	2014NP000869	41224791000110	7841	Realizado	208,14	0,00	0,00
153066	2014NP000870	41224791000110	1001218	Realizado	57,71	3,04	0,00
153066	2014NP000871	41224791000110	7840	Realizado	325,68	0,00	0,00
153066	2014NP000872	41224791000110	7842	Realizado	269,45	0,00	0,00
153066	2014NP000873	41224791000110	7843	Realizado	269,45	0,00	0,00
153066	2014NP000894	41224791000110	1001211	Realizado	1.938,00	102,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hável - CONDH

Filtros

Documentos Háveis encontrados

UG Emitente	Documento Hável	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP000895	41224791000110	7848	Realizado	1.421,42	0,00	0,00
153066	2014NP001048	41224791000110	7851	Realizado	3.459,02	0,00	0,00
153066	2014NP001049	41224791000110	1001209	Realizado	755,96	39,79	0,00
153066	2014NP001053	41224791000110	1001386	Realizado	2.710,35	142,65	0,00
153066	2014NP001054	41224791000110	8004	Realizado	4.957,16	0,00	0,00
153066	2014NP001055	41224791000110	1001383	Realizado	712,50	37,50	0,00
153066	2014NP001056	41224791000110	8007	Realizado	629,49	0,00	0,00
153066	2014NP001057	41224791000110	1001385	Realizado	636,97	33,53	0,00
153066	2014NP001058	41224791000110	8005	Realizado	2.059,49	0,00	0,00
153066	2014NP001061	41224791000110	8006	Realizado	1.090,56	0,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP001062	41224791000110	1001384	Realizado	1.164,22	61,28	0,00
153066	2014NP001063	41224791000110	1001243	Realizado	2.280,00	120,00	0,00
153066	2014NP001064	41224791000110	8001	Realizado	276,86	0,00	0,00
153066	2014NP001065	41224791000110	7889	Realizado	9.362,82	0,00	0,00
153066	2014NP001066	41224791000110	8002	Realizado	947,35	0,00	0,00
153066	2014NP001067	41224791000110	1001371	Realizado	1.425,00	75,00	0,00
153066	2014NP001068	41224791000110	7888	Realizado	1.549,50	0,00	0,00
153066	2014NP001069	41224791000110	1001244	Realizado	561,45	29,55	0,00
153066	2014NP001070	41224791000110	8008	Realizado	3.742,94	0,00	0,00
153066	2014NP001071	41224791000110	1001382	Realizado	1.282,50	67,50	0,00

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP001072	41224791000110	8009	Realizado	2.558,45	0,00	0,00
153066	2014NP001073	41224791000110	1001381	Realizado	1.225,50	64,50	0,00
153066	2014NP001074	41224791000110	8003	Realizado	2.384,21	0,00	0,00
153066	2014NP001075	41224791000110	1001372	Realizado	142,50	7,50	0,00
153066	2014NP001120	41224791000110	8079	Realizado	187,44	0,00	0,00
153066	2014NP001121	41224791000110	1001472	Realizado	309,23	16,27	0,00
153066	2014NP001122	41224791000110	1001511	Realizado	119,70	6,30	0,00
153066	2014NP001123	41224791000110	1001510	Realizado	57,71	3,04	0,00
153066	2014NP001124	41224791000110	8151	Realizado	1.665,96	0,00	0,00
153066	2014NP001125	41224791000110	1001513	Realizado	498,75	26,25	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP001138	41224791000110	1001514	Realizado	427,50	22,50	0,00
153066	2014NP001139	41224791000110	1001509	Realizado	641,25	33,75	0,00
153066	2014NP001140	41224791000110	1001471	Realizado	951,19	50,06	0,00
153066	2014NP001141	41224791000110	1001470	Realizado	1.349,47	71,03	0,00
153066	2014NP001142	41224791000110	1001467	Realizado	1.339,50	70,50	0,00
153066	2014NP001143	41224791000110	1001469	Realizado	950,47	50,03	0,00
153066	2014NP001144	41224791000110	1001512	Realizado	1.068,75	56,25	0,00
153066	2014NP001145	41224791000110	1001380	Realizado	1.843,24	97,01	0,00
153066	2014NP001146	41224791000110	1001473	Realizado	1.930,87	101,63	0,00
153066	2014NP001173	41224791000110	1001586	Realizado	92,62	4,88	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP001220	41224791000110	1001588	Realizado	826,50	43,50	0,00
153066	2014NP001221	41224791000110	1001590	Realizado	213,75	11,25	0,00
153066	2014NP001222	41224791000110	1001589	Realizado	4.659,75	245,25	0,00
153066	2014NP001223	41224791000110	1001587	Realizado	969,72	51,03	0,00
153066	2014NP001265	41224791000110	8010	Realizado	19.827,88	0,00	0,00
153066	2014NP001266	41224791000110	8152	Realizado	1.615,21	0,00	0,00
153066	2014NP001267	41224791000110	8076	Realizado	3.262,24	0,00	0,00
153066	2014NP001268	41224791000110	8080	Realizado	2.527,09	0,00	0,00
153066	2014NP001269	41224791000110	8081	Realizado	8.923,78	0,00	0,00
153066	2014NP001270	41224791000110	8078	Realizado	5.307,29	0,00	0,00

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP001271	41224791000110	8077	Realizado	7.967,91	0,00	0,00
153066	2014NP001272	41224791000110	8153	Realizado	1.718,17	0,00	0,00
153066	2014NP001273	41224791000110	8224	Realizado	648,86	0,00	0,00
153066	2014NP001274	41224791000110	8229	Realizado	1.694,77	0,00	0,00
153066	2014NP001275	41224791000110	8226	Realizado	6.798,84	0,00	0,00
153066	2014NP001276	41224791000110	8228	Realizado	4.150,78	0,00	0,00
153066	2014NP001277	41224791000110	8225	Realizado	678,69	0,00	0,00
153066	2014NP001278	41224791000110	7227	Realizado	67,91	0,00	0,00
153066	2014NP001346	41224791000110	8381	Realizado	577,94	0,00	0,00
153066	2014NP001352	41224791000110	8380	Realizado	3.735,60	0,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Háveis encontrados

UG Emitente	Documento Hável	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP001353	41224791000110	1001721	Realizado	589,24	31,01	0,00
153066	2014NP001354	41224791000110	8382	Realizado	998,51	0,00	0,00
153066	2014NP001355	41224791000110	1001720	Realizado	1.083,00	57,00	0,00
153066	2014NP001356	41224791000110	8378	Realizado	2.214,83	0,00	0,00
153066	2014NP001357	41224791000110	1001717	Realizado	750,97	39,53	0,00
153066	2014NP001473	41224791000110	1001793	Realizado	3.705,00	195,00	0,00
153066	2014NP001474	41224791000110	8459	Realizado	6.383,08	0,00	0,00
153066	2014NP001475	41224791000110	1001794	Realizado	2.978,25	156,75	0,00
153066	2014NP001476	41224791000110	8454	Realizado	5.328,76	0,00	0,00
153066	2014NP001477	41224791000110	1001789	Realizado	427,50	22,50	0,00

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábeis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2014NP001478	41224791000110	8462	Realizado	1.307,12	0,00	0,00
153066	2014NP001480	41224791000110	8450	Realizado	3.735,60	0,00	0,00
153066	2014NP001482	41224791000110	8457	Realizado	1.825,12	0,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

2015



Consultar Documento Hável - CONDH

Filtros

Documentos Háveis encontrados

UG Emitente	Documento Hável	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000004	41224791000110	1001800	Realizado	0,00	39,53	0,00
153066	2015NP000005	41224791000110	1001803	Realizado	0,00	77,63	0,00
153066	2015NP000067	41224791000110	1001782	Realizado	142,50	7,50	0,00
153066	2015NP000072	41224791000110	1001797	Realizado	320,63	16,87	0,00
153066	2015NP000073	41224791000110	1001798	Realizado	180,98	9,52	0,00
153066	2015NP000074	41224791000110	1001876	Realizado	323,48	17,02	0,00
153066	2015NP000076	41224791000110	1001832	Realizado	1.192,73	62,77	0,00
153066	2015NP000078	41224791000110	1001851	Realizado	1.463,48	77,02	0,00
153066	2015NP000079	41224791000110	1001845	Realizado	1.073,74	56,51	0,00
153066	2015NP000081	41224791000110	1001850	Realizado	104,74	5,51	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hável - CONDH

Filtros

Documentos Hábeis encontrados

UG Emitente	Documento Hável	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000083	41224791000110	1001802	Realizado	213,75	11,25	0,00
153066	2015NP000084	41224791000110	1001805	Realizado	394,73	20,77	0,00
153066	2015NP000086	41224791000110	1001790	Realizado	1.154,25	60,75	0,00
153066	2015NP000087	41224791000110	1001804	Realizado	71,25	3,75	0,00
153066	2015NP000089	41224791000110	1001792	Realizado	498,75	26,25	0,00
153066	2015NP000090	41224791000110	1001799	Realizado	342,00	18,00	0,00
153066	2015NP000122	41224791000110	1001844	Realizado	655,50	34,50	0,00
153066	2015NP000126	41224791000110	8487	Realizado	288,97	0,00	0,00
153066	2015NP000129	41224791000110	8461	Realizado	288,97	0,00	0,00
153066	2015NP000130	41224791000110	8488	Realizado	288,97	0,00	0,00

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábeis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000131	41224791000110	8443	Realizado	1.083,25	0,00	0,00
153066	2015NP000132	41224791000110	8489	Realizado	5.297,49	0,00	0,00
153066	2015NP000133	41224791000110	8451	Realizado	48,81	0,00	0,00
153066	2015NP000134	41224791000110	8508	Realizado	2.740,57	0,00	0,00
153066	2015NP000135	41224791000110	8453	Realizado	428,41	0,00	0,00
153066	2015NP000136	41224791000110	8506	Realizado	3.616,86	0,00	0,00
153066	2015NP000137	41224791000110	8529	Realizado	2.257,89	0,00	0,00
153066	2015NP000138	41224791000110	8456	Realizado	620,90	0,00	0,00
153066	2015NP000139	41224791000110	8505	Realizado	205,17	0,00	0,00
153066	2015NP000140	41224791000110	8463	Realizado	618,16	0,00	0,00

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábeis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000141	41224791000110	8460	Realizado	551,17	0,00	0,00
153066	2015NP000142	41224791000110	8458	Realizado	171,82	0,00	0,00
153066	2015NP000143	41224791000110	8464	Realizado	520,93	0,00	0,00
153066	2015NP000144	41224791000110	8455	Realizado	234,30	0,00	0,00
153066	2015NP000145	41224791000110	8504	Realizado	525,11	0,00	0,00
153066	2015NP000146	41224791000110	8530	Realizado	2.688,10	0,00	0,00
153066	2015NP000147	41224791000110	8531	Realizado	1.741,07	0,00	0,00
153066	2015NP000148	41224791000110	8507	Realizado	568,58	0,00	0,00
153066	2015NP000225	41224791000110	1001875	Realizado	954,75	50,25	0,00
153066	2015NP000226	41224791000110	1001874	Realizado	356,25	18,75	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000227	41224791000110	1001857	Realizado	95,47	5,03	0,00
153066	2015NP000228	41224791000110	1001846	Realizado	1.353,75	71,25	0,00
153066	2015NP000307	41224791000110	1002033	Realizado	71,25	3,75	0,00
153066	2015NP000308	41224791000110	8747	Realizado	149,37	0,00	0,00
153066	2015NP000309	41224791000110	1002071	Realizado	669,75	35,25	0,00
153066	2015NP000310	41224791000110	8793	Realizado	1.689,51	0,00	0,00
153066	2015NP000312	41224791000110	1002066	Realizado	803,70	42,30	0,00
153066	2015NP000313	41224791000110	8788	Realizado	3.777,90	0,00	0,00
153066	2015NP000314	41224791000110	1002034	Realizado	2.422,50	127,50	0,00
153066	2015NP000315	41224791000110	8748	Realizado	1.408,43	0,00	0,00

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emissor	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000317	41224791000110	1002035	Realizado	323,48	17,02	0,00
153066	2015NP000318	41224791000110	8749	Realizado	461,70	0,00	0,00
153066	2015NP000319	41224791000110	1002072	Realizado	3.344,47	176,03	0,00
153066	2015NP000320	41224791000110	8794	Realizado	3.176,33	0,00	0,00
153066	2015NP000321	41224791000110	8791	Realizado	354,57	0,00	0,00
153066	2015NP000322	41224791000110	8636	Realizado	679,47	0,00	0,00
153066	2015NP000323	41224791000110	1001962	Realizado	1.463,47	77,03	0,00
153066	2015NP000324	41224791000110	1002032	Realizado	270,75	14,25	0,00
153066	2015NP000325	41224791000110	8634	Realizado	1.235,31	0,00	0,00
153066	2015NP000326	41224791000110	8789	Realizado	2.067,24	0,00	0,00

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000327	41224791000110	8635	Realizado	186,29	0,00	0,00
153066	2015NP000328	41224791000110	8792	Realizado	1.377,79	0,00	0,00
153066	2015NP000329	41224791000110	1002069	Realizado	1.824,00	96,00	0,00
153066	2015NP000330	41224791000110	1002070	Realizado	632,70	33,30	0,00
153066	2015NP000331	41224791000110	8790	Realizado	3.286,73	0,00	0,00
153066	2015NP000332	41224791000110	1002068	Realizado	606,48	32,02	0,00
153066	2015NP000389	41224791000110	8867	Realizado	3.270,48	0,00	0,00
153066	2015NP000390	41224791000110	1002137	Realizado	8.037,00	423,00	0,00
153066	2015NP000391	41224791000110	1002119	Realizado	35,63	1,87	0,00
153066	2015NP000392	41224791000110	8845	Realizado	150,78	0,00	0,00

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000393	41224791000110	8839	Realizado	354,57	0,00	0,00
153066	2015NP000394	41224791000110	8869	Realizado	7.868,12	0,00	0,00
153066	2015NP000397	41224791000110	8846	Realizado	596,61	0,00	0,00
153066	2015NP000398	41224791000110	1002138	Realizado	1.553,97	81,78	0,00
153066	2015NP000399	41224791000110	1002118	Realizado	285,00	15,00	0,00
153066	2015NP000400	41224791000110	8871	Realizado	194,41	0,00	0,00
153066	2015NP000401	41224791000110	1002139	Realizado	114,72	6,03	0,00
153066	2015NP000402	41224791000110	8872	Realizado	1.255,85	0,00	0,00
153066	2015NP000403	41224791000110	1002140	Realizado	535,57	28,18	0,00
153066	2015NP000404	41224791000110	8843	Realizado	1.326,93	0,00	0,00

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábeis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000405	41224791000110	1002120	Realizado	983,25	51,75	0,00
153066	2015NP000406	41224791000110	8874	Realizado	679,47	0,00	0,00
153066	2015NP000407	41224791000110	8875	Realizado	31,45	0,00	0,00
153066	2015NP000408	41224791000110	8876	Realizado	78,12	0,00	0,00
153066	2015NP000414	41224791000110	8941	Realizado	2.483,49	0,00	0,00
153066	2015NP000415	41224791000110	8847	Realizado	5.615,98	0,00	0,00
153066	2015NP000416	41224791000110	1002117	Realizado	2.308,50	121,50	0,00
153066	2015NP000424	41224791000110	8935	Realizado	238,41	0,00	0,00
153066	2015NP000425	41224791000110	8939	Realizado	31,45	0,00	0,00
153066	2015NP000426	41224791000110	8945	Realizado	948,42	0,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000428	41224791000110	1002194	Realizado	2.565,00	135,00	0,00
153066	2015NP000429	41224791000110	8937	Realizado	1.797,64	0,00	0,00
153066	2015NP000430	41224791000110	8936	Realizado	615,74	0,00	0,00
153066	2015NP000431	41224791000110	8940	Realizado	153,06	0,00	0,00
153066	2015NP000432	41224791000110	1002196	Realizado	213,75	11,25	0,00
153066	2015NP000433	41224791000110	8938	Realizado	787,87	0,00	0,00
153066	2015NP000434	41224791000110	1002195	Realizado	200,22	10,53	0,00
153066	2015NP000435	41224791000110	8963	Realizado	779,87	0,00	0,00
153066	2015NP000436	41224791000110	1002219	Realizado	1.923,75	101,25	0,00
153066	2015NP000437	41224791000110	8951	Realizado	1.624,48	0,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000438	41224791000110	8850	Realizado	3.777,22	0,00	0,00
153066	2015NP000439	41224791000110	1002116	Realizado	1.987,88	104,62	0,00
153066	2015NP000440	41224791000110	8852	Realizado	1.708,05	0,00	0,00
153066	2015NP000441	41224791000110	1002121	Realizado	427,50	22,50	0,00
153066	2015NP000442	41224791000110	8637	Realizado	174,40	0,00	0,00
153066	2015NP000443	41224791000110	1001961	Realizado	4.389,00	231,00	0,00
153066	2015NP000444	41224791000110	1002123	Realizado	783,75	41,25	0,00
153066	2015NP000445	41224791000110	8840	Realizado	798,57	0,00	0,00
153066	2015NP000446	41224791000110	8841	Realizado	7.971,60	0,00	0,00
153066	2015NP000447	41224791000110	1002122	Realizado	2.066,25	108,75	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000459	41224791000110	1002240	Realizado	997,50	52,50	0,00
153066	2015NP000460	41224791000110	8973	Realizado	7.265,92	0,00	0,00
153066	2015NP000461	41224791000110	1002239	Realizado	285,00	15,00	0,00
153066	2015NP000462	41224791000110	8971	Realizado	1.854,95	0,00	0,00
153066	2015NP000463	41224791000110	8974	Realizado	779,88	0,00	0,00
153066	2015NP000464	41224791000110	1002241	Realizado	71,25	3,75	0,00
153066	2015NP000465	41224791000110	8979	Realizado	1.669,39	0,00	0,00
153066	2015NP000466	41224791000110	8962	Realizado	21.040,47	0,00	0,00
153066	2015NP000467	41224791000110	1002218	Realizado	3.811,88	200,62	0,00
153066	2015NP000519	41224791000110	1002236	Realizado	1.467,75	77,25	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000520	41224791000110	8981	Realizado	6.677,26	0,00	0,00
153066	2015NP000521	41224791000110	8977	Realizado	267,64	0,00	0,00
153066	2015NP000522	41224791000110	1002244	Realizado	698,97	36,78	0,00
153066	2015NP000523	41224791000110	1002243	Realizado	142,50	7,50	0,00
153066	2015NP000524	41224791000110	8976	Realizado	222,59	0,00	0,00
153066	2015NP000525	41224791000110	9147	Realizado	96,91	0,00	0,00
153066	2015NP000526	41224791000110	1002246	Realizado	997,50	52,50	0,00
153066	2015NP000527	41224791000110	1002245	Realizado	71,25	3,75	0,00
153066	2015NP000528	41224791000110	1002235	Realizado	983,25	51,75	0,00
153066	2015NP000529	41224791000110	8982	Realizado	3.932,63	0,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábeis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000530	41224791000110	1002238	Realizado	114,00	6,00	0,00
153066	2015NP000531	41224791000110	8980	Realizado	62,48	0,00	0,00
153066	2015NP000532	41224791000110	1002237	Realizado	1.353,75	71,25	0,00
153066	2015NP000576	41224791000110	1002230	Realizado	712,50	37,50	0,00
153066	2015NP000577	41224791000110	8987	Realizado	1.304,41	0,00	0,00
153066	2015NP000578	41224791000110	1002231	Realizado	1.068,75	56,25	0,00
153066	2015NP000580	41224791000110	8986	Realizado	1.328,53	0,00	0,00
153066	2015NP000582	41224791000110	1002233	Realizado	427,50	22,50	0,00
153066	2015NP000583	41224791000110	8984	Realizado	1.205,17	0,00	0,00
153066	2015NP000584	41224791000110	1002228	Realizado	997,50	52,50	0,00

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000585	41224791000110	8991	Realizado	922,36	0,00	0,00
153066	2015NP000586	41224791000110	1002229	Realizado	213,75	11,25	0,00
153066	2015NP000587	41224791000110	8989	Realizado	1.035,61	0,00	0,00
153066	2015NP000588	41224791000110	1002234	Realizado	641,25	33,75	0,00
153066	2015NP000589	41224791000110	8983	Realizado	1.223,47	0,00	0,00
153066	2015NP000637	41224791000110	9148	Realizado	140,58	0,00	0,00
153066	2015NP000639	41224791000110	1002200	Realizado	247,24	13,01	0,00
153066	2015NP000640	41224791000110	9149	Realizado	3.483,24	0,00	0,00
153066	2015NP000756	41224791000110	1002541	Realizado	489,49	25,76	0,00
153066	2015NP000757	41224791000110	9326	Realizado	1.121,18	0,00	0,00

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábeis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000758	41224791000110	1002545	Realizado	1.104,38	58,12	0,00
153066	2015NP000759	41224791000110	9322	Realizado	54,01	0,00	0,00
153066	2015NP000760	41224791000110	1002373	Realizado	285,00	15,00	0,00
153066	2015NP000761	41224791000110	9118	Realizado	413,15	0,00	0,00
153066	2015NP000762	41224791000110	1002544	Realizado	783,75	41,25	0,00
153066	2015NP000763	41224791000110	9323	Realizado	808,34	0,00	0,00
153066	2015NP000764	41224791000110	9117	Realizado	117,15	0,00	0,00
153066	2015NP000765	41224791000110	1002538	Realizado	712,50	37,50	0,00
153066	2015NP000766	41224791000110	1002402	Realizado	1.425,00	75,00	0,00
153066	2015NP000767	41224791000110	9161	Realizado	3.262,08	0,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000768	41224791000110	1002540	Realizado	71,25	3,75	0,00
153066	2015NP000769	41224791000110	9327	Realizado	176,60	0,00	0,00
153066	2015NP000770	41224791000110	1002546	Realizado	731,74	38,51	0,00
153066	2015NP000771	41224791000110	9321	Realizado	520,63	0,00	0,00
153066	2015NP000772	41224791000110	1002543	Realizado	3.562,50	187,50	0,00
153066	2015NP000773	41224791000110	9324	Realizado	137,46	0,00	0,00
153066	2015NP000774	41224791000110	1002542	Realizado	142,50	7,50	0,00
153066	2015NP000775	41224791000110	9325	Realizado	582,37	0,00	0,00
153066	2015NP000779	41224791000110	1002539	Realizado	1.489,12	78,38	0,00
153066	2015NP000780	41224791000110	9328	Realizado	4.352,15	0,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000849	41224791000110	1002709	Realizado	280,73	14,77	0,00
153066	2015NP000850	41224791000110	9532	Realizado	413,48	0,00	0,00
153066	2015NP000851	41224791000110	1002717	Realizado	1.752,75	92,25	0,00
153066	2015NP000852	41224791000110	9524	Realizado	1.459,56	0,00	0,00
153066	2015NP000853	41224791000110	1002713	Realizado	976,13	51,37	0,00
153066	2015NP000854	41224791000110	9528	Realizado	1.282,76	0,00	0,00
153066	2015NP000855	41224791000110	1002711	Realizado	1.102,24	58,01	0,00
153066	2015NP000856	41224791000110	9530	Realizado	5.337,72	0,00	0,00
153066	2015NP000857	41224791000110	1002712	Realizado	1.126,46	59,29	0,00
153066	2015NP000858	41224791000110	9529	Realizado	3.729,22	0,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - COMDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000859	41224791000110	1002714	Realizado	684,00	36,00	0,00
153066	2015NP000860	41224791000110	9527	Realizado	2.716,62	0,00	0,00
153066	2015NP000861	41224791000110	1002710	Realizado	589,24	31,01	0,00
153066	2015NP000862	41224791000110	9531	Realizado	808,80	0,00	0,00
153066	2015NP000864	41224791000110	1002716	Realizado	356,25	18,75	0,00
153066	2015NP000865	41224791000110	9525	Realizado	538,73	0,00	0,00
153066	2015NP000866	41224791000110	1002715	Realizado	427,50	22,50	0,00
153066	2015NP000867	41224791000110	9526	Realizado	2.941,56	0,00	0,00
153066	2015NP000875	41224791000110	1002810	Realizado	356,25	18,75	0,00
153066	2015NP000876	41224791000110	9621	Realizado	1.707,65	0,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábeis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000877	41224791000110	1002708	Realizado	389,74	20,51	0,00
153066	2015NP000878	41224791000110	9533	Realizado	791,57	0,00	0,00
153066	2015NP000879	41224791000110	1002817	Realizado	356,25	18,75	0,00
153066	2015NP000880	41224791000110	9623	Realizado	2.193,05	0,00	0,00
153066	2015NP000881	41224791000110	1002812	Realizado	318,49	16,76	0,00
153066	2015NP000882	41224791000110	9627	Realizado	999,85	0,00	0,00
153066	2015NP000883	41224791000110	1002813	Realizado	1.962,23	103,27	0,00
153066	2015NP000884	41224791000110	9628	Realizado	4.360,57	0,00	0,00
153066	2015NP000885	41224791000110	1002818	Realizado	783,75	41,25	0,00
153066	2015NP000886	41224791000110	9629	Realizado	2.513,26	0,00	0,00

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000887	41224791000110	1002815	Realizado	570,00	30,00	0,00
153066	2015NP000888	41224791000110	9626	Realizado	584,06	0,00	0,00
153066	2015NP000889	41224791000110	1002811	Realizado	142,50	7,50	0,00
153066	2015NP000890	41224791000110	9624	Realizado	442,89	0,00	0,00
153066	2015NP000891	41224791000110	1002816	Realizado	35,63	1,87	0,00
153066	2015NP000892	41224791000110	9625	Realizado	539,67	0,00	0,00
153066	2015NP000919	41224791000110	9630	Realizado	773,19	0,00	0,00
153066	2015NP000953	41224791000110	1002839	Realizado	850,73	44,77	0,00
153066	2015NP000954	41224791000110	9663	Realizado	628,70	0,00	0,00
153066	2015NP000955	41224791000110	9718	Realizado	410,02	0,00	0,00

Consultar Documento Hável - CONDH

Filtros

Documentos Hábeis encontrados

UG Emitente	Documento Hável	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP000956	41224791000110	1002838	Realizado	3.099,38	163,12	0,00
153066	2015NP000957	41224791000110	9660	Realizado	5.536,20	0,00	0,00
153066	2015NP000958	41224791000110	9719	Realizado	410,02	0,00	0,00
153066	2015NP000959	41224791000110	9720	Realizado	616,99	0,00	0,00
153066	2015NP001008	41224791000110	1002960	Realizado	541,50	28,50	0,00
153066	2015NP001009	41224791000110	9775	Realizado	195,25	0,00	0,00
153066	2015NP001010	41224791000110	1002962	Realizado	1.293,90	68,10	0,00
153066	2015NP001011	41224791000110	9777	Realizado	4.052,24	0,00	0,00
153066	2015NP001012	41224791000110	9776	Realizado	117,43	0,00	0,00
153066	2015NP001013	41224791000110	1002963	Realizado	712,50	37,50	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP001014	41224791000110	9778	Realizado	1.093,02	0,00	0,00
153066	2015NP001020	41224791000110	1002958	Realizado	855,00	45,00	0,00
153066	2015NP001021	41224791000110	9773	Realizado	3.458,11	0,00	0,00
153066	2015NP001022	41224791000110	1002961	Realizado	270,75	14,25	0,00
153066	2015NP001023	41224791000110	9774	Realizado	490,26	0,00	0,00
153066	2015NP001027	41224791000110	1002242	Realizado	142,50	7,50	0,00
153066	2015NP001107	41224791000110	1003093	Realizado	883,50	46,50	0,00
153066	2015NP001108	41224791000110	9917	Realizado	2.256,43	0,00	0,00
153066	2015NP001109	41224791000110	1003097	Realizado	1.392,46	73,29	0,00
153066	2015NP001110	41224791000110	9924	Realizado	2.472,21	0,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hável - CONDH

Filtros

Documentos Hábeis encontrados

UG Emitente	Documento Hável	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP001111	41224791000110	9920	Realizado	1.835,35	0,00	0,00
153066	2015NP001112	41224791000110	1003095	Realizado	1.225,50	64,50	0,00
153066	2015NP001113	41224791000110	1003035	Realizado	498,75	26,25	0,00
153066	2015NP001114	41224791000110	9902	Realizado	869,91	0,00	0,00
153066	2015NP001115	41224791000110	1003034	Realizado	712,50	37,50	0,00
153066	2015NP001116	41224791000110	9867	Realizado	2.439,06	0,00	0,00
153066	2015NP001117	41224791000110	9865	Realizado	333,49	0,00	0,00
153066	2015NP001118	41224791000110	1003032	Realizado	142,50	7,50	0,00
153066	2015NP001119	41224791000110	9866	Realizado	386,52	0,00	0,00
153066	2015NP001120	41224791000110	1003033	Realizado	285,00	15,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hável - CONDH

Filtros

Documentos Háveis encontrados

UG Emitente	Documento Hável	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP001121	41224791000110	9916	Realizado	599,42	0,00	0,00
153066	2015NP001122	41224791000110	9863	Realizado	171,82	0,00	0,00
153066	2015NP001123	41224791000110	1003030	Realizado	142,50	7,50	0,00
153066	2015NP001155	41224791000110	9873	Realizado	1.519,44	0,00	0,00
153066	2015NP001156	41224791000110	1003036	Realizado	356,25	18,75	0,00
153066	2015NP001157	41224791000110	1003094	Realizado	356,25	18,75	0,00
153066	2015NP001158	41224791000110	9919	Realizado	1.295,87	0,00	0,00
153066	2015NP001159	41224791000110	1003091	Realizado	1.178,48	62,02	0,00
153066	2015NP001160	41224791000110	9918	Realizado	1.738,87	0,00	0,00
153066	2015NP001168	41224791000110	1003029	Realizado	57,00	3,00	0,00

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

Documentos Hábéis encontrados

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
153066	2015NP001169	41224791000110	1003200	Realizado	213,75	11,25	0,00
153066	2015NP001190	41224791000110	8975	Realizado	199,16	0,00	0,00

ANEXOS – 4

CONSUMO DE COMBUSTIVEL DA FROTA / UFPB

2011 A 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DIVITRANS/PU/UFPB

ACOMPANHAMENTO COMBUSTÍVEL-ANO DE 2011

MÊS	GASOLINA COMUM			ETANOL			DIESEL COMUM		
	QUANT	V.UNIT	VALOR TOTAL	QUANT	V.UNIT	VALOR TOTAL	QUANT	V.UNIT	VALOR TOTAL
JANEIRO	4.221,00	R\$ 2,39	R\$ 10.088,19	624,96	R\$ 1,80	R\$ 1.124,93	5.095,00	R\$ 1,88	R\$ 9.578,60
FEBREIRO	4.998,00	R\$ 2,39	R\$ 11.945,22	694	R\$ 1,80	R\$ 1.249,20	8.991,00	R\$ 1,88	R\$ 16.903,08
MARÇO	7.891,00	R\$ 2,39	R\$ 18.859,49	898,5	R\$ 2,09	R\$ 1.877,87	12.950,00	R\$ 1,90	R\$ 24.605,00
ABRIL	7.920,00	R\$ 2,39	R\$ 18.928,80	832,54	R\$ 2,04	R\$ 1.698,38	13.550,00	R\$ 1,90	R\$ 25.745,00
MAIO	7.437,00	R\$ 2,46	R\$ 18.295,02	979	R\$ 2,04	R\$ 1.997,16	12.225,00	R\$ 2,01	R\$ 24.572,25
JUNHO	5.235,00	R\$ 4,46	R\$ 12.878,10	625	R\$ 1,99	R\$ 1.243,75	10.750,00	R\$ 2,01	R\$ 21.607,50
JULHO	4.284,00	R\$ 2,46	R\$ 10.538,64	610,90	R\$ 1,99	R\$ 1.215,69	9.530,00	R\$ 2,02	R\$ 19.250,60
AGOSTO	8.598,00	R\$ 2,52	R\$ 21.666,96	780,60	R\$ 2,02	R\$ 1.576,81	11.820,00	R\$ 2,02	R\$ 23.876,40
SETEMBRO	8.930,00	R\$ 2,52	R\$ 22.503,60	891,59	R\$ 2,06	R\$ 1.836,68	10.580,00	R\$ 2,01	R\$ 21.265,80
OUTUBRO	7.796,00	R\$ 2,52	R\$ 19.645,92	923,88	R\$ 2,06	R\$ 1.903,19	10.505,00	R\$ 2,04	R\$ 21.430,20
NOVEMBRO	8.978,00	R\$ 2,62	R\$ 23.522,36	1.819	R\$ 2,09	R\$ 3.801,11	8.071,99	R\$ 2,04	R\$ 16.466,86
DEZEMBRO	5.273,00	R\$ 2,62	R\$ 13.815,26	1.619,50	R\$ 2,09	R\$ 3.384,76	7.091,00	R\$ 2,04	R\$ 14.465,64
TOTAL	81.561,00		R\$ 202.687,56	9.016,38		R\$ 22.909,53	121.158,99		R\$ 239.766,93
OBSERVAÇÕES									

MONTAGEM GERAL GASTO COM COMBUSTÍVEL EM 2011.....

GASOLINA		ETANOL	DIESEL COMUM
R\$	202.687,56	R\$	22.909,53
			R\$ 239.766,93

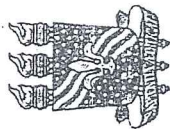
CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS DO ANO DE 2012

MÊS	GASOLINA			ÁLCOOL			DIESEL		
	QT.	V.UNIT.	TOTAL	QT.	V.UNIT.	TOTAL	QT.	V.UNIT.	TOTAL
JANEIRO	5.021	2,56	12.853,97	925	2,16	1.992,25	4.988	1,97	9.827,71
FEVEREIRO	5.836	2,56	14.401,16	697	2,13	1.489,00	8.746	1,96	17.192,43
MARÇO	7.871	2,55	20.071,05	1.279	2,12	2.711,48	12.074	1,96	23.665,04
ABRIL	6.482	2,45	15.941,70	1.086	2,11	2.300,32	12.534	1,97	24.692,53
MAIO	6.437	2,42	15.578,08	1.267	2,11	2.665,98	11.877	1,97	23.341,82
JUNHO	5.393	2,64	14.236,20	382	2,16	826,01	8.969	1,98	17.757,74
JULHO	4.264	2,56	11.068,87	259	2,16	560,04	7.115	1,98	14.087,78
AGOSTO	5.496	2,47	13,00	218	2,16	469,66	12.641	2,02	16.648,58
SETEMBRO	6.608	2,45	16.189,60	131	2,17	284,27	10.488	2,04	21.395,52
OUTUBRO	7.869	2,52	19.829,88	5	2,18	10,90	9.796	2,06	20.179,76
NOVEMBRO	7.304	2,62	19.136,48	1.728	2,16	3.732,48	8.873	2,07	18.367,11
DEZEMBRO	6.980	2,65	18.497,00	1.322	2,14	2.829,08	7.477	2,07	15.477,39
TOTAL	75.561		177.816,99	9.299		19.871,47	115.578		222.633,41

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA									
DIVTRANS/PU/UFPB									

CONSUMO COMBUSTÍVEL-ANO DE 2013

MÊS	GASOLINA COMUM			ETANOL			DIESEL COMUM			TODOS COMBUSTÍVEIS	
	QUANT	R\$ MÉDIO	VALOR MÊS	QUANT	R\$ MÉDIO	VALOR MÊS	QUANT	R\$ MÉDIO	VALOR MÊS	VALOR MÊS	VALOR TOTAL 2013
JANEIRO	6.465,00	R\$ 2,64	R\$ 17.067,60	774,00	R\$ 2,14	R\$ 1.656,36	9.068,00	R\$ 2,07	R\$ 18.770,76	R\$ -	R\$ 37.494,72
FEVEREIRO	6.310,00	R\$ 2,64	R\$ 16.658,40	863,00	R\$ 2,14	R\$ 1.846,82	10.852,00	R\$ 2,05	R\$ 22.246,60	R\$ -	R\$ 40.751,82
MARÇO	6.992,00	R\$ 2,70	R\$ 18.878,40	579,00	R\$ 2,17	R\$ 1.256,43	9.892,00	R\$ 2,12	R\$ 20.971,04	R\$ -	R\$ 41.105,87
ABRIL	7.663,00	R\$ 2,67	R\$ 20.460,21	262,00	R\$ 2,18	R\$ 571,16	9.545,00	R\$ 2,16	R\$ 20.617,20	R\$ -	R\$ 41.648,57
MAIO	8.122,67	R\$ 2,73	R\$ 22.174,89	106,00	R\$ 2,23	R\$ 236,38	10.256,19	R\$ 2,22	R\$ 22.768,74	R\$ -	R\$ 45.180,01
JUNHO	8.314,00	R\$ 2,77	R\$ 23.029,78	220	R\$ 2,25	R\$ 495,00	7.206,00	R\$ 2,25	R\$ 16.213,50	R\$ -	R\$ 39.738,28
JULHO	7.654,00	R\$ 2,75	R\$ 21.048,50	352,00	R\$ 2,27	R\$ 799,04	9.383,00	R\$ 2,25	R\$ 21.111,75	R\$ -	R\$ 42.959,29
AGOSTO	8.094,00	R\$ 2,74	R\$ 22.177,56	1,48	R\$ 2,28	R\$ 3,37	9.058,00	R\$ 2,24	R\$ 20.289,92	R\$ -	R\$ 42.470,85
SETEMBRO	8.914,00	R\$ 2,73	R\$ 24.335,22	94,00	R\$ 2,28	R\$ 214,32	8.380,00	R\$ 2,25	R\$ 18.855,00	R\$ -	R\$ 43.404,54
OUTUBRO	10.300,00	R\$ 2,73	R\$ 28.119,00	30,00	R\$ 2,28	R\$ 68,40	9.070,00	R\$ 2,25	R\$ 20.407,50	R\$ -	R\$ 48.594,90
NOVEMBRO	9.426,00	R\$ 2,72	R\$ 25.638,72	0,00	R\$ -	R\$ -	12.090,00	R\$ 2,25	R\$ 27.202,50	R\$ -	R\$ 52.841,22
DEZEMBRO	7.712,00	R\$ 2,72	R\$ 20.976,64	0,00	R\$ -	R\$ -	6.184,00	R\$ 2,25	R\$ 13.914,00	R\$ -	R\$ 34.890,64
TOTAL	95.966,67		R\$ 260.564,92	3.281,48		R\$ 7.147,28	110.984,19		R\$ 243.368,51	R\$ -	
OBSERVAÇÕES											
GASOLINA			R\$ 260.564,92	ETANOL		R\$ 7.147,28	DIESEL COMUM		R\$ 243.368,51	R\$ -	R\$ 511.080,71



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

GASTOS COM COMBUSTÍVEIS - ANO DE 2014

MÊS	GASOLINA			ETANOL			DIESEL - S 10			BIO DIESEL			TODOS OS COMBUSTÍVEIS		
	QUANTIDADE ADQUIRIDA POR MÊS	PREÇO UNITÁRIO FATURADO	VALOR TOTAL PAGO POR MÊS	QUANTIDADE ADQUIRIDA POR MÊS	PREÇO UNITÁRIO FATURADO	VALOR TOTAL PAGO POR MÊS	QUANTIDADE ADQUIRIDA POR MÊS	PREÇO UNITÁRIO FATURADO	VALOR TOTAL PAGO POR MÊS	QUANTIDADE ADQUIRIDA POR MÊS	PREÇO UNITÁRIO FATURADO	VALOR TOTAL PAGO POR MÊS	VALORES TOTAIS PAGOS POR MÊS EM 2014		
Janeiro	4.993,34	2,84	14.210,04	9.530,00	2,26	21.537,80	3.381,03	2,56	8.658,15			0,00	44.405,99		
Fevereiro	6.379,59	2,84	18.090,61	1.107,92	2,26	2.500,24	1.956,56	2,58	5.055,16	2.907,18	2,40	6.973,44	32.619,46		
Março	6.385,72	2,84	18.109,89	585,34	2,26	1.322,28	2.606,45	2,59	6.742,87	3.066,20	2,41	7.380,33	33.555,37		
Abril	6.537,82	2,84	18.567,41	1.003,79	2,27	2.279,61	2.445,61	2,59	6.336,58	2.339,75	2,41	5.629,45	32.813,04		
Maio	8.229,63	2,83	23.322,77	873,59	2,29	1.997,02	4.343,32	2,59	11.231,84	3.532,71	2,41	8.527,97	45.079,60		
Junho	5.394,54	2,83	15.244,96	564,60	2,30	1.296,90	2.428,607	2,57	6.231,81	1.770,59	2,42	4.283,05	27.056,71		
Julho	8.355,57	2,83	23.629,56	934,58	2,30	2.152,34	4.521,01	2,58	11.664,20	1.770,59	2,42	4.291,90	41.738,00		
Agosto	8.355,81	2,83	23.630,22	942,99	2,30	2.171,70	4.521,01	2,58	11.664,20	6.174,17	2,42	14.966,18	52.432,31		
Setembro	8.546,39	2,85	24.391,40	1.075,78	2,40	2.580,79	3.559,53	2,58	9.176,46	7.134,27	2,42	17.272,05	53.420,71		
Outubro	9.976,40	2,87	28.582,38	575,39	2,30	1.321,68	4.076,24	2,59	10.557,47	6.165,70	2,43	14.976,47	55.438,01		
Novembro	8.851,04	2,87	25.367,09	1.599,76	2,30	3.684,24	3.884,37	2,59	10.072,17	5.927,10	2,42	14.355,43	53.478,92		
Dezembro	8.470,41	2,92	24.767,47	1.041,77	2,31	2.403,36	4.584,46	2,65	12.167,17	7.731,37	2,50	19.336,16	58.674,16		
MONTANTE GERAL GASTO COM COMBUSTÍVEL EM 2014														530.712,27	
GASOLINA			TOTAL ANUAL	ÁLCOOL			TOTAL ANUAL	DIESEL			TOTAL ANUAL	BIO DIESEL			TOTAL ANUAL
			257.913,80				45.247,95				109.558,08				117.992,41

SETOR DE TRANSPORTES - DIVTRANS/PU/UFPB - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

CAMPUS I - JOÃO PESSOA/PB - CEP 5216-7258

Mauro Pontes e Gomes
Diretor DIVTRANS/PU/UFPB
Mat. SIAPF 0335280

Adilson Cavalcanti de Lacerda
Coordenador de Segurança e de Transporte
CST/PU/UFPB - Matrícula SIAPF 103097

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	
DIVTRANS/PU/JUPPB	

CONSUMO COMBUSTÍVEL-ANO DE 2015											
MÊS	GASOLINA COMUM			ETANOL			DIESEL COMUM			DIESEL S10	
	QUANT	R\$ MÉDIO	VALOR MÊS	QUANT	R\$ MÉDIO	VALOR MÊS	QUANT	R\$ MÉDIO	VALOR MÊS	QUANT	R\$ MÉDIO
JANEIRO	4.660,89	R\$ 2,92	R\$ 13.605,13	369,34	R\$ 2,29	R\$ 847,27	3.986,82	R\$ 2,54	R\$ 10.130,50	1.961,00	R\$ 2,70
FEVEREIRO	6.095,54	R\$ 3,13	R\$ 19.054,64	354,43	R\$ 2,30	R\$ 816,25	3.339,00	R\$ 2,70	R\$ 9.001,94	2.225,09	R\$ 2,84
MARÇO	7.793,42	R\$ 3,14	R\$ 24.455,74	274,79	R\$ 2,31	R\$ 634,75	3.994,19	R\$ 2,73	R\$ 10.916,11	2.797,53	R\$ 2,88
ABRIL	7.516,11	R\$ 3,14	R\$ 23.585,57	58,00	R\$ 2,31	R\$ 133,87	3.799,66	R\$ 2,75	R\$ 10.401,46	2.336,05	R\$ 2,89
MAIO	7.850,82	R\$ 3,14	R\$ 24.635,88	648,65	R\$ 2,31	R\$ 1.499,03	5.725,73	R\$ 2,75	R\$ 15.762,95	3.505,63	R\$ 2,89
JUNHO	5.853,28	R\$ 3,14	R\$ 18.367,63	936,432	R\$ 2,33	R\$ 2.183,76	4.160,67	R\$ 2,76	R\$ 11.475,12	2.653,69	R\$ 2,88
JULHO	8.395,19	R\$ 3,14	R\$ 26.209,32	491,54	R\$ 2,35	R\$ 1.153,16	7.807,64	R\$ 2,75	R\$ 21.984,02	4.303,29	R\$ 2,90
AGOSTO	7.517,54	R\$ 3,15	R\$ 23.612,78	140,97	R\$ 2,40	R\$ 343,50	6.857,55	R\$ 2,80	R\$ 19.226,73	4.939,62	R\$ 2,90
SETEMBRO	7.850,16	R\$ 3,15	R\$ 24.680,49	541,38	R\$ 2,40	R\$ 1.332,42	8.150,98	R\$ 2,93	R\$ 22.940,19	4.684,92	R\$ 2,90
OUTUBRO	9.021,61	R\$ 3,46	R\$ 29.473,86	305,8	R\$ 3,00	R\$ 750,38	9.797,89	R\$ 3,10	R\$ 28.697,29	10.345,50	R\$ 3,07
NOVEMBRO	10.580,83	R\$ 3,46	R\$ 35.844,17	512,03	R\$ 3,00	R\$ 1.458,59	9.349,54	R\$ 3,10	R\$ 27.760,37	9.639,37	R\$ 3,07
DEZEMBRO	8.002,31	R\$ 3,46	R\$ 26.235,58	152,72	R\$ 3,00	R\$ 453,24	5.456,76	R\$ 3,10	R\$ 16.280,28	5.867,51	R\$ 3,07
TOTAL	91.137,69		R\$ 289.760,79	4.786,09		R\$ 11.606,22	72.434,42		R\$ 204.596,96	55.259,19	

FOLHAS 2 E 3 CONCLUI O LEVANTAMENTO											
MONTAGEM GERAL CONSUMO COMBUSTÍVEL EM 2015											
GASOLINA			R\$ 239.760,79	ETANOL			R\$ 11.606,22	DIESEL COMUM			R\$ 204.596,96
								DIESEL S10			R\$ 164.170,86
											R\$ 674.586,62

OBS: PREÇO DO COMBUSTÍVEL A PARTIR DO MÊS DE JULHO, REFERE-SE A MÉDIA ENTRE OS POSTOS, UMA VEZ QUE FOI QUANDO IMPLANTADO O VALE CARD

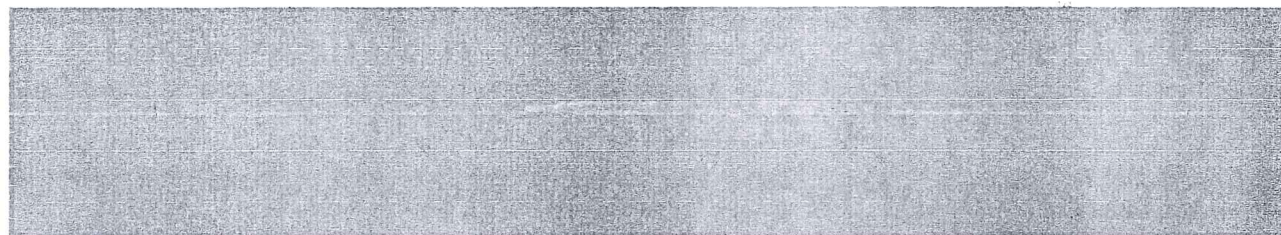
ANEXOS – 5

RELATÓRIO DE VIAGENS DA FROTA / UFPB

2011 A 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA-UFPB
SEÇÃO DE GARAGEM CENTRAL
RELATÓRIO TOTAL MÊS A MÊS DE VIAGENS 2011

TOTAL DE VIAGENS CAMPUS I		
MÊS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES	ANO
JANEIRO	20	2011
FEVEREIRO	15	2011
MARÇO	122	2011
ABRIL	125	2011
MAIO	152	2011
JUNHO	121	2011
JULHO	70	2011
AGOSTO	129	2011
SETEMBRO	128	2011
OUTUBRO	141	2011
NOVEMBRO	115	2011
DEZEMBRO	80	2011
TOTAL	1218	2011



TOTAL DE VIAGENS CAMPUS I		
MÊS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES	ANO
JANEIRO	52	2012
FEVEREIRO	40	2012
MARÇO	110	2012
ABRIL	146	2012
MAIO	153	2012
JUNHO	95	2012
JULHO	79	2012
AGOSTO	132	2012
SETEMBRO	134	2012
OUTUBRO	140	2012
NOVEMBRO	149	2012
DEZEMBRO	90	2012
TOTAL	1320	2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA-UFPB
SEÇÃO DE GARAGEM CENTRAL
RELATÓRIO TOTAL MÊS A MÊS DE VIAGENS 2013

TOTAL DE VIAGENS CAMPUS I		
MÊS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES	ANO
JANEIRO	73	2013
FEVEREIRO	65	2013
MARÇO	163	2013
ABRIL	178	2013
MAIO	180	2013
JUNHO	175	2013
JULHO	108	2013
AGOSTO	153	2013
SETEMBRO	157	2013
OUTUBRO	173	2013
NOVEMBRO	170	2013
DEZEMBRO	115	2013
TOTAL	1690	2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA-UFPB
SEÇÃO DE GARAGEM CENTRAL
RELATÓRIO TOTAL MÊS A MÊS DE VIAGENS 2014

TOTAL DE VIAGENS CAMPUS I		
MÊS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES	ANO
JANEIRO	77	2014
FEVEREIRO	62	2014
MARÇO	186	2014
ABRIL	199	2014
MAIO	207	2014
JUNHO	195	2014
JULHO	107	2014
AGOSTO	209	2014
SETEMBRO	191	2014
OUTUBRO	183	2014
NOVEMBRO	271	2014
DEZEMBRO	190	2014
TOTAL	1998	2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA-UFPB
SEÇÃO DE GARAGEM CENTRAL
RELATÓRIO TOTAL MÊS A MÊS DE VIAGENS 2015

TOTAL DE VIAGENS CAMPUS I		
MÊS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES	ANO
JANEIRO	88	2015
FEVEREIRO	151	2015
MARÇO	191	2105
ABRIL	222	2015
MAIO	284	2015
JUNHO	232	2015
JULHO	221	2015
AGOSTO	237	2015
SETEMBRO	248	2015
OUTUBRO	309	2015
NOVEMBRO	325	2015
DEZEMBRO	220	2015
TOTAL	2728	2015